



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

TATIANA TISSA KAWAKAMI

**REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NÃO TEXTUAL EM  
MEIOS DIGITAIS: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO  
ARQUIVISTA COM FOCO NA ACESSIBILIDADE**

---

Londrina  
2025

TATIANA TISSA KAWAKAMI

**REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NÃO TEXTUAL EM  
MEIOS DIGITAIS: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO  
ARQUIVISTA COM FOCO NA ACESSIBILIDADE**

Tese apresentada à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosane Suely Alvares Lunardelli

Londrina  
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

T219r Kawakami, Tatiana Tissa.  
Representação da informação não textual em meios digitais : possibilidades de atuação do arquivista com foco na acessibilidade / Tatiana Tissa Kawakami. - Londrina, 2025.  
198 f. : il.

Orientador: Rosane Suely Alvares Lunardelli.  
Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2025.  
Inclui bibliografia.

1. Representação da Informação - Tese. 2. Informação não textual - Tese. 3. Arquivista - Tese. 4. Acessibilidade - Tese. I. Lunardelli, Rosane Suely Alvares. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

CDU 02

TATIANA TISSA KAWAKAMI

**REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NÃO TEXTUAL EM  
MEIOS DIGITAIS: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO  
ARQUIVISTA COM FOCO NA ACESSIBILIDADE**

Tese apresentada à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosane S. Alvares Lunardelli  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Izângela M. S. Tonello de Oliveira  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Natália Marinho do Nascimento  
Universidade Estadual Paulista – Unesp

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Juliana Cardoso dos Santos  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Cristina Ribeiro dos Santos  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 30 de janeiro de 2025.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, os quais, desde que posso me recordar, me ensinaram a respeito do valor da educação, responsabilidade e resiliência. À Clara, agradeço pelas refeições aconchegantes que me ajudaram a continuar. Ao Kazuyuki, agradeço pelas aplicações de acupuntura que aliviaram minhas dores nas costas. À minha irmã, Mina, por ser essa figura que desempenha infinitos papéis em minha vida: amiga, conselheira, assistente de coleta de dados, crítica (construtiva), até mesmo *pet sitter*, entre outros. Ao meu namorado, Erick, por ouvir minhas repetitivas lamentações de forma empática, mantendo-se acordado comigo durante as madrugadas, oferecendo-me chás e sempre trazendo para junto de nós a companhia de nossa cachorrinha, Mila (que sempre continuou dormindo, inabalada).

À minha eterna orientadora, Rosane, por novamente me nortear em momentos em que o caos e a indefinição pareceram insuperáveis. Agradeço por infalivelmente conduzir as situações com tamanha paciência, delicadeza e humanidade. Sua sabedoria e ensinamentos, sem dúvida, ultrapassam os limites do contexto acadêmico e se expandem como lições de vida.

Às integrantes dos grupos de pesquisa “Metarrepresentações Informativas em Ciência da Informação” e “A Ciência da Informação e a Literatura no bem-estar e na qualidade de vida da população brasileira”. Em especial, à Sandra, com quem tive a grata experiência de aprender a respeito de diversos assuntos e que, em momentos decisivos, me apoiou. Seu amparo foi crucial para que eu insistisse nessa pesquisa.

Aos membros da banca avaliadora, agradeço por se disporem a avaliar este trabalho. Suas contribuições são determinantes para que o estudo se concretize para cumprir verdadeiramente os objetivos propostos.

À Universidade Estadual de Londrina, aos docentes e demais profissionais que estruturam e possibilitam o funcionamento do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Para todos aqueles que, embora não nominados explicitamente, contribuíram para a minha construção de conhecimentos e experiências vividas até aqui. Muito obrigada!

## RESUMO

KAWAKAMI, Tatiana Tissa. **Representação da informação não textual em meios digitais**: possibilidades de atuação do arquivista com foco na acessibilidade. 2025. 198 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

Discute a informação não textual – aquela expressa por meio visual e/ou sonoro – e a necessidade de representação desses conteúdos, principalmente para pessoas com deficiência auditiva e/ou visual. Saliencia, nesse sentido, que o arquivista pode (e deve) se posicionar como um profissional com potencial de contribuição nessa conjuntura. Desse modo, se estabeleceu a seguinte problemática: como o arquivista pode atuar, no contexto digital, de forma a contribuir para que pessoas com deficiência tenham acesso à informação? De acordo com essa perspectiva, objetivou-se evidenciar o campo de atuação do arquivista na representação da informação não textual em materiais digitais, com foco na acessibilidade. Para tanto, realizou-se pesquisa de natureza pura, qualitativa e com objetivos descritivos, utilizando a revisão bibliográfica integrativa. Pautou-se em informações coletadas em consulta à Base de Dados em Ciência da Informação bem como ao catálogo de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e diretrizes de acessibilidade identificadas na *Web Content Accessibility Guidelines 2.2*. Por meio dos resultados obtidos, constatou-se que, embora tenham sido recuperadas pesquisas que envolvem o arquivista, arquivos, a arquivologia e a acessibilidade, ainda assim há carência de investigações nesse sentido. Reitera-se, nessa direção, o chamado para que arquivistas desempenhem seu papel profissional e social, e contribuam para o fomento de discussões e práticas concernentes ao acesso à informação por pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** Representação da Informação; Informação não textual; Arquivista; Acessibilidade; Informação em meio digital; Pessoa com Deficiência.

## ABSTRACT

KAWAKAMI, Tatiana Tissa. **Representation of non-textual information in digital media**: possibilities for archivists to work with a focus on accessibility. 2025. 198 f. Thesis (Doctorate in Information Science) – State University of Londrina, Londrina, 2025.

This paper discusses non-textual information — expressed through visual and/or auditory means — and the need for the representation of this content, particularly for people with hearing and/or visual impairments. It emphasizes that, in this regard, archivists can (and should) position themselves as professionals with the potential to contribute to addressing this challenge. Thus, the following problem was established: How can archivists act in the digital context to provide access to information for people with disabilities? From this perspective, the objective was to highlight the archivist's field of action in the representation of non-textual information in digital materials, with a focus on accessibility. To this end, a pure, qualitative, descriptive research was conducted, utilizing integrative bibliographic review. It is based on information collected from the Information Science Database and the catalog of standards of the Brazilian Association of Technical Standards, as well as accessibility guidelines identified in the Web Content Accessibility Guidelines 2.2. The results showed that, although research involving archivists, archives, archiving, and accessibility has been retrieved, there is still a lack of investigations in this area. In this sense, the call for archivists to fulfill their professional and social role and contribute to fostering discussions and practices related to access to information for people with disabilities is reiterated.

**Keywords:** Information Representation; Non-textual Information; Archivist; Accessibility; Digital Information; People with Disabilities.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Exemplo de código HTML com texto alternativo para imagem.....	45
<b>Figura 2</b> – Captura de tela do site da Brapci com aviso de busca avançada em fase de desenvolvimento e testes .....	52
<b>Figura 3</b> – Captura de tela do site da Brapci com dicas para a realização de pesquisa simples .....	52
<b>Figura 4</b> – Diagrama da interação entre os diferentes enfoques identificados nas publicações .....	64
<b>Figura 5</b> – Exemplo de imagem a ser descrita .....	95

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	– Documentos não textuais: termos e respectivas definições .....	32
<b>Quadro 2</b>	– Representação do processo de deliberação .....	47
<b>Quadro 3</b>	– Etapas da revisão integrativa e sua relação com os procedimentos realizados na pesquisa.....	53
<b>Quadro 4</b>	– Relação entre os objetivos específicos propostos e as respectivas atividades a serem desempenhadas .....	56
<b>Quadro 5</b>	– Relação de enfoques identificados nas publicações analisadas .....	63
<b>Quadro 6</b>	– Relação entre periódicos identificados e respectivas instituições às quais o periódico está vinculado, região e quantidade de publicações recuperadas.....	66
<b>Quadro 7</b>	– Cursos de graduação em Arquivologia no Brasil de acordo com informações do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC .....	70
<b>Quadro 8</b>	– Quantidade de programas e cursos de pós-graduação no Brasil de acordo com as regiões do país .....	73
<b>Quadro 9</b>	– Relação de quantidade de publicações por ano .....	75
<b>Quadro 10</b>	– Dados referentes à formação acadêmica dos autores das publicações analisadas.....	77
<b>Quadro 11</b>	– Relação de graduações cursadas pelos autores.....	78
<b>Quadro 12</b>	– Relação de segunda graduação pelos autores.....	80
<b>Quadro 13</b>	– Relação de terceira graduação cursada pelos autores .....	80
<b>Quadro 14</b>	– Relação de primeira especialização cursada pelos autores .....	81
<b>Quadro 15</b>	– Relação de segunda especialização cursada pelos autores.....	82
<b>Quadro 16</b>	– Relação de terceira especialização cursada pelos autores .....	83
<b>Quadro 17</b>	– Relação de quarta especialização cursada pelos autores .....	84
<b>Quadro 18</b>	– Relação de primeiro mestrado cursado pelos autores .....	84
<b>Quadro 19</b>	– Relação de segundo mestrado cursado pelos autores .....	86
<b>Quadro 20</b>	– Relação de primeiro doutorado cursado pelos autores .....	86
<b>Quadro 21</b>	– Normas da ABNT relacionadas a informação no contexto digital .....	90

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Regiões de vínculo dos periódicos e suas respectivas quantidades de publicações ..... 68
- Gráfico 2** – Cursos de arquivologia por região no Brasil..... 72
- Gráfico 3** – Porcentagem de programas e cursos de pós-graduação no Brasil de acordo com as regiões do país ..... 74
- Gráfico 4** – Quantidade de normas da ABNT (relacionadas a informação no contexto digital) publicadas por ano ..... 93

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAERJ	Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABNT/CB	Associação Brasileira de Normas Técnicas/Comitê Brasileiro
AD	Audiodescrição
Ancib	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil
ASSESB	Faculdade Phênix de Ciências Humanas e Sociais do Brasil
BAD	Bibliotecário, arquivista e documentalista
Brapci	Base de Dados em Ciência da Informação
CBI OF MIAMI	<i>Child Behaviour Institute of Miami</i>
CEDAS	Centro Universitário São Camilo
CEFET/MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEUNI-FAMETRO	Centro Universitário Fametro
CI	Ciência da Informação
CIESA	Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas
CLA	<i>Clark Atlanta University -</i>
CLARETIANO	Claretiano -Centro Universitário
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ECA/USP	Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
EU	Universidade de Évora
FAEL	Faculdade Educacional da Lapa
FAFIC	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cataguases
FATEC SC	Faculdade de Tecnologia Santa Catarina
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIAP	Faculdades Integradas do Alto Paranaíba
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FIP	Faculdades Integradas de Patos
FISIG	Faculdade Internacional Signorelli

FLUC	Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
FLUL	Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
FLUP	Faculdade de Letras da Universidade do Porto
FPL	Faculdade Pitágoras de Londrina
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFES	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
IFF	Instituto Federal Fluminense
IFRJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
ISEP	Instituto Superior de Estudos Pedagógicos
KALILE	Instituto Kalile de Desenvolvimento Humano e Pesquisa
LTI	Laboratório de Tecnologias Intelectuais-
NBR	Normas Técnicas Brasileiras
NIC.br	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
ONU	Organização das Nações Unidas
PcD	Pessoas com Deficiência
PDF	<i>Portable Document Format</i>
PITÁGORAS	Faculdade Pitágoras
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PUC Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC São Paulo	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Scielo	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SGA	Secretaria de Estado de Gestão Administrativa
U. PORTUCALENSE	Universidade Portucalense Infante D. Henrique - Portugal
U.PORTO	Universidade do Porto
UA	Universidade de Aveiro
UAB	<i>Universitat Autònoma de Barcelona</i>

UAM	<i>Universidad Autónoma de Manizales</i>
UC	Universidade de Coimbra
UC3M	<i>Universidad Carlos III de Madrid</i>
UCAM	Universidade Candido Mendes
UCB/DF	Universidade Católica de Brasília
UCM	<i>Universidad Complutense de Madrid</i>
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPA	Universidade Federal de Lavras
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFP	Universidade Fernando Pessoa
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

UL	Universidade de Lisboa
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNAMA	Universidade da Amazônia
UnB	Universidade de Brasília
UNESA	Universidade Estácio de Sá
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNI-KL	Universidade de Kaiserslauten
UNIANDES	<i>Universidad de los Andes Colombia</i>
UNIASSELVI	Centro Universitário Leonardo da Vinci
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNICSUL	Universidade Cruzeiro do Sul
UNIFACISA	Centro Universitário UNIFACISA
UNIFACS	Universidade Salvador
Unip	Universidade Paulista
Unipaz	Universidade da Paz
UNIPÊ	Centro Universitário de João Pessoa
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNISAGRADO	Centro Universitário Sagrado Coração
UNISANTA	Universidade Santa Cecília
UNISBA	Centro Universitário Social da Bahia
UNIVALLE	<i>Universidad del Valle</i>
UNIVEM	Centro Universitário Eurípedes de Marília
UNIZAR	Universidade de Zaragoza - Espanha
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
UnP	Universidade Potiguar
USAL	<i>Universidad de Salamanca</i>
USP	Universidade de São Paulo
USU	Universidade Santa Úrsula
W3C	<i>World Wide Web Consortium</i>
WCAG	<i>Web Content Accessibility Guidelines</i>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	15
1.2	JUSTIFICATIVA.....	17
1.3	QUESTÃO DE PESQUISA E HIPÓTESE.....	22
1.4	OBJETIVOS.....	22
1.5	ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA E PERCURSO METODOLÓGICO.....	23
1.6	CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS.....	23
<b>2</b>	<b>A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMO CIÊNCIA SOCIAL APLICADA .....</b>	<b>25</b>
2.1	A REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA COM FOCO NA INFORMAÇÃO NÃO TEXTUAL .....	28
<b>3</b>	<b>A ACESSIBILIDADE DA INFORMAÇÃO E O PAPEL SOCIAL DO ARQUIVISTA.....</b>	<b>36</b>
<b>4</b>	<b>ASPECTOS DA ACESSIBILIDADE DA INFORMAÇÃO NÃO TEXTUAL EM MEIOS DIGITAIS.....</b>	<b>41</b>
<b>5</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>51</b>
<b>6</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO .....</b>	<b>58</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>97</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>101</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>117</b>
	APÊNDICE A – Quadro de publicações selecionadas em consultas realizadas na Brapci, e utilizadas para a revisão bibliográfica integrativa .....	118
	APÊNDICE B – Quadro de autores das publicações recuperadas na Brapci .	131
	APÊNDICE C – Quadro de resultados de busca no catálogo ABNT – Emendas, erratas e versão em outro idioma – desconsideradas por serem redundantes em relação a norma à qual se referem .....	143
	APÊNDICE D – Quadro de resultados considerados na busca pelo termo “acessibilidade” no Catálogo ABNT .....	145

<b>ANEXOS .....</b>	<b>158</b>
ANEXO A – Trecho da WCAG 2.2: princípio Perceptível – diretriz 1.1 Alternativas em Texto e diretriz 1.2 Mídias com base em tempo.....	159
ANEXO B – Trecho da WCAG 2.2: itens de glossário relevantes para a compreensão das diretrizes 1.1 (Alternativas em Texto) e 1.2 (Mídias com base em tempo).....	162
ANEXO C – Resumos e palavras-chave referentes às 42 publicações selecionadas para análise .....	165
ANEXO D – Relatório de consulta à Brapci: “acessibilidade AND arquivo” ....	186
ANEXO E – Relatório de consulta à Brapci: “acessibilidade AND arquivologia”.....	191
ANEXO F – Relatório de consulta à Brapci: “acessibilidade AND arquivista”.	196
ANEXO G – Programas e cursos de pós-graduação na área da CI – Plataforma Sucupira (consulta realizada em janeiro de 2025) .....	197

## 1 INTRODUÇÃO

Como ponto inicial do estudo, considera-se necessário, primeiramente, contextualizar o cenário no qual se insere o escopo da pesquisa. Nessa perspectiva, esse delineamento é apresentado no tópico a seguir.

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A informação se constitui como fio condutor para que se articule a vivência humana em sociedade. Ainda que seja corriqueiramente utilizado, o termo “informação” é ligado a diferentes significados. A informação, segundo McGarry (1999), pode ser considerada uma maneira de se referir a um fato; uma ratificação de algo previamente conhecido; o exercício de liberdade de escolha ao se eleger uma mensagem; o substrato no qual se pauta o conhecimento; algo que não é recebido de forma passiva; aquilo que é definido com base em seus efeitos no receptor; algo que tem o potencial de reduzir incertezas em determinado contexto.

Entende-se que a informação pode se manifestar de diferentes formas. Nesse sentido, destaca-se a distinção entre a informação em linguagem textual e a informação em linguagem não textual. Documentos textuais, conforme o termo sugere, podem ser compreendidos por aqueles registrados por meio de texto. Dentre os documentos textuais, podem ser citados materiais “manuscritos, datilografados ou impressos, como atas de reunião, cartas, decretos, livros de registro, panfletos e relatórios” (Arquivo Nacional, 2005, p. 79). Por outro lado, entende-se por informação não textual aquelas registradas por meio de recursos audiovisuais, iconográficos e sonoros. Exemplos de documentos não textuais são fotografias, ilustrações, vídeos e áudios.

Embora não haja um consenso acerca do conceito de informação, entende-se que ela está presente em todos os cenários em que o ser humano está inserido. Nessa conjuntura, ao se considerar o panorama atual, destaca-se o potencial catalisador das tecnologias digitais, uma vez que essas possibilitam diferentes formas de representar, organizar e disponibilizar conteúdos diversos. Na perspectiva de Capurro e Hjørland (2007), ainda que o conhecimento e seu compartilhamento se configurem como quesitos fundamentais na sociedade, o advento da tecnologia da informação e suas repercussões mundiais são o que estabelecem de fato a sociedade da informação.

Ao se considerar as tecnologias da informação citadas pelos autores, é possível refletir acerca da informação contextualizada no ambiente digital e, nesse caso, mais especificamente, na *web*. De acordo com Ferraz e Diniz (2020), desde a sua concepção no início da década de 90, a *web* se estabeleceu como uma tecnologia inevitável, que tem seu uso cada vez mais difundido para as mais diversas finalidades. Entre os inúmeros usos aos quais está ligada a utilização da *web*, destaca-se a necessidade informacional de seus usuários. Para Le Coadic (1996), a necessidade de informação pode ser pensada sob dois enfoques: a necessidade de informação em função do conhecimento – aquela originada puramente do desejo de se compreender algo – e a necessidade de informação em função da ação – relacionada àquilo que se faz indispensável para que o ser humano desempenhe atividades, tanto no âmbito profissional quanto no pessoal, com um determinado objetivo como, por exemplo, trabalhar, locomover-se, alimentar-se, entre outros.

Em consonância com a ideia proposta por Le Coadic (1996) a respeito da necessidade de informação em função da ação, cita-se a visão de Ferraz e Diniz (2020), que reiteram o fato de que, na esfera da *web*, a informação é fator crucial para que seja possível realizar tarefas rotineiras, tais como comprar produtos, utilizar serviços bancários e pesquisar conteúdos.

De maneira geral, independentemente do tipo de necessidade informacional, entende-se que o sujeito se vê diante de uma carência a ser suprida e, para tanto, é imperativo recuperar as informações necessárias para sanar a demanda em questão. Nesse cenário, entra em pauta a organização da informação, que se dá para que determinado usuário, ao realizar consultas e buscas, obtenha êxito em suas ações informacionais. Nas palavras de Smit (2009, p. 62), “[...] a organização da informação inclui, por definição, a preocupação com o acesso à mesma: não se organiza por organizar, mas para permitir o acesso à informação”.

Nessa perspectiva, além da organização da informação, destaca-se a sua representação, ou seja, a sua descrição. Cabe salientar que uma mesma informação pode ser representada de diferentes maneiras e, por essa razão, podem ser atribuídos a ela significados distintos de acordo com o cenário no qual se insere.

Capurro e Hjørland (2007) exemplificam a questão ao ponderarem que uma pedra em um campo pode imprimir em seus usuários diferentes informações de acordo com o público: o que um arqueólogo observa pode ser diferente daquilo que é

notado por um geólogo. Portanto, o assunto em questão deve ser representado de forma compatível com o público ao qual se destina.

Frente à reflexão dos autores, entende-se que, para se estabelecer a forma pela qual determinada informação será representada e organizada – para eventualmente se tornar disponível ao seu respectivo público –, é necessário que se considere os usuários para os quais se pretende que a informação seja recuperada. Entre as diversas possibilidades de delineamento de grupos de usuários, o presente estudo direciona seu enfoque para o público de Pessoas com Deficiência (PcD).

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), é considerado PcD o indivíduo que apresenta “[...] impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2024a, p. 9).

Ainda que pareça trivial, é importante esclarecer uma questão a respeito do termo “pessoa com deficiência”. Corriqueiramente, observa-se a utilização de expressões como “portador de deficiência”, “portador de necessidades especiais”, “pessoa especial” e “deficiente”, entre outras. Ainda assim, é importante elucidar que, conforme estabelecido em 2007, na Convenção das Organizações das Nações Unidas (ONU) referente aos Direitos das Pessoas com Deficiência, esses termos não devem mais ser utilizados, pois são considerados ultrapassados.

Isso porque eles atrelam a deficiência a um sinônimo de doenças, ou podem até mesmo sugerir que a deficiência não faz parte do sujeito, levando à conotação de que a pessoa poderia “deixar de portá-la” (Brasil, 2023). Nessa perspectiva, atualmente deve-se utilizar o termo “pessoa com deficiência”, pois se entende que a expressão abarca o reconhecimento da existência da deficiência enquanto uma condição na qual o ser humano pode enfrentar barreiras impostas pela sociedade, porém, sem reduzir o sujeito à sua deficiência.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Uma vez explicada a adoção do termo “pessoa com deficiência”, é possível seguir a discussão em pauta. Embora notadamente haja uma série de fatores que influenciam a problemática em relação ao acesso de PcD em diferentes contextos, nota-se que o quesito informacional é enfatizado na Lei n.º 13.146/2015, uma vez que

dedica o seu Título III, Capítulo II à temática “Do Acesso à Informação e à Comunicação”.

Dentre as disposições previstas no Estatuto da Pessoa com Deficiência, há, por exemplo, o Art. 63, no qual é declarada como obrigatória a acessibilidade de *sites* “[...] mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País, ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis [...]” (Brasil, 2024a, p. 36). Cita-se também o Art. 67, no qual se estabelece que serviços de radiodifusão de sons e imagem devem dispor de recursos como: “I – subtítuloção por meio de legenda oculta; II – janela com intérprete de Libras; III – audiodescrição” (Brasil, 2024a, p. 36-37).

Ao se analisar o Art. 67, é colocada em pauta a acessibilidade de conteúdos manifestados por meio de imagens e sons. Logo, adiciona-se à discussão a informação registrada não por meio do texto escrito, e sim por meio de imagens, (sejam elas estáticas ou em movimento) e/ou sons: a informação não textual.

Segundo Smit (1993), entende-se que conteúdos não textuais, por se distanciarem do tradicional documento escrito, são frequentemente tratados sem a devida atenção. Isso se confirma ao se averiguar, por exemplo, as referências e estudos ligados à Organização e Representação da Informação escrita em detrimento de pesquisas relativas a conteúdos não textuais.

Entende-se que, embora a preocupação referente à acessibilidade de informações não textuais seja um ponto de atenção para a sociedade, essa importância se pronuncia de maneira ainda mais contundente ao se questionar a respeito de como PcD acessam esses conteúdos. Exemplifica-se essa dificuldade com situações do cotidiano: como uma PcD visual pode acessar informações contidas em um vídeo compartilhado nas redes sociais? Como uma PcD navega pelos ícones de aplicativos em seu celular? Como uma pessoa surda pode acessar informações divulgadas em *podcasts*? Como uma PcD auditiva pode compreender uma cena de filme na qual o soar de uma campainha ou o barulho de uma tempestade são necessários para se inteirar do que ocorre em determinada cena?

Nessa direção, pondera-se que, embora a acessibilidade seja cada vez mais discutida em diversas esferas e já esteja formalizada por meio de leis, ainda há espaço na Ciência da Informação (CI) e em áreas relacionadas, como a Arquivologia, para o desenvolvimento de estudos voltados ao tema.

Acerca de investigações concernentes à acessibilidade na CI, cita-se o trabalho “Ciência da Informação, acessibilidade e inclusão às pessoas com deficiência: um levantamento nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação”, desenvolvido por Maia, Lira, Tenaglia e Chalhub (2023). No estudo, as pesquisadoras realizaram o mapeamento dos trabalhos publicados nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), no intervalo de 2009 a 2022, e buscaram aqueles que abordaram os temas de acessibilidade e inclusão.

Para a pesquisa foram utilizadas as seguintes palavras-chave: acessibilidade; acessível; inclusão; deficiência; deficiente e justiça social. As autoras constataram que, em um universo de pesquisa de 3.930 publicações existentes nos anais do ENANCIB – nas edições de 2009 a 2022 –, somente 61 desses trabalhos, ou seja, aproximadamente 1,55%, apresentaram como enfoque os assuntos de acessibilidade e inclusão. Desse modo, o estudo conclui que, embora haja pesquisas na CI concernentes ao contexto da acessibilidade, é necessário que se intensifiquem esforços em torno da temática destacada.

Como indício da necessidade de fomento de discussões relativas à acessibilidade no campo da Arquivologia, cita-se o estudo realizado por Rangel e Oliveira (2024), intitulado “Ensino da acessibilidade nos cursos de Arquivologia no Brasil: uma análise formativa das matrizes curriculares”. A investigação teve como objetivo “identificar a existência ou não do interesse e da formalização do ensino da acessibilidade e das temáticas de acesso, usuários e inclusão social – relacionadas à acessibilidade – nos cursos de graduação de Arquivologia no Brasil” (Rangel; Oliveira, 2024, p. 1).

Foram pesquisados os Projetos Político-Pedagógicos (PPP) dos cursos de Arquivologia em instituições de ensino superior no Brasil, dentre os quais foram recuperados 16 PPPs das seguintes escolas de Arquivologia: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Estadual Paulista (UNESP); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Universidade Federal da Bahia, (UFBA); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Estadual de Londrina (UEL);

Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI).

Os pesquisadores observam que não foi localizado o PPP da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e, por essa razão, esse não consta na análise. Dentre os fatores utilizados no estudo e as suas respectivas constatações, Rangel e Oliveira (2024) consideraram o fato de que o Estatuto da Pessoa com Deficiência foi publicado no ano de 2015 e, a partir disso, averiguaram que “Desde 2015, data da publicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, onze (11) escolas atualizaram os seus PPP. Em somente uma (1) delas consta a acessibilidade no rol das disciplinas obrigatórias” (Rangel; Oliveira, 2024, p. 22). Desse modo, a investigação realizada pelos autores evidenciou a carência por agendas educacionais que apresentem de forma concreta a preocupação com enfoque na acessibilidade da informação voltada ao público com deficiência.

Nessa esteira de pensamento, ressaltam-se três pontos principais destacados até aqui: 1) a informação não textual em meio digital, na *web*, como quesito *sine qua non* para a efetivação de diversas atividades desempenhadas pelo sujeito inserido em sociedade; 2) o acesso à informação como um direito salvaguardado por lei; 3) no âmbito arquivístico, a potencial carência de estudos em que se considere a acessibilidade da informação com foco no público de PcD.

Assim, justifica-se a necessidade de investigações acerca da acessibilidade de informações não textuais para PcD. Repensar a atuação do arquivista é uma imperiosa e ininterrupta tarefa, visto que, em face das transformações perenes pelas quais a sociedade passa, o profissional da informação deve se posicionar de forma a acompanhar tais mudanças (Silva; Ribeiro, 2008). Isso porque, somente dessa maneira, esse profissional será capaz de compreender e atender às necessidades dos usuários da informação, independentemente do público ao qual se refere.

A relevância da pesquisa também está pautada em sua consonância com a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2015. A agenda propõe 17 objetivos a serem cumpridos até o ano de 2030. Entre esses, entende-se que o estudo em tela se alinha principalmente ao objetivo 10, que busca “reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles” (Organização das Nações Unidas, 2015, p. 29). Tal objetivo se desdobra em diferentes metas. Dentre elas, evidencia-se o item 10.2 que, além de outros pontos, preconiza o empoderamento e promoção da inclusão social para todos, “[...]”

independentemente da idade, gênero, **deficiência**, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra” (Organização das Nações Unidas, 2015, p. 29, grifo nosso). Entende-se que, por meio do incentivo à democratização do acesso à informação não textual por PcD, seja possível contribuir para a pauta destacada na Agenda 2030.

Além do exposto, no que tange à motivação pessoal para o desenvolvimento do estudo, explica-se: o interesse pela acessibilidade da informação é algo que há anos acompanha a autora desta tese. Ao cursar, no ano de 2015, o Programa de Formação Pedagógica (PROFOP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) em Londrina/PR, a pesquisadora frequentou aulas da disciplina de Libras. Com isso, teve a oportunidade de conhecer um pouco a respeito das dificuldades de acesso à informação que podem ser experienciadas por surdos.

A discente seguiu os estudos de Libras por meio de cursos certificados pela Federação Nacional de Educação e Integração do Surdos (FENEIS). Assim, manteve contato com pessoas da comunidade surda e passou a se conscientizar a respeito das barreiras com as quais essas se deparam em diferentes cenários, como nos serviços de atendimento ao público e acesso a conteúdos na *web*.

Em 2020, quando cursava graduação em Arquivologia, desenvolveu como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) uma pesquisa intitulada “A Língua Brasileira de Sinais e seus enfoques em estudos científicos: em foco as teses na BDTD”. O trabalho constatou a escassez de pesquisas desenvolvidas por graduados em Arquivologia acerca da Libras, fato esse que potencialmente aponta para a carência de investigações a respeito da acessibilidade de conteúdos para o público surdo.

No ano de 2022, passou a trabalhar com o desenvolvimento de livros digitais com foco no Programa Nacional de Livro e do Material Didático (PNLD) – uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), que tem por objetivo a disponibilização sistematizada e gratuita de materiais didáticos, pedagógicos e literários para as redes de ensino públicas. Nos editais do PNLD há especificações técnicas acerca da acessibilidade e, em decorrência disso, tomou-se conhecimento de recursos e tecnologias assistivas para a disponibilização de conteúdos não textuais.

Entre os desafios para o desenvolvimento de livros acessíveis, deparou-se com a dificuldade de encontrar profissionais capacitados para desempenhar atividades como descrição de imagens e audiodescrição (AD). Desse modo, refletiu-se acerca da possibilidade de arquivistas se qualificarem para desenvolver trabalhos com o

ênfoque destacado. Notou-se, desse modo, a oportunidade de exercício do papel social do arquivista pautado na representação de conteúdos não textuais em meio digital para PcD.

### 1.3 QUESTÃO DE PESQUISA E HIPÓTESE

Nessa conjuntura, ao considerar o contexto e justificativas apresentadas, é delineada a seguinte **questão de pesquisa**: no que tange à informação não textual em meio digital, como o arquivista pode atuar de forma a contribuir para que PcD tenham acesso à informação?

Frente ao exposto, a **hipótese do estudo** foi definida como: são escassos os estudos acerca da atuação do arquivista com o foco de salvaguardar, para o público de PcD, a acessibilidade de informações não textuais em meio digital.

### 1.4 OBJETIVOS

A partir da concepção em pauta, foi traçado como **objetivo geral** da pesquisa evidenciar o campo de atuação do arquivista na representação da informação não textual em materiais digitais, com foco na acessibilidade.

Ao se considerar o objetivo geral delimitado, foram estabelecidos os seguintes **objetivos específicos**: a) analisar as produções indexadas na Brapci que relacionam o assunto de acessibilidade ao campo do arquivista, arquivo e Arquivologia a fim de identificar quais são as tendências de pesquisa nessa temática; b) investigar a formação acadêmica dos autores das publicações identificadas na Brapci, bem como identificar se entre esses há profissionais formados em Arquivologia; c) apresentar normas da ABNT relacionadas à acessibilidade da informação com foco no público de PcD; d) elencar as recomendações de acessibilidade com foco em “alternativas textuais para conteúdo não textual”, “legendas” e “audiodescrição” inscritas na *Web Content Accessibility Guidelines 2.2 (WCAG 2.2)*.

## 1.5 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA E PERCURSO METODOLÓGICO

Uma vez evidenciadas as razões pelas quais se justifica o estudo, bem como delimitados o problema de pesquisa, hipótese e objetivos, a pesquisa foi organizada de acordo com a estrutura apresentada a seguir.

O primeiro tópico, a introdução, contextualiza o assunto e apresenta o problema de pesquisa, a hipótese, os objetivos, a justificativa, a organização e as contribuições esperadas do estudo. O referencial teórico é constituído pelos tópicos dois, três e quatro. O item dois trata a respeito da CI como ciência social aplicada. Este tópico se desdobra no subitem 2.1, que se concentra na Representação Temática com foco na informação não textual. Já o terceiro item trata da acessibilidade da informação e o papel social do arquivista. O quarto tópico ocupa-se dos aspectos da acessibilidade da informação não textual em meios digitais. O quinto item detalha os procedimentos metodológicos aplicados.

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, descreve-se sumariamente: estudo de natureza pura, com enfoque qualitativo e objetivos descritivos, fez uso de revisão bibliográfica integrativa. Para análise e discussão, foram utilizados resultados de buscas realizadas em três principais fontes de informação: Brapci, catálogo de normas da ABNT e diretrizes preconizadas na WCAG 2.2.

## 1.6 CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS

A expectativa é a de que, com o estudo desenvolvido, seja possível somar esforços para o preenchimento de lacunas identificadas, tanto em pesquisas, quanto na atuação do arquivista: tem-se em vista o fortalecimento de discussões acerca de diferentes possibilidades de atuação do arquivista, considerando o seu papel social. Evidencia-se, nesse caso, a originalidade da pesquisa ao se dar enfoque específico à representação temática da informação em meio digital, com vistas a salvaguardar a acessibilidade de conteúdos não textuais para PcD visual e/ou auditiva.

Assim, busca-se reiterar a relevância de atividades desempenhadas no âmbito científico-acadêmico para que sejam percebidos problemas enfrentados por diferentes grupos sociais, bem como para que sejam propostas formas de saná-los, articulando assim o que se produz nas universidades e aquilo que é disponibilizado para as

comunidades às quais pertencem. Espera-se, nesse sentido, contribuir para que o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), especificamente a linha de Organização e Representação da Informação, se estabeleça e consolide progressivamente como referência em pesquisas concernentes à acessibilidade como elemento intrínseco e basilar da CI, de forma a impactar positivamente a sociedade na qual se insere.

Em uma perspectiva mais ampla, espera-se também contribuir para que a CI, por meio da Organização e Representação Temática da Informação, continue a trilhar caminhos em direção à concretização de seu papel como ciência social aplicada, encarregada do estudo e da solução de demandas detectadas pela sociedade.

## 2 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMO CIÊNCIA SOCIAL APLICADA

Ao se refletir a respeito da informação, é possível identificá-la como substrato essencial à vivência humana. No que tange ao caráter determinante da informação, Freire (2006, p. 14) destaca:

[...] sempre foi relevante para o desenvolvimento da sociedade humana, mas que em nossos dias ganhou um novo destaque. E não somente pelo seu alto grau de importância e penetrabilidade em todos os setores da sociedade, especialmente no campo científico, mas como necessidade presente em todos os aspectos da atividade humana.

Araújo (2018), ao se referir à informação, exemplifica cenários em que ela se faz presente: a leitura de publicações impressas em papel, ou em formato digital; o uso de aplicativos de troca de mensagens e o compartilhamento de conteúdos diversos, como imagens e notícias; viajantes que compartilham fotografias dos lugares que visitam assim que chegam a este local; estudantes que realizam pesquisas escolares utilizando a internet; a disponibilização remota de documentos pertencentes a arquivos públicos; discussões internacionais com a preocupação de regulamentar a internet com vistas a garantir a segurança e privacidade de seus usuários. Além do fato de todas as situações citadas terem como elemento comum a informação como fio condutor, nota-se que “[...] todos eles, de alguma forma, poderiam ser fenômenos estudados por uma ciência – no caso, a ciência da informação” (Araújo, 2018, p. 5).

No estudo “Ciência da Informação: o que é isto?” proposto por Borko (1968, p.1), a CI é definida como “[...] disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima”. Saracevic (1996, p. 60) descreve como problemática a ser tratada pela CI “a tarefa massiva de tornar mais acessível um acervo crescente de conhecimento”. Nessa perspectiva, faz-se plausível afirmar que a CI se caracteriza como campo de estudos primordial no dado cenário, uma vez que se preocupa “[...] em esclarecer um problema social concreto, o da informação, e voltada para o ser social que procura informação, situa-se no campo das ciências sociais (das ciências do homem e da sociedade) [...]”. (Le Coadic, 1996, p. 21).

Nessa linha de raciocínio, destaca-se a contribuição do campo de estudos citado para o desenvolvimento de diferentes áreas, por meio de investigações que

buscam compreender e propor soluções para necessidades informacionais detectadas, fundamentadas em um arcabouço de métodos e conhecimentos científicos. Desse modo, ao discorrer acerca da CI enquanto campo científico, Freire (2002, p. 10, grifo da autora) pondera:

[...] na sociedade contemporânea é amplamente reconhecido o valor do conhecimento científico para a produção econômica e social. Em decorrência, a informação associada a esse conhecimento adquiriu um **valor**, na medida das possibilidades de sua utilização pelos grupos sociais que vivem em um meio cultural intensivo de novas tecnologias de informação e comunicação.

Ao refletir quanto ao estabelecimento da CI enquanto Ciência Social Aplicada, bem como suas preocupações quanto às necessidades apresentadas por determinada comunidade, observa-se que esse campo de estudos se trata de “[...] uma ciência recursiva que se vale dos conhecimentos já existentes nas ciências (normais), dos avanços tecnológicos e suas possibilidades, bem como se define segundo os nichos de oportunidade (demandas sociais)” (Galvão; Borges, 2000, p. 48).

Frente ao exposto, evidencia-se a responsabilidade social atribuída aos cientistas da informação (bem como demais profissionais da informação – arquivistas, bibliotecários e museólogos), uma vez que esses devem incumbir-se, enquanto profissionais ligados ao âmbito informacional, do “[...] papel de facilitadores da comunicação do conhecimento, aproximando produtores e usuários da informação, de modo que os recursos disponíveis sejam utilizados por todos que deles necessitam” (Freire, 2002, p. 12).

Mesmo que se considere a CI sob essa ótica, cabe lembrar que, em seus primórdios, é possível relacionar o seu surgimento ao período da Guerra Fria, quando ocorreu o conflito e polarização entre o capitalismo e o socialismo, respectivamente liderados pelos Estados Unidos e União Soviética. Nessa circunstância, a informação assumiu um papel determinante no que se refere aos rumos tomados em decorrência da guerra, visto que a informação se afirmou como peça-chave na arena científico-tecnológica (Araújo, 2018).

Começou ali, por meio da designação de eventos, associações e periódicos, o projeto de construção de uma ciência da informação, uma ciência profundamente envolvida com as problemáticas da época: a necessidade militar, o clima de competição entre os países, a informação como recurso a ser usado no conflito, a necessidade de um uso instrumental e a busca por eficácia e eficiência. (Araújo, 2018, p. 6).

Nesse cenário, na concepção de Araújo (2003), inicialmente a CI apresentou relações com a computação e um viés voltado à recuperação automatizada de informações. Somente na década de 70 a CI promoveria a “[...] sua inscrição efetiva nas ciências sociais [...]” (Araújo, 2003, p. 22).

Atualmente, mais de meio século após sua origem, a CI se configura de maneira diferente, visto que acompanhou as mudanças sofridas pela sociedade. Embora ainda existam pesquisas direcionadas ao viés inicialmente mais tecnicista, as problemáticas tratadas por essa ciência se diversificaram. Isso “[...] porque o desenvolvimento das tecnologias solucionou uma série de problemas, mas trouxe muitos outros, relativos às questões humanas (sociais, culturais, políticas, econômicas, jurídicas)” (Araújo, 2018, p. 7).

Qualquer ação de informação, enquanto imersa em processos de crescente diferenciação e com extensa e intensiva interseção das tecnologias digitais, hoje - além de afetar e ser afetadas pelos modos de transmissão cultural, de socialização e formação de identidades, tem como plano preferencial de constituição aquele em que se definem os modos de integração social: onde são tecidas ou esgarçadas as relações dos participantes de uma forma de vida ou entre as formas de vida e os sistemas administrativos e tecnológicos, relações permanentemente reformuladas pelas dinâmicas das formas de vida e as estratégias seletivas do poder. (González de Gómez, 2009, p. 28).

De acordo com o apresentado e retomando a questão do papel social a ser desempenhado pela CI e seus cientistas, reitera-se o ponto de vista de Le Coadic (1996, p. 22), que afirma: “De prática de organização a ciência da informação tornou-se uma ciência social rigorosa, sob o efeito de uma demanda social crescente e de novos desafios sociais [...]”. Assim, ao observar o posicionamento do autor quanto à atenção da CI no que se refere às demandas apresentadas pela sociedade, destaca-se particularmente a forma pela qual é possível buscar caminhos para se garantir o acesso à informação pelo sujeito que dela necessite.

Para Smit (2009, p. 62), ao se discutir a respeito da organização e acesso à informação, faz-se necessário questionar a ordem pelas quais ocorrem tais processos. “De fato, trata-se efetivamente de uma seqüência? Ou o acesso à informação determina os modos de organização da mesma? Ou será que a organização da informação determina o acesso?” Frente a esses questionamentos, a pesquisadora dá progressão à sua linha de pensamento ao considerar que a informação por si só é desprovida de sentido. Para que essa tenha algum sentido, é necessário que se dê a

sua organização (Smit, 2009). Assim, introduz-se a questão da organização informacional e sua representação.

## 2.1 A REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA COM FOCO NA INFORMAÇÃO NÃO TEXTUAL

Entre os diversos enfoques existentes na CI, observa-se que é possível investigar o processo de ações comunicativas e o acesso à informação sob dois enfoques: o da recuperação da informação ou o da representação da informação (Novellino, 1996). A presente proposta de pesquisa tem suas atenções voltadas para o segundo viés, o da representação. Segundo Lage e Lunardelli (2020, p. 198), a

CI, caracterizada como área interdisciplinar, que percorre diferentes campos do saber, destaca-se com estudos da organização da informação, em especial da representação da informação, que propõe outras maneiras de ver o mundo com questões de cunho teórico e prático. Reforça-se, nesse sentido, a relevância de se organizar a informação na perspectiva de sua representação, para que seja passível de recuperação, acesso e apropriação.

De maneira complementar, cita-se a concepção de Lima e Alvares (2012, p. 21) acerca do conceito de representação: “Representar é o ato de utilizar elementos simbólicos – palavras, figuras, imagens, desenhos, mímicas, esquemas, entre outros – para substituir um objeto, uma ideia ou um fato”.

Cabe salientar que a representação da informação pode se dar com base em duas perspectivas distintas: descritiva ou temática. A representação descritiva, como o próprio termo sugere, busca descrever “[...] as características específicas do documento, denominada descrição bibliográfica, que permite a individualização do documento” (Maimone; Silveira; Tálamo, 2011, p. 28). Por outro lado, a representação temática volta as suas atenções ao conteúdo, aos “[...] assuntos dos documentos a fim de aproximá-los, tornando mais fácil a recuperação de materiais relevantes que dizem respeito a temas semelhantes” (Maimone; Silveira; Tálamo, 2011, p. 28).

Embora muito se debata a respeito da prevalência de uma forma de representação sobre a outra, entende-se que ambas são complementares e apresentam um ponto de convergência no que diz respeito à sua finalidade de propiciar a organização e posterior acesso à informação, com vistas a atender as necessidades de seus usuários. Isso posto, para fins de delimitação de escopo, destaca-se que esta pesquisa se debruça sobre o enfoque da representação temática.

Conforme observado por Gonçalves, Oliveira e Neves (2016, p. 116), a representação pode ser compreendida enquanto processo cognitivo, uma vez que é resultante

[...] de uma capacidade de reflexão do uso da linguagem, onde o sujeito seleciona os termos e conceitos com intenção comunicativa, que pode ser verbal – utiliza-se da linguagem falada ou escrita – ou não verbal – utiliza-se de sinais não linguísticos, como imagens, por exemplo. A representação temática enquanto ato de descrição e identificação de um documento de acordo com seu assunto, seria o processo de conversão do conteúdo do documento em um ou mais descritores que melhor o represente(m).

A representação temática faz uso da linguagem documentária, também referida como linguagem de indexação. De acordo com Catarino, Cervantes e Andrade (2015, p. 106), ela é “[...] considerada como uma linguagem intermediária, por ser um recurso fundamental e muito utilizado para a representação temática da informação”. Desse modo, a linguagem documentária serve como uma espécie de ponte “[...] entre ao menos duas linguagens: a linguagem do sistema e a linguagem do usuário” (Lara, 2004, p. 233).

Importa observar que as linguagens empregadas como instrumentos de indexação podem ser nomeadas de diferentes maneiras, de acordo com suas características. Exemplo delas são: “tesauros, vocabulários controlados, listas de cabeçalhos de assunto, taxonomias, ontologias, entre outras” (Maimone; Kobashi; Mota, 2016, p. 77). Entre os produtos originados a partir do processo de representação temática, cita-se como exemplos os resumos e palavras-chave, que apresentam de forma condensada o conteúdo de determinada fonte de informação.

De acordo com Maimone e Gracioso (2007), a representação temática pode se concentrar em dois tipos de materiais: os documentos gráficos (entre os quais as autoras exemplificam os livros, periódicos e anais de congressos) e os documentos não-gráficos (integrados por aqueles que são audiovisuais, visuais e sonoros).

Segundo as autoras,

No que tange à representação temática, pode-se afirmar que há uma extensa bibliografia que consolida essa etapa para os materiais gráficos, porém no que se refere aos materiais não-gráficos percebe-se lacunas teóricas e metodológicas que necessitam de atenção. (Maimone; Gracioso, 2007, n. p.).

Em outras palavras, referente à representação temática, entende-se que as pesquisadoras salientam a existência de diferenças entre o modo pelo qual se tratam

documentos textuais e não textuais. Os documentos não textuais são aqueles que expressam conteúdos por meio de imagens e sons – equivalente, nesse caso, aos documentos não gráficos apontados por Maimone e Gracioso (2007). Por outro lado, podem ser considerados exemplos de documentos não textuais mapas e planos, documentos fotográficos, registros sonoros e imagens em movimento (Fillion, 1998).

No cenário dos arquivos, tradicionalmente as atenções voltaram-se aos documentos textuais em detrimento dos não textuais. Conforme observado por Fillion (1998, p. 227),

Durante muito tempo preocupada apenas com os documentos em suporte de papel e em particular com os documentos textuais, a arquivística tradicional consagrou-se pouco ao tratamento dos documentos ditos não textuais. Considerados como documentos especiais, a maior parte das vezes estes eram reunidos em coleção ou confiados a especialistas de outras áreas, pouco iniciados nos princípios arquivísticos.

A perspectiva de Smit (1993) corrobora a ideia de que documentos audiovisuais são, de certa maneira, “negligenciados” pelos profissionais da informação. Isso porque arquivistas, bibliotecários e museólogos apresentam uma certa predisposição “[...] a isolar os documentos audiovisuais numa categoria do ‘outro’, do ‘diferente’, do ‘complemento’. Informação ‘séria’ é informação escrita [...]” (Smit, 1993, p. 84). Nessa mesma direção, Maimone e Gracioso (2007) notam que, enquanto a representação temática de documentos textuais conta com aporte teórico robusto no qual se embasar, estudos concernentes à representação temática de conteúdos não textuais são incipientes.

Ainda que as perspectivas de Smit (1993), Fillion (1998) e Maimone e Gracioso (2007) a respeito da escassez de estudos acerca de documentos não textuais tenham sido publicadas há anos, entende-se que essa carência ainda persiste.

Nota-se que os documentos não textuais anteriormente eram referidos no campo da Arquivologia como “documentos especiais”. Conforme definição apresentada no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, o documento especial seria aquele que, além de ser registrado por meio da linguagem não-textual, baseia-se em suportes não convencionais e “[...] exige procedimentos específicos para seu **processamento técnico**, guarda e **preservação**, e cujo **acesso** depende, na maioria das vezes, de intermediação tecnológica” (Arquivo Nacional, 2005, p. 75, grifo do autor).

Cabe salientar que, conforme esclarecido por Siqueira (2016), embora conste ainda em dicionários e livros da área, o termo “documentos especiais” caiu em desuso no âmbito arquivístico. Diante das especificidades desses documentos, bem como considerando o fato de que não havia até então uma padronização terminológica normalizada própria para documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros, em 2010 foi estabelecida pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) a Câmara Técnica de Documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros (CTDAIS). Posteriormente, no ano de 2016, em decorrência de uma reformulação, a comissão passou a ser chamada “Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais (CTDAISM) (Silva; Madio; Machado; Penha, 2021). Nesse sentido, reitera-se que foi reconhecida pelo CONARQ a necessidade de debates e esforços relativos às particularidades desses documentos.

Para atestar a ideia de que, mesmo após décadas, o cenário da falta de esforços voltados à representação da informação em documentos especiais permanece, cita-se a pesquisa realizada por Silva e Novo (2024) no contexto contemporâneo.

A pesquisa “Ensino sobre documentação audiovisual na Arquivologia brasileira” teve como objetivo “[...] verificar, por meio da análise das matrizes curriculares dos cursos de Arquivologia no Brasil, como o ensino sobre a documentação audiovisual vem sendo realizado” (Silva; Novo, 2024, p. 2). Para cumprir o proposto, as autoras consultaram os projetos político pedagógicos (PPPs) dos 17 cursos de graduação em Arquivologia em funcionamento no Brasil. Para os casos em que não foi possível localizar tal documento, ou em casos em que não foi identificada no PPP uma disciplina relativa à temática audiovisual, *e-mails* foram enviados aos colegiados dos cursos. No estudo, constatou-se que entre as dezessete instituições que oferecem curso de graduação em Arquivologia, apenas sete delas, menos de 50%, oferecem disciplinas que abordam materiais audiovisuais (Silva; Novo, 2024).

Embora o artigo de Silva e Novo (2024) não utilize especificamente os termos “documento especial” ou “informação não textual”, entende-se que a discussão suscitada está alinhada a esse universo, visto que seu enfoque recai sobre os documentos audiovisuais. O documento audiovisual, de acordo com Siqueira (2016, p. 22), pode ser compreendido de diferentes formas. “Em algumas instituições, ela se refere apenas aos documentos de imagens em movimento, em outras, aos documentos de imagem, fixa ou em movimento e, em algumas, aos documentos de

imagens em movimento, iconográfico e/ou sonoros”. De forma consonante, para Vieira (2016, p. 50), a concepção de documentos especiais (aqueles que não são textuais), está ligada a “[...] aqueles que utilizam para comunicar uma informação, a linguagem audiovisual, iconográfica ou sonora [...]”.

Desse modo, infere-se que a pesquisa realizada por Silva e Novo (2024) fornece indícios que reforçam a ausência de pesquisas alusivas à representação da informação não textual. De forma convergente, Dias (2020, p. 130) ratifica a necessidade de esforços direcionados à representação de conteúdos não textuais ao observar que, nos tempos atuais, o sujeito se depara a todo momento com recursos imagéticos, uma vez que, “[...] além do texto torna-se importante lidar com a tela, espaço repleto de objetos informacionais híbridos e que conta com a presença de objetos de ordem visual, textual, não textual e de outra natureza”. De maneira complementar, cita-se a assertiva de Vieira (2016, p. 49) ao afirmar que “Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, a produção e utilização de documentos em linguagem visual, iconográfica e sonora crescem vertiginosamente, impactando a prática arquivística”.

Nessa linha de raciocínio, destacados os conteúdos registrados de maneira não textual, cabe, nesse sentido, exemplificar a questão. Para tanto, a respeito de possíveis exemplos de documentos não textuais, são apresentadas a seguir algumas definições do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005) e do Glossário da CTDAISM, circunscrita ao CONARQ (2018):

#### **Quadro 1** – Documentos não textuais: termos e respectivas definições

<b>Termo</b>	<b>Definição segundo o Dicionário Brasileiro de terminologia arquivística</b>	<b>Definição segundo o glossário da CTDAISM</b>
Documento audiovisual	Gênero documental integrado por documentos que contêm imagens, fixas ou imagens em movimento, e registros sonoros, como filmes (2) e fitas videomagnéticas. Ver também documento filmográfico, documento iconográfico e documento sonoro. (Arquivo Nacional, 2005, p. 73).	Gênero documental integrado por documentos que contêm imagens, como finalidade de criar a impressão de movimento, associadas ou não a requisitos sonoros (Conselho Nacional de Arquivos, 2018, p. 13).
Documento filmográfico	Gênero documental integrado por documentos que contêm imagens em movimento, com ou sem som, como filmes (2) e fitas videomagnéticas. Também chamado documento cinematográfico (Arquivo Nacional, 2005, p. 76).	O termo “documento filmográfico” não consta no glossário da CTDAISM.

Continua...

Documento fotográfico	Fotografia em positivo ou negativo (Arquivo Nacional, 2005, p. 76, grifo do autor).	O termo “documento fotográfico” não consta no glossário da CTDAISM.
Documento iconográfico	Gênero documental integrado por documentos que contêm imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras (Arquivo Nacional, 2005, p. 76).	Gênero documental integrado por documentos constituídos de imagens fixas (Conselho Nacional de Arquivos, 2018, p. 13).
Documento sonoro	Registro sonoro, como disco e fita audiomagnética. (Arquivo Nacional, 2005, p. 79, grifo do autor).	Gênero documental integrado por documentos que contêm registros sonoros (Conselho Nacional de Arquivos, 2018, p. 13).

**Fonte:** elaborado com base em Arquivo Nacional (2005) e Conselho Nacional de Arquivos (2018).

Assim, ao se considerar as diferentes formas pelas quais a informação pode ser registrada, para além da modalidade escrita, sejam elas manifestadas por meio de documentos audiovisuais, iconográficos ou sonoros, compreende-se que, em última instância, “A informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável. [...] a informação deve ser representada para nós de alguma forma, e transmitida por algum tipo de canal” (McGarry, 1999, p. 11).

No que tange à complexidade de informações não textuais, Smit (1987) ressalta a sua intrincada natureza ao observar, por exemplo, que imagens frequentemente são utilizadas de maneira deslocada de suas condições originais de produção. A autora exemplifica:

Um documentário sobre Getúlio Vargas fixa a câmera no então presidente discursando. No final de uma frase, ouvem-se muitos aplausos, o que leva muito “consumidor” à conclusão de que Getúlio Vargas, naquele dia, tinha o apoio da platéia. A trilha sonora faz “ver” uma platéia que o filme não “mostra”. As condições de produção (a “técnica” e a cultura dentro da qual a técnica é exercida) e as condições de consumo (o poder de sugestão da imagem, e sua aparente transparência) devem ser, em todo caso, levadas em conta, se quisermos “bem” analisar uma imagem. (Smit, 1987, p. 102).

Na esteira desse pensamento, Smit (1987) considera que analisar uma imagem culmina em realizar uma espécie de transcodificação do código icônico para o código verbal (textual). Embora a pesquisadora não especifique, considera-se ser possível traçar paralelos com conteúdos sonoros, igualmente passíveis de transposição de seu significado do meio não textual para o textual. Cabe pontuar que esse processo de transcodificação se torna progressivamente complexo ao passo em que se combinam

informações sonoras e visuais: analisar uma imagem estática pode ser considerada uma tarefa simples se comparada à análise de um filme, por exemplo (Smit, 1987).

Outra dificuldade a ser ponderada é o fato de que raramente se estabelece de forma clara a delimitação entre o que se considera descrição e a linha de fronteira que a separa da interpretação. Nas palavras de Smit (1987, p. 106), “A grande dificuldade na análise da imagem consiste nesta separação entre a denotação (o que a imagem mostra) e a conotação [...]”, aquilo que a sociedade, o profissional da informação, veem ou projetam na imagem.

Nesse sentido, destaca-se como fator crucial na descrição e representação de conteúdos não textuais a determinação daquilo que deve ou não ser incluído na representação do conteúdo. Isso porque, para que a informação possa ser recuperada de maneira eficaz e eficiente, é preciso que haja detalhes suficientes para que se identifique e compreenda o conteúdo, porém, sem dados excessivos que tornem a busca um processo longo e ineficaz.

Nesse cenário, são percebidos alguns desafios enfrentados pelo arquivista. Assunção, Diniz, Redigolo e Fujita (2022), por exemplo, discutem fatores a serem considerados na representação de conteúdos multimídia. Os autores ressaltam que a descrição dessas informações “[...] deve ser realizada de forma padronizada, por intermédio do uso de instrumentos de controle de vocabulário para que a recuperação da informação aconteça sem inconsistências” (Assunção, Diniz, Redigolo; Fujita, 2022, p. 25). O vocabulário controlado, cabe esclarecer, entendido como um conjunto de termos normalizados, é utilizado como norteador no processo de indexação e recuperação de conteúdos (Arquivo Nacional, 2005).

De maneira complementar, no contexto de acervos audiovisuais digitais, Tauil, Sousa e Paletta (2024) consideram os metadados como fator crucial, pois, por meio deles, é possibilitada a representação, a busca e a recuperação de documentos. Outro ponto destacado pelos pesquisadores é a questão da obsolescência tecnológica e seu impacto na preservação digital.

Assim, entende-se que questões como a indexação, o uso de vocabulário controlado, a implementação de metadados e ações de preservação digital são postos como aspectos basilares a serem considerados na prática arquivística voltada à acessibilidade da informação não textual no cenário digital. Embora haja investigações voltadas ao contexto destacado, percebe-se que há ainda a necessidade de fomento de discussões nessa perspectiva.

Em linhas gerais, frente ao capcioso cenário mencionado, cabe citar Araújo (2018, p. 39), que compreende que ao se “[...] organizar, classificar e indexar informação (enfim, representá-la) precisa considerar não apenas o escopo dos documentos concretos [...], mas também o âmbito dos conhecimentos existentes nos campos aos quais pertencem essas fontes”. Nesse sentido, salienta-se como necessário levar em consideração o contexto de uso da informação, bem como o público ao qual se destina. Isso posto, consolida-se a noção da organização e representação de conteúdos com foco em sua posterior recuperação, o que coloca em evidência a sua acessibilidade.

### 3 A ACESSIBILIDADE DA INFORMAÇÃO E O PAPEL SOCIAL DO ARQUIVISTA

Entende-se como um dos papéis da CI, conforme ressalta Freire (2006), a contribuição para que a informação se cumpra como fator de inclusão social que oportunize o desenvolvimento de sujeitos e nações. De acordo com o autor, esse campo de estudos deve buscar novos modos de se pensar e agir nos processos comunicacionais inseridos na sociedade. “Sociedade onde existem, cada vez mais, pessoas que precisam ter acesso à informação, nas mais diversas fontes e através dos mais variados canais” (Freire, 2006, p. 17). Desse modo, salienta-se o fato de que a acessibilidade está imbricada na problemática da informação.

De acordo com McGarry (1999), ao se refletir acerca do acesso, verifica-se que a temática abrange diferentes aspectos, dentre os quais o autor salienta:

- *Acesso educacional*. Inclui o ‘direito de aprender’ e o direito aos materiais eletrônicos e impressos que permitam que esse processo realize seus objetivos.
- *Acesso econômico*. Muito relacionado com o anterior. O direito às informações que contribuam para o bem-estar econômico do indivíduo, direto que estaria disponível se o indivíduo tivesse o dinheiro necessário.
- *Acesso político*. O direito de ter informações relativas às decisões tomadas por outros em seu nome, de modo que possam agir como membros informados da sociedade.
- *Acesso físico*. Pode incluir todos os tipos de barreiras à informação, da falta de rampas para cadeiras de rodas no exterior da biblioteca local à falta de uma máquina de Kurzweil para auxiliar os leitores que sofram de deficiência total ou parcial da visão.
- *Acesso cultural*. Muito relacionado com o acesso político e econômico, compreende o acesso a materiais na língua, cultura ou credo religioso do interessado. (McGarry, 1999, p. 192, grifo do autor).

Conforme é possível perceber ao se observar a declaração de McGarry (1999), o impedimento de acesso à informação pode influenciar diversos âmbitos no cotidiano do indivíduo, desde questões educacionais, econômicas, políticas, físicas e culturais.

Sob o ponto de vista da acessibilidade como um direito salvaguardado por lei, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência – instituído por meio da Lei n.º 13.146/2015 –, a acessibilidade é considerada como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, **informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias**, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2024a, p. 10, grifo nosso).

De uma perspectiva mais específica da acessibilidade no contexto da CI, Souza e Fernandes (2020) desenvolveram em seu estudo intitulado “Discutindo a Acessibilidade Informacional no Ecosistema Digital” uma análise acerca do conceito de acessibilidade informacional. Para tanto, realizaram consultas no SciELO e Brapci. Nas buscas, procuraram pelo termo exato “Acessibilidade Informacional” no título e/ou palavras-chave das publicações indexadas nas bases. Pautados nos resultados obtidos, que apresentam datas de publicação no período de 2011 a 2018, os autores apresentam seguinte acepção:

[...] compreendemos que a acessibilidade informacional é a característica relativa à diminuição e/ou remoção das barreiras no processo informacional, tendo em vista que as pessoas possam alcançar a satisfação de suas necessidades informacionais através de uma experiência positiva e com o menor esforço necessário, obtendo resultados eficazes e condizentes com sua condição, seja ela qual for. (Souza; Fernandes, 2020, p. 151).

Diante do exposto, coloca-se em evidência o fato de que a informação e a comunicação, bem como as respectivas tecnologias despendidas nesse cenário, são citadas como fatores a serem considerados no tocante à acessibilidade. Nessa conjuntura, é imperativo reconhecer que PcD se deparam com diferentes barreiras, as quais, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, podem ser compreendidas como “[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, [...] a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação [...]” (Brasil, 2024a, p. 10). Ainda, a Lei n.º 13.146/2015 classifica essas barreiras em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) **barreiras nas comunicações e na informação**: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) **barreiras tecnológicas**: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias; (Brasil, 2024a, p. 10, grifo nosso).

No escopo da presente pesquisa, o enfoque recai sobre as barreiras nas comunicações e na informação, bem como nas barreiras tecnológicas. Mais

especificamente no contexto arquivístico, o acesso pode ser considerado como “1 Possibilidade de **consulta a documentos e informações**. 2 Função arquivística destinada a tornar acessíveis os **documentos** e a promover sua utilização.” (Arquivo Nacional, 2005, p. 19, grifo do autor). Para complementar essa noção, importa elucidar que a acessibilidade em si, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, refere-se à “Condição ou possibilidade de **acesso (1, 2) a serviços de referência, informação, documentação (2)** e comunicação (Arquivo Nacional, 2005, p. 19, grifo do autor).

Dadas as concepções acerca da acessibilidade apresentadas, coloca-se em pauta o papel social arquivista enquanto profissional da informação. De acordo com a Lei n.º 6.546, de 4 de julho de 1978, a qual dispõe a respeito da regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo, são atribuições do arquivista:

- I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;
- II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;
- III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;
- IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;
- V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;
- VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;
- VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;
- VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;
- IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
- X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;
- XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;
- XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes. (Brasil, 1978).

Além das atividades descritas, cabe pontuar que o arquivista deve atuar não somente com foco na técnica, mas, também, deve abarcar a responsabilidade social que cabe a este profissional.

O ponto de atenção acerca da necessidade de atualização do profissional, a fim de atender às demandas em constante modificação, é pertinente, uma vez que, não raro, o arquivista é limitado ao escopo analógico da informação registrada em papel. Essa ideia se dá tanto pelo imaginário popular quanto pela própria construção

do arquivista ao desempenhar suas atividades. Nessa linha de raciocínio, cita-se a observação de Silva e Ribeiro (2008, p. 158):

[...] as profissões BAD [(bibliotecário, arquivista e documentalista)] tradicionalmente condicionadas pelas características e limitações da tecnologia do papel, posteriormente adaptadas ao microfilme e ao audiovisual, têm, hoje, que se entrosar intimamente com o profissional saído das licenciaturas em Informática de Gestão, o tal híbrido, bem demarcado, aliás, do especialista em computação (*hardware* e programação “pura e dura”). O campo de acção e de intervenção de uns e de outro não só é o mesmo como só fica completo se as valências de todos forem adicionadas e convertidas numa mais-valia operacional e científica.

Desse modo, ainda que se reconheça o fato de que o arquivista deve se manter em consonância com as repercussões de novas tecnologias, faz-se relevante considerar que não há, no entanto, a expectativa de que esse profissional equipare suas habilidades técnicas aos profissionais de tecnologia da informação.

Acerca do papel social do arquivista, Jimerson (2007) publicou o artigo “*Archives for All: Professional Responsibility and Social Justice*” – em tradução livre, Arquivos para todos: responsabilidade profissional e justiça social – na revista “*The American Archivist*”. O autor salienta que, ao reconhecer a diferença entre objetividade e neutralidade, arquivistas são capazes de se engajar em causas morais ou políticas, porém, mantendo os padrões profissionais. Isso porque, ainda segundo o pesquisador, embora seja comum, não se deve confundir objetividade com neutralidade. A objetividade deve fazer parte da atuação do profissional, porém, a neutralidade está distante da realidade da profissão. Explica-se: as atividades desempenhadas pelo arquivista podem ser imbuídas de diversas motivações; no entanto, a neutralidade não é uma delas. Qualquer decisão presume um posicionamento por parte do arquivista.

Embora seja difícil o comprometimento profissional sob uma perspectiva inclusiva e que assuma responsabilidades sociais, o distanciamento do arquivista dessas questões pode se desdobrar em repercussões negativas. Ao longo da história, há exemplos de abuso de poder, controle por meio de manipulação de arquivos e limitação de acesso às informações vitais (Jimerson, 2007). O arquivista pode e deve se colocar na contramão desses processos que pregam a hegemonia de determinados grupos sociais. De forma convergente, cabe ressaltar a ideia de que,

Considerando o insigne papel social dos arquivos como unidades de informação, evidenciado na promoção de práticas informacionais

democráticas e acessíveis, visando a entender como interferem nas necessidades e usos de informação por parte dos usuários, urge que ainda percorramos um caminho que otimize a relação arquivista, arquivo e usuário, atentando que o último é o elemento essencial neste relacionamento. (Costa; Silva; Ramalho, 2010, p. 140).

Ainda que a assertiva de Costa, Silva e Ramalho (2010) tenha sido declarada há mais de uma década, não se pode desconsiderar o ponto de vista apresentado pelos autores, uma vez que sua perspectiva continua significativa no cenário atual. Além do cumprimento do aspecto ético, entende-se que, ao prezar por elementos relativos à acessibilidade, o arquivista passa a ter potencializada a sua valorização no mercado de trabalho, pois passa a ser capaz de compreender e atender um maior público, de forma mais democrática. “Acessibilidade é um diferencial competitivo, porém a quantidade de profissionais com esse conhecimento no Brasil ainda é pouca” (Brasil, 2023, p. 55). Ainda assim, salienta-se que a motivação do arquivista referente aos esforços voltados à acessibilidade da informação não deve ser pautada puramente em aspirações para conquistar uma maior fatia do mercado. Reitera-se, nessa conjuntura, a responsabilidade social do profissional da informação, o qual não deve abdicar de seu potencial de mudança no dado cenário. Conforme observado por Moraes, Andrade, Sena, Carvalho Segundo e Amaro (2024, p. 170):

A responsabilidade em promover acessibilidade não deve ser exercida somente pelos órgãos regulamentares. Fundamentalmente, as instituições, centros de pesquisa, indexadores e distribuidores de informação necessitam efetivar a acessibilidade em seus veículos de comunicação.

Em linhas gerais, entende-se que a “Acessibilidade não é um ato de filantropia: é respeito ao direito e à autonomia de cada ser humano” (Ferraz; Diniz, 2020, p. 119) e, portanto, deve ser mantida como um guia norteador para as práticas do arquivista. Diante do contexto apresentado, é colocada em foco a questão da acessibilidade da informação especificamente em meios digitais.

Nesse sentido, o arquivista pode repensar suas práticas com vistas a refletir, por exemplo, a respeito do estabelecimento de políticas de acessibilidade e inclusão em arquivos.

## 4 ASPECTOS DA ACESSIBILIDADE DA INFORMAÇÃO NÃO TEXTUAL EM MEIOS DIGITAIS

No que tange à informação em meio digital, é inevitável associá-la ao cenário da internet, dos conteúdos existentes na *web*. Conforme observado por Ferraz e Diniz (2020, p. 95), “Entre a infinidade de conteúdos disponíveis no meio digital, coloca-se em evidência aqueles apresentados em formato não textual, ou seja, por meio de imagens e/ou sons”.

Informações disponibilizadas por meio de imagens (sejam estáticas – como fotografias e ilustrações, por exemplo – ou em movimento – tais como vídeo e animações) e/ou áudio são corriqueiras no dia a dia de qualquer indivíduo. Além disso, com o uso de mídias digitais, se intensifica a frequência com a qual o sujeito se depara com conteúdos registrados de maneira não textual.

Nessa direção, acerca da intensificação do uso da informação no contexto digital, Ferraz e Diniz (2020, p. 95) pontuam: “Desde sua criação por Tim-Berners-Lee, em 1991, a Web tem sido cada vez mais utilizada em todo o mundo para finalidades diversas”. Uma pessoa com acesso a um *smartphone* e com conexão à internet, por exemplo, pode utilizar seus recursos para se comunicar por meio de redes sociais, realizar o pagamento de contas em aplicativos de banco, verificar a previsão do tempo, acessar vídeos tutoriais de culinária, escutar um *podcast*, realizar compras *online*, entre outros. Ao desempenhar tais atividades, o sujeito se depara, não raro, com imagens apresentadas na forma de fotografias, *gif* animados, ícones pictográficos, arquivos de vídeo e/ou áudio tanto de curta quanto de longa duração.

De maneira complementar, sob a ótica técnica da Diretrizes de Acessibilidade para conteúdo Web versão 2.2 (WCAG 2.2) – originalmente do inglês *Web Content Accessibility Guidelines*, a respeito da definição de conteúdo não textual, entende-se que esse é caracterizado como: “qualquer conteúdo que não seja uma sequência de caracteres que possa ser determinado programaticamente ou onde sequência não exprima algo no idioma” (World Wide Web Consortium, 2023, *online*). Ainda de acordo com a WCAG 2.2, estão inclusos entre os conteúdos textuais elementos como *emoticons* e imagens que representam texto, entre outros.

Uma vez observada a variedade de documentos que pode recorrer a imagens e áudios para o registro de conteúdos, é possível refletir acerca da forma pela qual se dá o acesso às informações visuais e sonoras por PcD visual e/ou auditiva.

Frente ao contexto descrito, cabe observar alguns dados apresentados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNADC pode ser considerada como fonte de informação primordial no que tange ao contexto socioeconômico da nação, incluindo dados relativos à população com deficiência (Brasil, 2024b). Segundo informações divulgadas referentes ao ano de 2022, “[...] a população com deficiência no Brasil foi estimada em 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais de idade, o que corresponde a 8,9% da população dessa faixa etária” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023, p. 3). O estudo apresenta ainda que, entre as pessoas com dois anos ou mais de idade com deficiência, 3,1% apresentam dificuldade para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contato, e 1,2% apresentam dificuldade para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023).

Desse modo, ao considerar o acesso de PcD auditiva e/ou visual, faz-se indispensável caracterizar as tecnologias assistivas como importante ferramenta nesse contexto. De acordo com a Lei n.º 13.146/2015, tecnologias assistivas podem ser compreendidas como

[...] produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (Brasil, 2024a, p. 10).

Entre as possíveis tecnologias assistivas no contexto da acessibilidade de conteúdos imagéticos e sonoros, ressalta-se o disposto na Lei n.º 13.146/2015, no Art. 67, Capítulo II – Do Acesso à Informação e à Comunicação. É estabelecido que, para serviços de radiodifusão de sons e imagens, deve-se, entre outras opções, fornecer legenda oculta, janela com intérprete de Libras e a audiodescrição (Brasil, 2024a). Ainda que a lei em questão se destine aos serviços de radiodifusão, entende-se que é possível igualmente a aplicação das tecnologias assistivas elencadas também no ambiente digital, na *web*. Desse modo, entre as tecnologias citadas no Art. 67, para esta pesquisa se dá enfoque às opções que se configuram no escopo da transcodificação da informação não textual para o código verbal: legenda oculta e audiodescrição. De forma sucinta, explica-se cada uma delas.

Também referida como *Closed Caption* (CC) ou legendas descritivas, a legenda oculta tem como objetivo “[...] transcrever o conteúdo sonoro em texto oculto, disponibilizando esse conteúdo de forma opcional para os telespectadores com limitação de acesso ao som original ou simplesmente que deseje acompanhar a transcrição” (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2016b, p. 6).

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), na NBR 16452:2016, que discorre acerca de Acessibilidade na comunicação – Audiodescrição, a AD pode ser definida como:

[...] recurso de acessibilidade comunicacional que consiste na tradução de imagens em palavras por meio de técnicas e habilidades, aplicadas com o objetivo de proporcionar uma narração descritiva em áudio, para ampliação do entendimento de imagens estáticas ou dinâmicas, textos e origem de sons não contextualizados, especialmente sem o uso da visão. (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2016a, p. 1).

Com relação aos profissionais ligados à AD, ainda de acordo com as especificações da NBR 16452:2016 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2016a, p. 4):

São atribuições do audiodescritor:

- a) pesquisar e analisar previamente o assunto a ser audiodescrito;
- b) adequar a terminologia e a linguagem, bem como todas as informações relativas à obra e pertinentes à audiodescrição;
- c) elaborar a nota introdutória;
- d) elaborar o roteiro.

Ao se pautar na definição apresentada pela ABNT, embora não se destaque especificamente o arquivista como profissional no campo da AD, conclui-se que é possível estabelecer relações entre essa área e as habilidades e atribuições do arquivista. Isso ocorre porque, entre as questões elencadas, estão presentes aspectos como a análise prévia de assunto e a adequação de terminologia e linguagem, itens que convergem com os pontos de atenção sabidamente tratados pelos profissionais de arquivos. Mesmo que seja possível identificar convergências entre as atividades desempenhadas pelo audiodescritor e as aptidões do arquivista, parece ainda não haver grande articulação entre esse profissional e o campo da AD. Com relação aos profissionais que desempenham o trabalho de AD, observa-se que eles são majoritariamente “[...] profissionais advindo das áreas de Letras, Pedagogia e Comunicação [...]” (Conceição; Barreira, 2023, p. 245).

Nesse contexto, ao se refletir acerca da necessidade de qualificação de profissionais aptos a atender às demandas informacionais do público de PcD, nota-se que “Para tornar a Web mais acessível, um caminho seguro é seguir as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (*Web Content Accessibility Guidelines – WCAG*) do W3C (*World Wide Web Consortium*) [...]” (Brasil, 2023, p. 5). Esse documento, publicado em outubro de 2023, contempla uma lista de recomendações que tem por objetivo disponibilizar conteúdos na web de maneira acessível (World Wide Web Consortium, 2023). No que tange ao seu impacto no cenário da acessibilidade em ambiente digital, destaca-se:

Essas diretrizes são destinadas a programadores, *designers* e outros profissionais envolvidos em concepção, arquitetura, design, desenvolvimento e testes de *sites* Web. A sua aplicação, portanto, viabiliza o acesso ao conteúdo Web a maior número de pessoas, promovendo a inclusão de pessoas excluídas devido a barreiras tecnológicas (por exemplo a presença de imagens na Web sem alternativa de texto que descreva o seu conteúdo, o que a torna inacessível a pessoas que não podem visualizá-la). (Ferraz; Diniz, 2020, p. 95, grifo dos autores).

A WCAG, atualmente na versão vigente 2.2, organiza-se com base em quatro princípios: perceptível, operável, compreensível e robusto. O perceptível está ligado à possibilidade de o usuário perceber informações e elementos que compõem a interface. O operável está atrelado, conforme o nome sugere, à operabilidade dos componentes da interface de usuário, bem como sua navegação. O compreensível se relaciona à qualidade de informações e operações disponíveis aos usuários serem inteligíveis. Por último, o robusto está relacionado à ideia de que o conteúdo deve ser suficientemente robusto para que seja interpretável de maneira confiável por uma grande gama de usuários, incluindo nesse sentido o uso de tecnologias assistivas. (World Wide Web Consortium, 2023).

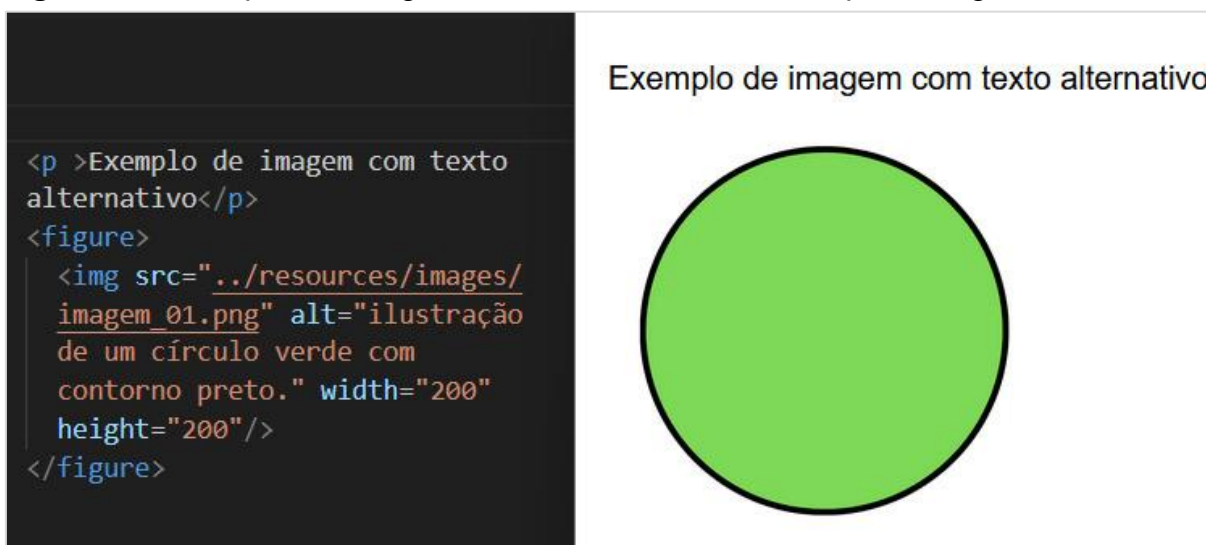
No estudo “Web para todos: uma visão sobre a acessibilidade Web no governo, na educação e no comércio eletrônico”, Ferraz e Diniz (2020, p. 106) resumem as diretrizes da WCAG com o objetivo de delinear critérios para a avaliação de acessibilidade *web*, sendo esses: “imagens acessíveis, navegação da página, estrutura e navegação por cabeçalhos, preenchimento e navegação por formulários, tamanho e relacionamento de elementos, e legendas, transcrições e audiodescrição”. Entre os critérios destacados pelos autores, interessam especificamente no cenário

da informação não textual dois deles: a) imagens acessíveis; b) legendas, transcrições e audiodescrição.

A disponibilização de imagens acessíveis tem por objetivo que PcD visual, por meio do uso de tecnologias assistivas, possam ter acesso a conteúdos de imagem. Para tanto, “[...] é preciso que sejam incluídos atributos alternativos que representem essa imagem de forma textual. Assim, imagem acessível é aquela que tem no seu atributo de texto alternativo à descrição que a representa [...]” (Ferraz; Diniz, 2020, p. 106). Cabe esclarecer que o texto alternativo de imagens, quando embutido no código utilizado para estruturar o conteúdo *web*, pode ser acessado por PcD visual por meio de *softwares* leitores de tela, que entregam em forma de áudio as descrições de imagens contidas nos textos alternativos.

A seguir, na Figura 1 é exemplificado um fragmento de código HTML em que um arquivo de imagem apresenta um texto alternativo.

**Figura 1** – Exemplo de código HTML com texto alternativo para imagem



**Fonte:** elaborado pela autora (2025) a partir dos *softwares* Visual Code e Canva.

No lado esquerdo da figura, o código HTML apresenta o atributo “alt”, no qual foi incluído o texto “ilustração de um círculo verde com contorno preto”. No lado direito, é possível visualizar como o conteúdo representado no código é exibido para os usuários. Conforme é possível notar, o texto alternativo não é exibido na tela, porém, o conteúdo é passível de leitura por aqueles que fazem uso de leitores de tela.

Além das práticas e técnicas destacadas na WCAG 2.2, cabe esclarecer que o W3C disponibiliza também uma coleção de tutoriais que tem como objetivo preconizar

o desenvolvimento da *web* de forma acessível. Assim, enquanto a WCAG 2.2 estabelece diretrizes, os tutoriais esclarecem e exemplificam as formas pelas quais tais regras podem ser cumpridas.

Acerca de conteúdos de imagem, por meio do **Images Tutorial**<sup>1</sup> o W3C determina que o seu respectivo texto alternativo deve ser estabelecido com base no propósito atribuído à imagem. São descritos os seguintes propósitos: informativo; decorativo; funcional; imagens de textos; imagens complexas; grupos de imagens e mapas de imagens (World Wide Web Consortium, 2022a). A seguir, são brevemente explicados os tipos de imagem de acordo com seu propósito.

As **imagens informativas** são aquelas que graficamente representam conceitos e informações. Exemplos desse tipo de imagem são fotografias e ilustrações. Nesses casos, o texto alternativo deve ao menos apresentar uma curta descrição para que seja transmitida a informação “essencial” da imagem (World Wide Web Consortium, 2022a).

Já para as **imagens decorativas**, ou seja, aquelas dispensáveis para a compreensão do conteúdo, não deve ser preenchido o atributo de texto alternativo, uma vez que não há de fato um significado atribuído à imagem (World Wide Web Consortium, 2022a).

Por outro lado, são consideradas **imagens funcionais** aquelas que são utilizadas como *links* ou botões. Para esses casos, o texto alternativo não deve descrever a imagem, e sim a função a qual a imagem se refere. Como exemplo de imagens funcionais, cita-se o ícone de impressora, utilizado para representar a possibilidade de ativar a função de imprimir determinado documento (World Wide Web Consortium, 2022a).

As **imagens de textos**, como o próprio nome sugere, são aquelas que contêm texto dentro delas. Caso a imagem não seja uma logomarca, deve-se evitar utilizar imagens de textos, no entanto, se houver imagens de textos, o texto alternativo deve ser inserido, de forma a conter as mesmas palavras que aparecem na imagem (World Wide Web Consortium, 2022a).

Para o caso das **imagens complexas**, como gráficos e diagramas, para disponibilizar dados ou informações detalhados, deve haver uma alternativa em texto

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.w3.org/WAI/tutorials/images/>

que apresente os mesmos conteúdos contidos na imagem (World Wide Web Consortium, 2022a).

Os **grupos de imagens** correspondem àqueles em que múltiplas imagens transmitem uma única informação. Para essas situações, uma imagem deve conter em seu texto alternativo a informação correspondente ao grupo no qual se insere (exemplo: um conjunto de ícones de estrelas representa a nota de uma avaliação atribuída). Nesse caso, somente uma das imagens precisa conter texto alternativo de forma a representar o significado do seu conjunto. Assim, um *software* de leitura de tela poderia retornar ao seu usuário o áudio “ícone de cinco estrelas” ao invés de “ícone de estrela, ícone de estrela, ícone de estrela, ícone de estrela, ícone de estrela”) (World Wide Web Consortium, 2022b).

Por último, os **mapas de imagens** utilizam uma técnica com base na qual são identificadas diferentes áreas das imagens, as quais podem ser selecionadas, permitindo que o usuário interaja com o conteúdo. Para essas situações, cada área clicável deve possuir seu próprio texto alternativo que descreva o seu propósito ou o *link* ao qual se destina (World Wide Web Consortium, 2017, 2022a).

Diante das múltiplas variáveis que circundam a descrição de imagens, o W3C delineou um fluxo para auxiliar no processo decisório a respeito de quando descrever imagens. Uma representação do processo de deliberação é apresentada no Quadro 2, a seguir:

#### **Quadro 2 – Representação do processo de deliberação**

##### **QUESTÕES A SEREM CONSIDERADAS NO PROCESSO DE DEFINIÇÃO DE TEXTO ALTERNATIVO PARA IMAGENS**

###### **1. A imagem contém texto?**

- Não: continuar para item 2.
- Sim:
  - e o texto também está presente como “texto verdadeiro” (ou seja, não como imagem) próximo à ocorrência da imagem de texto: utilize o atributo de texto alternativo vazio.
  - e o texto é exibido somente para fins efeito visual: utilize o atributo de texto alternativo vazio.
  - e o texto na imagem não é exibido de outra forma: utilize o atributo de texto alternativo para incluir o texto presente na imagem.

**2. A imagem é utilizada em um *link* ou botão e seria difícil/impossível compreender a função do *link* ou botão se a imagem não estivesse ali?**

- Não: continuar para o item 3.
- Sim:
  - Utilize o atributo de texto alternativo para comunicar a destinação do link ou a função a qual a imagem se refere.

**3. A imagem contribui para que seja atribuído significado ao conteúdo no dado contexto?**

- Não: continuar para o item 4.
- Sim:
  - e é um elemento visual ou fotografia simples: utilize o atributo de texto alternativo preenchido com uma breve descrição que expresse o significado da imagem.
  - e é um gráfico ou trecho de informação complexa: inclua a informação contida na imagem em outro local da página.
  - e a imagem exibe conteúdo redundante em relação às informações próximas apresentadas de forma textual: utilize o atributo de texto alternativo vazio.

**4. A imagem é puramente decorativa ou não é destinada aos usuários?**

- Não: continuar para o item 5.
- Sim: utilize o atributo de texto alternativo vazio.

**5. O uso da imagem não foi listado nos itens anteriores ou ainda não ficou claro qual texto alternativo deve ser fornecido?** Este fluxo de decisão não contempla todos os casos possíveis. Para informações detalhadas para o fornecimento de textos alternativos, consulte o link <https://www.w3.org/WAI/tutorials/images/>.

**Fonte:** adaptado de *World Wide Web Consortium* (2024).

Ao analisar as questões destacadas pelo W3C referente à atenção dispendida para que o texto alternativo de imagens seja concebido de maneira adequada, nota-se como relevante considerar o raciocínio de Smit (1987). A pesquisadora constata como uma das maiores dificuldades na descrição de imagens: conseguir atingir o ponto de equilíbrio entre a descrição breve demais (em que haja perda de conteúdos) e a descrição longa demais (em que se perde de vista o conteúdo a ser transmitido). Conforme problematizado pela autora, “Diz o provérbio que uma imagem vale por mil palavras, mas o provérbio não diz como priorizar estas palavras e, principalmente, quando parar a descrição, descartando, portanto, certas palavras” (Smit, 1987, p. 108).

Ao buscar formas de resolver o problema do risco de omissão de informações ao se realizar uma descrição de imagem, Smit (1987, p. 109) propõe que se questione a respeito das seguintes categorias: “QUEM (seres vivos), ONDE (ambiente), QUANDO (tempo), ONDE (espaço), O QUE (ação) e COMO (técnica)”. Entende-se que essas perguntas são norteadoras dos procedimentos analíticos, para garantir que detalhes importantes sejam registrados na descrição de conteúdos imagéticos. Assim, é possível articular os preceitos da descrição de imagem preconizados pelo W3C com premissas inerentes às práticas dos profissionais da informação.

Conforme mencionado anteriormente, outro ponto de atenção salientado no que tange à acessibilidade de conteúdos na *web* são as legendas, transcrições e audiodescrições. Para materiais audiovisuais é necessário que seja disponibilizado ao público com deficiência auditiva ou deficiência visual alternativas para acesso a esses conteúdos. Assim, “A disponibilidade de legendas e transcrições do áudio do vídeo serve para que pessoas surdas possam compreender esse conteúdo [...]” (Ferraz; Diniz, 2020, p. 108). De forma concomitante, “[...] a audiodescrição tem como função descrever as cenas do vídeo nos intervalos do áudio original, a fim de permitir que pessoas cegas tenham a descrição das cenas contidas em vídeo” (Ferraz; Diniz, 2020, p. 108).

Mesmo diante da vasta e detalhada documentação de diretrizes e tutoriais focados na acessibilidade de conteúdos disponíveis na *web*, cabe notar que há ainda a necessidade de fomento referente às práticas propostas. Conforme reiterado por Ferraz e Diniz (2020, p. 97),

Apesar da existência de marcos legais e diretrizes técnicas para a promoção de acessibilidade na Web e também da importante articulação e atuação das organizações de defesa das pessoas com deficiência, a falta de acessibilidade na Web ainda é barreira pra sua universalidade.

Nessa conjuntura, ao se reconhecer as barreiras informacionais impostas ao público de PcD, em específico aquelas que sofrem de problemas auditivos e/ou visuais, reitera-se o chamado e a oportunidade para que arquivistas atuem de forma a contribuir para a acessibilidade de conteúdos disponibilizado em meio digital. Entende-se que essa é uma forma de exercício do papel social do arquivista, isso porque “Garantir a inclusão digital e a acessibilidade Web é assegurar que pessoas com deficiência tenham seus direitos respeitados e possam usufruir das oportunidades que a Internet oferece nos diversos âmbitos da vida” (Núcleo de

Informação e Coordenação do Ponto BR, 2020, p. 159). Observa-se que o profissional da informação é capaz de, com base em seus conhecimentos acerca da organização e representação da informação, descrever e disponibilizar informações não textuais (ou seja, sonoras e/ou visuais) de forma a salvaguardar o direito de acesso à informação por parte daqueles que dela necessitam.

Nessa perspectiva, são exemplificadas algumas formas pelas quais o arquivista pode desempenhar suas atividades contemplando a acessibilidade da informação não textual em meio digital: oferecer diferentes formas de acesso aos conteúdos por meio da implementação de tecnologias assistivas como *softwares* de leitura de tela, legendas descritivas e audiodescrição; ao digitalizar documentos, utilizar tecnologias de reconhecimento óptico de caracteres, permitindo assim que textos contidos em imagens sejam convertidos para textos selecionáveis e acessíveis por meio de *softwares* de leitura de tela; conhecer, respeitar e conscientizar a respeito de leis, diretrizes e recomendações de boas práticas de acessibilidade; incluir no ambiente informacional em que atua a aplicação de testes de acessibilidade; trabalhar em conjunto com consultores em acessibilidade para avaliar e realizar adequações na forma pela qual as informações são disponibilizadas aos usuários; nas equipes em que trabalha e comunidades que integra, buscar conscientizá-las acerca da importância da acessibilidade.

São numerosas as iniciativas possíveis para que o arquivista atue de forma consciente e crítica, assegurando o cumprimento de seu papel social na disponibilização de informações e na democratização do acesso. Nessa conjuntura, ainda que se reconheçam desafios de ordem tecnológica, financeira e até mesmo social, reafirma-se como impreterível a implementação de práticas que promovam a acessibilidade. Desse modo, é indispensável que o arquivista se posicione e exerça sua profissão em consonância com os preceitos de acessibilidade da informação, destacando-se nesse cenário o foco em PcD.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa configura-se como de natureza pura, qualitativa e com objetivos descritivos. O referencial teórico construído foi pautado em pesquisas realizadas tanto em materiais digitais quanto analógicos, entre os quais foram consultados artigos científicos, livros, anais de eventos, leis e normas técnicas sem delimitação ou recorte temporal.

Entre os diferentes recortes possíveis para o delineamento da pesquisa, deu-se enfoque à busca por conteúdos presentes na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci). Essa decisão se deu pelo fato de que essa plataforma é consolidada como uma representativa fonte informacional no cenário da CI e Arquivologia, uma vez que congrega conteúdos de revistas, eventos e livros concernentes aos campos citados. De acordo com o site da Brapci, entre os critérios para indexação na plataforma, a revista ou evento devem apresentar em seu escopo as áreas de CI, Biblioteconomia, Arquivologia ou Museologia (Brapci, [2024]). Além disso, conforme apresentado em reflexão disposta ao longo do referencial teórico, embora se compreenda que a CI e Arquivologia não são sinônimos, se reconhece a existência de relação entre essas.

Outro aspecto que reforça a proeminência da Brapci é o fato de que ela – inicialmente chamada “Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação” – passou a disponibilizar no ano de 2024, em formato PDF, o conteúdo completo dos materiais indexados. Nessa direção, a base contribui para a memória de pesquisas realizadas no campo da CI ao adicionar ao seu repertório mais de 15 revistas que, até então, não se encontravam mais disponíveis para acesso na *web*. Por essa razão, foi removido o termo “referenciais” do nome, passando assim a ser intitulada como “Base de Dados em Ciência da Informação” (Brapci, [2024]). Assim, foi estabelecida a Brapci como fonte de informação representativa para o estudo.

Para cumprir o objetivo específico de “Analisar as produções indexadas da Brapci que relacionam o assunto de acessibilidade ao campo do arquivista, arquivo e Arquivologia a fim de identificar quais são as tendências de pesquisa nessa temática”, a consulta da base foi realizada em setembro de 2024, por meio da busca simples – sem delimitação temporal, de idioma ou especificação de pesquisa em resumos, ou

títulos –, pois, à época, a funcionalidade de busca avançada estava em fase de desenvolvimento e testes, conforme verificável na Figura 2:

**Figura 2** – Captura de tela do site da Brapci com aviso de busca avançada em fase de desenvolvimento e testes



Fonte: Brapci (2024).

Embora a pesquisa avançada não estivesse disponível, por meio da busca simples, a Brapci permite que o usuário faça combinações de termos por meio do operador booleano "AND". Na Figura 3, que demonstra uma captura de tela do site da Brapci, é possível verificar o seguinte texto: Dicas da pesquisa simples. Para pesquisa com termo composto, utilize aspas para melhorar a precisão, ex.: "Biblioteca Escolar". Na busca simples, somente o operador booleano "AND" pode ser aplicado, ele já é incorporado na busca.

**Figura 3** – Captura de tela do site da Brapci com dicas para a realização de pesquisa simples



Fonte: Brapci (2024).

Assim, foram utilizadas três combinações de termos nas buscas: 1) acessibilidade AND arquivo; 2) acessibilidade AND arquivologia; 3) acessibilidade AND arquivista.

Para realizar a análise de enfoques das pesquisas científicas selecionadas, foram aplicados os processos de revisão bibliográfica integrativa. Esse tipo de revisão “[...] possibilita a síntese e análise do conhecimento científico já produzido sobre o tema investigado, além de permitir a obtenção de informações que possibilitem aos leitores avaliarem a pertinência dos processos empregados na elaboração da revisão” (Botelho; Cunha; Macedo, 2011, p. 133).

Na concepção de Souza, Silva e Carvalho (2010, p. 103), a revisão integrativa se destaca como uma abordagem metodológica ampla, pois permite que sejam analisadas pesquisas experimentais e não-experimentais, bem como oportuniza que se combinem “[...] dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular”. Acerca da forma pela qual se dá a revisão integrativa, Botelho, Cunha e Macedo (2011) descrevem seis etapas a serem seguidas. No Quadro 3, é apresentada a relação entre as etapas da revisão bibliográfica integrativa e os procedimentos realizados na pesquisa:

**Quadro 3** – Etapas da revisão integrativa e sua relação com os procedimentos realizados na pesquisa

<b>Etapa</b>	<b>Breve explicação</b>	<b>O quê deve ser cumprido na etapa</b>	<b>Procedimentos a serem realizados ou observação pertinente ao estudo</b>
1 <sup>a</sup>	Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definição do problema;</li> <li>Formulação de uma pergunta de pesquisa;</li> <li>Definição das estratégias de busca;</li> <li>Definição dos descritores;</li> <li>Definição das bases de dados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Devido ao fato de que a busca avançada ainda não estava disponível no período em que foi realizada a coleta de dados: utilizar de busca simples com o operador booleano “AND”;</li> <li>Utilizar três combinações de termos na pesquisa: 1) acessibilidade AND arquivo; 2) acessibilidade AND arquivologia; 3) acessibilidade AND arquivista;</li> <li>Base de dados consultada: Brapci.</li> </ul>
2 <sup>a</sup>	Estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Uso de bases de dados;</li> <li>Busca dos estudos com base nos critérios de inclusão e exclusão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar triagem dos resultados obtidos: retirar materiais que foram elencados mais de uma vez entre os resultados.</li> </ul>

Continua...

3 <sup>a</sup>	Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura do resumo, palavras-chave e título das publicações;</li> <li>• Organização dos estudos pré-selecionados;</li> <li>• Identificação dos estudos selecionados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com base nos resultados das consultas realizadas, após a triagem de resultados, realizar a leitura e análise das publicações selecionadas com base em seus títulos, palavras-chave e resumos.</li> </ul>
4 <sup>a</sup>	Categorização dos estudos selecionados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração e uso da Matriz de síntese;</li> <li>• Categorização e análise as informações;</li> <li>• Formação de uma biblioteca individual;</li> <li>• Análise crítica dos estudos selecionados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organizar as publicações selecionadas em um quadro com os seguintes campos: título, palavras-chave, ano de publicação, periódico, autores, referência, URL, enfoque e se aborda diretamente a acessibilidade com foco em pessoas com deficiência (Apêndice A);</li> <li>• Organizar um quadro acerca dos autores das publicações selecionadas. O quadro deve conter os seguintes campos: autor, link para currículo Lattes, Graduação, especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado.</li> </ul>
5 <sup>a</sup>	Análise e interpretação dos resultados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discussão dos resultados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com base nos dados coletados e registrados nos quadros elaborados, realizar a análise e discussão;</li> <li>• Analisar as publicações selecionadas de acordo com: ano de publicação; temáticas recorrentes de acordo com palavras-chave, periódicos com maior número de publicações;</li> <li>• Analisar os autores das publicações de acordo com sua formação acadêmica e instituições de ensino a qual estão vinculados.</li> </ul>
6 <sup>a</sup>	Apresentação da revisão / síntese do conhecimento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de um documento que descreva detalhadamente a revisão;</li> <li>• Propostas para estudos futuros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organizar, relacionar e interpretar os dados identificados na etapa anterior e sugerir possíveis pesquisas futuras.</li> </ul>

**Fonte:** elaborado pela autora (2025) com base em Botelho, Cunha e Macedo (2011, p. 129).

Desse modo, na análise das publicações recuperadas, para identificar a existência de relação entre os pesquisadores e a Arquivologia, com o fim de verificar se tais profissionais têm realizado investigações que contemplem o assunto da acessibilidade, buscou-se verificar a formação acadêmica dos autores. Desse modo,

foi estabelecida como tarefa a identificação dos cursos de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) aos quais os pesquisadores são vinculados enquanto discentes. Para tanto, diante da listagem das publicações recuperadas, foram elencados os autores de todos os trabalhos e consultados seus respectivos currículos na Plataforma Lattes. Importa observar que nessa etapa da coleta de dados houve algumas intercorrências, as quais são posteriormente descritas no tópico de análise e discussão.

Para cumprir o objetivo específico de “Apresentar normas da ABNT relacionadas à acessibilidade da informação com foco no público de pessoas com deficiência”, em setembro de 2024 foi realizada uma pesquisa de normas diretamente no catálogo da ABNT<sup>2</sup>.

Inicialmente, havia sido cogitada a filtragem de normas por meio de especificação do comitê ABNT/CB-014 Informação e Documentação, visto que, *a priori* esse parecia um recorte compatível com o escopo do estudo. No entanto, ao realizar a busca de acordo com essa filtragem, não foi retornado nenhum resultado de pesquisa.

Uma segunda opção de filtragem, pelo comitê ABNT/CB-040 Acessibilidade, também foi testada, ao que foi retornado um total de 26 resultados, entre os quais não constavam algumas normas de acessibilidade sobre as quais previamente já se tinha conhecimento da existência. Por essa razão, a fim de assegurar um retorno de busca com maior completude, foi utilizada a ferramenta de busca avançada com os seguintes filtros: a) organismo: ABNT; sem especificação de número; sem especificação de parte; com a palavra-chave “acessibilidade”; sem especificação de comitê técnico; sem especificação de Classificação Internacional de Normas Técnicas – do inglês, *International Classification for Standards* (ICS); sem delimitação de data de publicação; com especificação de *status* “em vigor”. Para essa consulta, houve o retorno de 51 (cinquenta e um) resultados.

Ao verificar todos os materiais apontados como resultado da busca realizada no catálogo ABNT, foi possível verificar a ocorrência de normas, de certo modo, “redundantes”. Isso porque foram identificados casos em que, além da última versão atualizada da norma, também constam entre os resultados de busca as suas respectivas Emendas, Erratas e versão no idioma espanhol. Por essa razão, esses

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.abntcatalogo.com.br/>.

materiais, relacionados no Apêndice C – que totaliza 12 (doze) normas –, foram desconsiderados na análise por sua redundância.

Assim, após realizada a triagem e desconsiderados os materiais listados no Apêndice C, restaram 39 (trinta e nove) normas da ABNT, as quais foram elencadas no Apêndice D. Na etapa de análise e discussão, essas normas foram examinadas com base em seus títulos, objetivos e palavras-chave, a fim de identificar a existência de normativas potencialmente relacionáveis à representação da informação no contexto digital. Outro aspecto verificado também é o comitê técnico ao qual a Norma se circunscreve, pois, desse modo, é possível identificar em quais deles a questão da acessibilidade é colocada em pauta. Além disso, pretende-se, com base nas datas de publicação das normas, verificar o impacto do estabelecimento de leis federais relativas à acessibilidade no que tange à formalização de normas técnicas propostas pela ABNT.

Para cumprir o objetivo de “elencar as recomendações de acessibilidade com foco em alternativas textuais para conteúdo não textual, legendas e audiodescrição inscritas WCAG 2.2”, foi consultada a WCAG 2.2 e, após análise das diretrizes, foram selecionados trechos pertinentes. As recomendações selecionadas são apresentadas no Anexo A.

Diante do exposto, a fim de apresentar de maneira sucinta a forma pela qual se pretendeu cumprir os objetivos propostos, foi elaborado o Quadro 4:

**Quadro 4** – Relação entre os objetivos específicos propostos e as respectivas atividades a serem desempenhadas

Objetivo Específico	Atividade a ser desempenhada
Analisar as produções indexadas na Brapci que relacionam o assunto de acessibilidade ao campo do arquivista, arquivo e Arquivologia a fim de identificar quais são as tendências de pesquisa nessa temática.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar pesquisas na Brapci, com base na utilização do operador booleano “AND”, as seguintes combinações de termos: 1) acessibilidade AND arquivista; 2) acessibilidade AND arquivologia; 3) acessibilidade AND arquivo.</li> <li>• Realizar triagem dos resultados obtidos.</li> <li>• Com base nas informações recuperadas, identificar as principais temáticas incidentes nos estudos analisados, bem como buscar a existência de pontos de confluência ou divergência com base no período em que se deram os estudos.</li> </ul>
Investigar a formação acadêmica dos autores das publicações identificadas na Brapci, bem	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com base nos resultados das publicações recuperadas na consulta à Brapci, elencar</li> </ul>

Continua...

<p>como identificar se entre esses há profissionais formados em Arquivologia.</p>	<p>os autores dos materiais e, por meio de pesquisa na Plataforma Lattes, identificar a formação acadêmica dos pesquisadores, bem como as instituições de ensino às quais estão relacionados.</p>
<p>Apresentar normas da ABNT relacionadas à acessibilidade da informação com foco no público de pessoas com deficiência.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consultar o catálogo ABNT (<a href="https://www.abntcatalogo.com.br/">https://www.abntcatalogo.com.br/</a>) e, com a ferramenta de pesquisa avançada, filtrar as normas relacionadas à acessibilidade.</li> <li>• Verificar entre os resultados retornados a ocorrência de resultados repetidos. Caso houver, desconsiderar os conteúdos redundantes.</li> <li>• Após triagem de resultados, elaborar um quadro com as normas consideradas para análise.</li> <li>• Analisar os títulos, palavras-chave e objetivo das normas a fim de identificar quais se alinham ao estudo em pauta.</li> </ul>
<p>Elencar as recomendações de acessibilidade com foco em “alternativas textuais para conteúdo não textual”, “legendas” e “audiodescrição” inscritas WCAG 2.2.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consultar a documentação da WCAG 2.2 disponível no site do W3C (<a href="https://www.w3c.br/traducoes/wcag/wcag22-pt-BR/">https://www.w3c.br/traducoes/wcag/wcag22-pt-BR/</a>) e identificar as recomendações relativas à audiodescrição, legenda e texto alternativo. Caso necessário, consultar documentações complementares do W3C para compreender as diretrizes selecionadas.</li> </ul>

**Fonte:** elaborado pela autora (2024).

No tópico seguinte são apresentados, analisados e discutidos os resultados obtidos nas pesquisas realizadas.

## 6 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Uma vez realizada a contextualização da pesquisa, pautada em referencial teórico, bem como descritos os procedimentos metodológicos adotados, é realizada no presente tópico a análise e discussão dos resultados obtidos das consultas e pesquisas realizadas.

Retomando-se o objetivo específico de “analisar as produções indexadas na Brapci que relacionam o assunto de acessibilidade ao campo do arquivista, arquivo e Arquivologia a fim de identificar quais são as tendências de pesquisa nessa temática”, apresenta-se a seguir o resultado das consultas realizadas na Brapci de acordo com as combinações de termos utilizadas:

- 1) acessibilidade AND arquivo (Anexo D): Inicialmente foram recuperados 28 (vinte e oito) resultados, entre os quais houve a ocorrência de 2 (duas) repetições; 1 (uma) repetição do artigo “Arquivo paradigmático: uma reflexão sobre as propriedades universais das Instituições Arquivísticas a partir do Arquivo Geral das Índias”, de autoria de Taiguara Villela Aldabalde e Rodrigo Lastra Cid, publicado na revista *Brazilian Journal of Information Science*, no ano de 2020 (*vide* Anexo D, ids 146625 e 222604); e 1 (uma) repetição do artigo “O usuário e o direito à informação”, de autoria de Priscila Lopes Menzes e Carlos Blaya Perez (*vide* Anexo D, ids 81357 e 237996). Portanto, para a realização de análise das publicações, foram desconsideradas as ocorrências em duplicidade, restando assim, para esta consulta, o resultado de 26 (vinte e seis) publicações.
- 2) acessibilidade AND arquivologia (Anexo E): inicialmente foram recuperados 25 (vinte e cinco) resultados, entre os quais houve a ocorrência de 1 (uma) repetição do artigo “Arquivo paradigmático: uma reflexão sobre as propriedades universais das Instituições Arquivísticas a partir do Arquivo Geral das Índias”, de autoria de Taiguara Villela Aldabalde e Rodrigo Lastra Cid, publicado na revista *Brazilian Journal of Information Science*, no ano de 2020. Por ter apresentado ocorrência duplicada nos resultados da pesquisa, esse trabalho foi considerado somente em sua primeira ocorrência. Desse modo, considera-se que foram recuperadas 24 (vinte e quatro) publicações referentes à busca por “acessibilidade AND arquivologia”.

3) acessibilidade AND arquivista: foram recuperados 3 (três) resultados, entre os quais não houve repetição de trabalhos.

A Brapci disponibiliza a opção de exportação dos resultados de pesquisas. Sendo assim, foram exportados na extensão CSV (do inglês, *Comma-Separated Values*, esses arquivos armazenam dados com valores separados por vírgulas e podem ser abertos em diferentes *softwares*) os relatórios das três consultas realizadas. Posteriormente, os dados foram convertidos para a extensão XLSX (do inglês, *Excel Open XML Spreadsheet*, é uma extensão nativa do *software Microsoft Excel* que suporta, além do armazenamento, também opções para a utilização de recursos como fórmulas e gráficos) para propiciar o tratamento e análise de dados. Os relatórios podem ser conferidos no Anexo D (Relatório de consulta à Brapci: “acessibilidade AND arquivo”), Anexo E (Relatório de consulta à Brapci: “acessibilidade AND arquivologia”) e Anexo F (Relatório de consulta à Brapci: “acessibilidade AND arquivista”).

Ao verificar os relatórios de busca retornados pela Brapci, faz-se importante destacar duas intercorrências verificadas.

**Primeira intercorrência:** no relatório de busca pela combinação de termos “acessibilidade AND arquivo” (Anexo D), notou-se inconsistência a respeito de um dos artigos listados, a saber: a URL (<https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74093>) fornecida para o artigo “Ambientes virtuais de aprendizagem: comunicação (as)síncrona e interação no ensino superior”, publicado na Revista Prisma.com publicada no ano de 2008, remete a um outro trabalho (*vide* Anexo D, id 74093). Esse, por sua vez, é intitulado como “Inclusão digital e usuários com deficiência visual no DF: estudo de acessibilidade na sociedade da informação”, publicado na Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação em 2015.

Ao analisar o material disponibilizado no Localizador Uniforme de Recursos – em inglês, *Uniform Resource Locator* (URL) –, nota-se que as palavras-chave (Acessibilidade; Ambientes Digitais; Ciência da Informação; Deficiência Visual; Educação; Exclusão Social; Inclusão Digital; Políticas Públicas; Sociedade da Informação; Tecnologia Assistiva) registradas para o trabalho “Inclusão digital e usuários com deficiência visual no DF: estudo de acessibilidade na sociedade da informação” são as mesmas que constam no relatório da Brapci.

Ao considerar que é altamente improvável que dois trabalhos diferentes apresentem exatamente as mesmas palavras-chave, foi realizada busca pelo trabalho

intitulado “Ambientes virtuais de aprendizagem: comunicação (as)síncrona e interação no ensino superior”. Foi localizada outra URL com o trabalho (<https://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/2085/1920>). Nessa página, na qual é possível acessar o texto integralmente, observou-se que as palavras-chave elencadas (a saber: *b-learning*, ambientes virtuais de aprendizagem, comunicação, interação) divergem daquelas listadas no relatório da Brapci. Além disso, diferente do que é apresentando no resultado de pesquisa da Brapci, são listadas como autoras somente Nídia Salomé Morais e Isabel Cabrita, não constando Maria das Graças Pimentel e Marieta Carvalho.

Ao analisar os resumos e palavras-chave de ambas as publicações, constatou-se que o trabalho “Ambientes virtuais de aprendizagem: comunicação (as)síncrona e interação no ensino superior” não apresenta relação com os termos “acessibilidade AND arquivo”.

Por outro lado, o texto “Inclusão digital e usuários com deficiência visual no DF: estudo de acessibilidade na sociedade da informação” apresenta pontos de confluência com a busca realizada: diferente do observado na outra publicação, nesse caso o termo “acessibilidade” consta no título e palavras-chave do trabalho. Além disso, ao verificar as demais palavras-chave (a saber: ambientes digitais; Ciência da informação; deficiência visual; Educação; exclusão social; inclusão digital; políticas públicas; sociedade da informação; tecnologia assistiva), percebe-se que essas apresentam maior aderência com a temática pesquisada (*vide* Anexo C, publicação 7).

Diante do exposto, entende-se ter sido identificada falha no relatório da Brapci e, considerando as evidências descritas, entende-se como material correto a ser considerado para análise o trabalho “Inclusão digital e usuários com deficiência visual no DF: estudo de acessibilidade na sociedade da informação” realizado por Maria das Graças Pimentel. Sendo assim, na análise foi desconsiderado o estudo “Ambientes virtuais de aprendizagem: comunicação (as)síncrona e interação no ensino superior”, pois se entende que esse foi erroneamente retornado como resultado na consulta à Brapci.

**Segunda intercorrência:** similar ao relatado na primeira intercorrência, no relatório de busca pela combinação de termos “acessibilidade AND arquivologia” (Anexo E), identificou-se que o trabalho intitulado “Mensurações do eu: apontamentos sobre os impactos da datificação nas representações da subjetividade no contexto

profissional” apresenta uma URL (<https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/136051> – vide Anexo E, id 136051) que remete a outra publicação, sendo essa intitulada “Difusão em Arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional”. Nota-se que esse último trabalho, por sua vez, consta no mesmo relatório, porém, com o id 41739 (vide Anexo E).

Ao verificar as palavras-chave apresentadas no relatório referente ao estudo “Mensurações do eu: apontamentos sobre os impactos da datificação nas representações da subjetividade no contexto profissional”, detectou-se que essas não apresentam relação com os termos de busca “acessibilidade AND arquivologia”. Diante disso, para confirmar as palavras-chave, foi realizada busca por URL que remetesse ao trabalho completo, ao que foi identificado o link <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/29528>. Nele, com acesso ao documento completo, identificou-se que suas palavras-chave (representação, subjetividade, análise preditiva, banco de dados, algoritmos), de fato, não se alinham à temática pesquisada.

Além disso, tampouco o texto na íntegra é compatível ao assunto estudado. Outro fator de inconsistência identificado no relatório da Brapci é o de que, diferente do que é apresentando no resultado de pesquisa (Anexo E), ao acessar o texto completo do trabalho “Mensurações do eu: apontamentos sobre os impactos da datificação nas representações da subjetividade no contexto profissional”, constatou-se que o trabalho conta com uma única autora, Rebeka Figueiredo da Guarda, sem a participação de Moises Rockembach, conforme indicado no relatório da Brapci.

Desse modo, ao se considerar os fatores descritos, entende-se ter sido identificada outra falha no relatório da Brapci. Logo, considerando as observações apresentadas, entende-se como material correto a ser considerado para análise o trabalho “Difusão em Arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional”, sendo assim, desconsiderada para análise a publicação “Mensurações do eu: apontamentos sobre os impactos da datificação nas representações da subjetividade no contexto profissional”, de id 136051.

Para verificar a existência de publicações iguais em diferentes consultas (de acordo com a combinação de termos utilizados na pesquisa, conforme apresentado anteriormente), foi realizada uma etapa de triagem dos materiais obtidos nas três buscas. Em suma, previamente à triagem de resultados, o total de publicações era de 56 (cinquenta e seis), dessas, 14 (quatorze) eram repetidas. Sendo assim, após

retirados os materiais redundantes, restaram 42 (quarenta e dois) resultados recuperados, os quais são listados no Apêndice A.

A análise das 42 publicações selecionadas foi realizada de acordo com consulta de seus títulos, palavras-chave e resumos. Nos resumos, foram destacados trechos para propiciar a identificação de pontos focais das pesquisas (*vide* Anexo C). Nos casos em que ainda assim houve a necessidade de informações não contempladas neles, foi realizada a consulta do material completo. Importa observar que em duas publicações não foi possível identificar as palavras-chave sendo elas: a) “Consultoria em informação e documentação: perspectivas de formação no Estado”, identificado no Anexo C com o número 1, trata-se de um trabalho publicado nos anais do ENANCIB do ano de 2000; b) “Editorial”, sem um título específico, trata-se e editorial da revista Cadernos BAD do ano de 2006 (identificado no Anexo C com o número 3).

Para organizar os dados utilizados na análise, foi desenvolvido um quadro (Apêndice A) com os seguintes campos:

- número de identificação;
- título;
- palavras-chave;
- ano de publicação;
- periódico;
- autores;
- referência;
- URL para acesso;
- enfoque;
- aborda diretamente a acessibilidade com foco em PcD?

Ao realizar a leitura e análise das publicações, buscou-se identificar os seus principais enfoques. Para tanto, tomaram-se como base as dimensões de gestão e organização da informação elencadas por Paletta (2016): Informação Científica, Informação Tecnológica, Informação Industrial, Informação de Mercado, Informação Estratégica e Informação Social.

Nesse sentido, ao analisar os materiais recuperados e traçar relações com as dimensões apresentadas, notou-se a possibilidade de delineamento de quatro principais enfoques:

- **educação e pesquisa:** relacionado à dimensão científica;
- **profissional da informação e suas práticas:** relacionada à dimensão de mercado e estratégica;
- **responsabilidade social e cidadania:** relacionada à dimensão social; e
- **técnicas e tecnologias:** relacionado à dimensão tecnológica e industrial.

Assim, após análise crítica das 42 (quarenta e duas) publicações selecionadas, deu-se sua classificação de acordo com os enfoques delimitados. Os resultados são apresentados no Quadro 5:

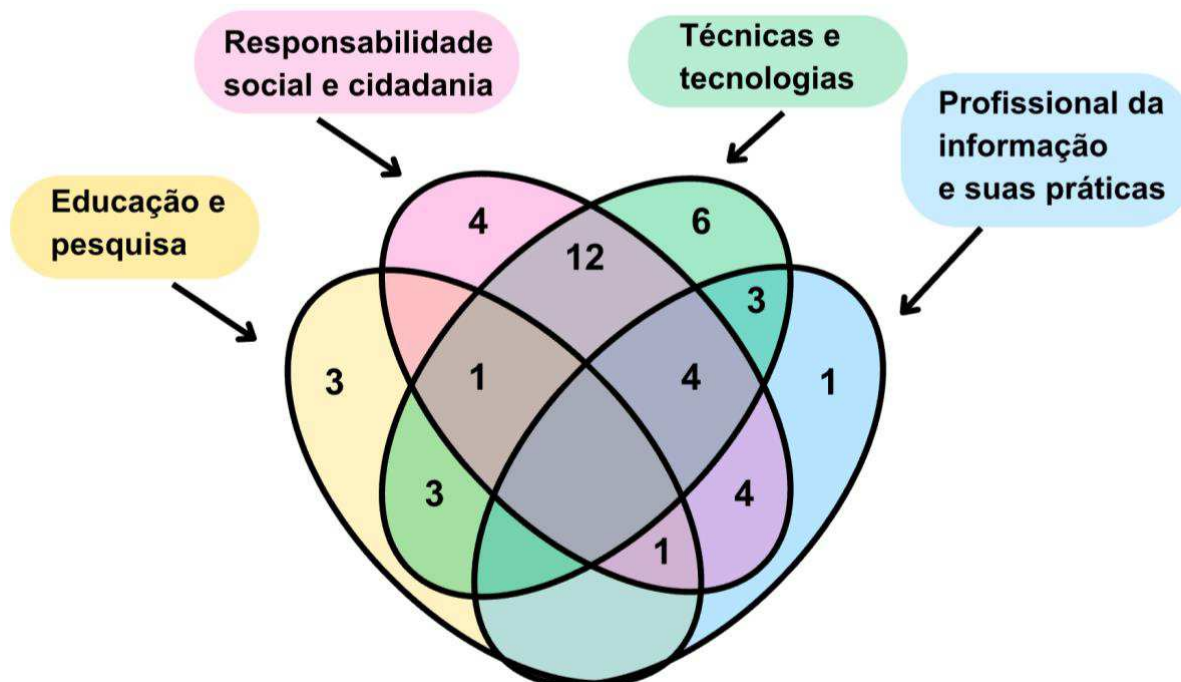
**Quadro 5** – Relação de enfoques identificados nas publicações analisadas

Enfoque	Quantidade de publicações
Educação e pesquisa	3
Educação e pesquisa / Profissional da informação e suas práticas / Responsabilidade social e cidadania	1
Educação e pesquisa / Responsabilidade social e cidadania / Técnicas e tecnologias	1
Educação e pesquisa / Técnicas e tecnologias	3
Profissional da informação e suas práticas	1
Profissional da informação e suas práticas / Responsabilidade social e cidadania / Técnicas e tecnologias	4
Profissional da informação e suas práticas / Técnicas e tecnologias	3
Profissional da informação e suas práticas / Responsabilidade social e cidadania	4
Responsabilidade social e cidadania	4
Responsabilidade social e cidadania / Técnicas e tecnologias	12
Técnicas e tecnologias	6
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Ao verificar os dados registrados no Quadro 5, evidencia-se que parte dos trabalhos analisados apresentaram relação com mais de um enfoque. As interações entre as publicações e diferentes enfoques são ilustradas na Figura 4:

**Figura 4** – Diagrama da interação entre os diferentes enfoques identificados nas publicações



**Fonte:** elaborado pela autora (2025) a partir do *software* Canva.

Observa-se que, entre as diferentes interações possíveis de enfoques, a intersecção entre “Técnicas e tecnologias” e “Responsabilidade social e cidadania” é a que apresenta maior número de trabalhos, 12 (doze). Há 2 (duas) combinações de enfoques que apresentam 4 (quatro) publicações em cada uma, sendo essas:

- “Profissional da informação e suas práticas”, “Responsabilidade social e cidadania” e “Técnicas e tecnologias”
- “Profissional da informação e suas práticas” e “Responsabilidade social e cidadania”

Também se nota que há outros dois tipos de intersecção em que cada uma delas conta com 3 (três) publicações:

- “Educação e pesquisa” e “Técnicas e tecnologias”;
- “Profissional da informação e suas práticas” e “Técnicas e tecnologias”.

Quanto às demais intersecções detectadas, restam dois casos: um de convergência entre “Educação e pesquisa”, “Profissional da informação e suas práticas” e “Responsabilidade social” e outro que abrange “Educação e pesquisa”, “Responsabilidade social” e “Técnicas e Tecnologias”. Em cada uma das situações identifica-se respectivamente um trabalho.

Evidencia-se o fato de que “Educação e pesquisa” e “Profissional da informação e suas práticas” apresentam somente um trabalho em comum. Entende-se que essa seja uma questão a ser investigada em estudos futuros, visto que a aparente desconexão entre esses enfoques suscita indagações acerca de possíveis repercussões decorrentes da suposta falta de interlocução, destacando-se o recorte da acessibilidade, entre o que ocorre no âmbito educacional e as práticas profissionais no mundo do trabalho.

Além da análise das intersecções entre os enfoques, com base na Figura 4 é também possível realizar uma verificação nos enfoques isoladamente: quantificar quantas publicações estão circunscritas a cada elipse na Figura 4. Assim, constata-se:

- “Educação e pesquisa”: 8 publicações;
- “Profissional da informação e suas práticas”: 13 publicações;
- “Responsabilidade social e cidadania”: 26 publicações;
- “Técnicas e tecnologias”: 29 publicações.

Frente ao cenário descrito, compreende-se como maior tendência de pesquisa “Técnicas e tecnologias”, uma vez que esse enfoque se destaca tanto na análise de combinações em intersecções, como também em sua análise isolada, independente dos demais enfoques. Infere-se que essa confluência de pesquisas ligadas a tecnologias se dá em concordância e como resposta ao imperativo tecnológico com o qual a sociedade se depara.

Nesse ponto, salienta-se novamente a articulação entre “Técnicas e tecnologias” e o enfoque “Responsabilidade social e cidadania” (12 publicações em comum). Entende-se essa convergência como um indício de que os autores buscam, por meio de estudos referentes às técnicas e tecnologias, suprir demandas informacionais expressas pela sociedade.

Por outro lado, o baixo número de publicações com enfoque em educação e pesquisa suscita preocupações relativas ao potencial distanciamento entre o cenário acadêmico-científico e as demandas apresentadas pela sociedade em relação à acessibilidade da informação.

Outro aspecto explorado nas publicações refere-se à sua relação com o assunto da acessibilidade. Ao analisar os textos, constatou-se que, embora muitas publicações apresentem o termo “acessibilidade”, na maior parte das incidências essa

palavra é utilizada para se referir ao acesso de um ponto de vista amplo (tornar disponível a informação).

Assim, identificou-se 26 (vinte e seis) materiais (61,90%) que não trataram diretamente a respeito da acessibilidade da informação com foco em diminuir barreiras para PcD. Desse modo, entre as 42 (quarenta e duas) publicações analisadas, 16 (dezesseis) delas (38,10%) apresentaram conteúdo relativo à acessibilidade com foco em PcD.

Nessa perspectiva, ressalta-se o fato de que, nos campos da Arquivologia e CI, parece haver uma variação no entendimento acerca do conceito de acessibilidade ligada ao contexto informacional. Essa constatação sugere a necessidade de investigações que busquem delinear o conceito de acessibilidade no contexto arquivístico e da Ciência da Informação.

Ainda no que tange aos 42 (quarenta e dois) materiais analisados, constatou-se que esses estão distribuídos entre 25 (vinte e cinco) periódicos, os quais são listados no Quadro 6. Cabe observar que foi utilizado o critério de ordem alfabética para a organização dos dados apresentados.

**Quadro 6** – Relação entre periódicos identificados e respectivas instituições às quais o periódico está vinculado, região e quantidade de publicações recuperadas

N.º id	Periódico	Instituição à qual o periódico está vinculado	Região	Quantidade de publicações
1	Ágora: Arquivologia em debate	UFSC	Sul	5
2	Archeion Online	UFPB	Nordeste	1
3	Biblionline	UFPB	Nordeste	1
4	BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação	FURG	Sul	2
5	Brazilian Journal of Information Science	UNESP	Sudeste	1
6	Cadernos BAD (Portugal)	Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivista e Documentalistas	Outro país - Portugal	1
7	Ciência da Informação	IBICT	Nacional - Brasil	3
8	Ciência da Informação em Revista	UFAL	Nordeste	1
9	Ciência da Informação Express	UFLA	Sudeste	1
10	CRB8 Digital	Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo - 8ª região	Sudeste	1

Continua...

11	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB)	Ancib	Nacional - Brasil	7
12	Inclusão Social	IBICT	Nacional - Brasil	2
13	Informação & Informação	UEL (Universidade Estadual de Londrina)	Sul	2
14	Informação Arquivística	AAERJ	Sudeste	1
15	Memória e Informação	Fundação Casa de Rui Barbosa	Sudeste	1
16	Perspectivas em Ciência da Informação	UFMG	Sudeste	1
17	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia	CNPq e LTI da UFPB	Nacional - Brasil / Nordeste	1
18	Ponto de Acesso	UFBA	Nordeste	1
19	Prisma.com	FLUP	Outro país - Portugal	1
20	Revista Analisando em Ciência da Informação	UEPB e UFPB	Nordeste	1
21	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	FEBAB	Nacional – Brasil	2
22	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	Fiocruz	Sudeste	1
23	Revista Fontes Documentais	UFBA	Nordeste	1
24	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	Unb	Centro-Oeste	2
25	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	Ancib	Nacional - Brasil	1

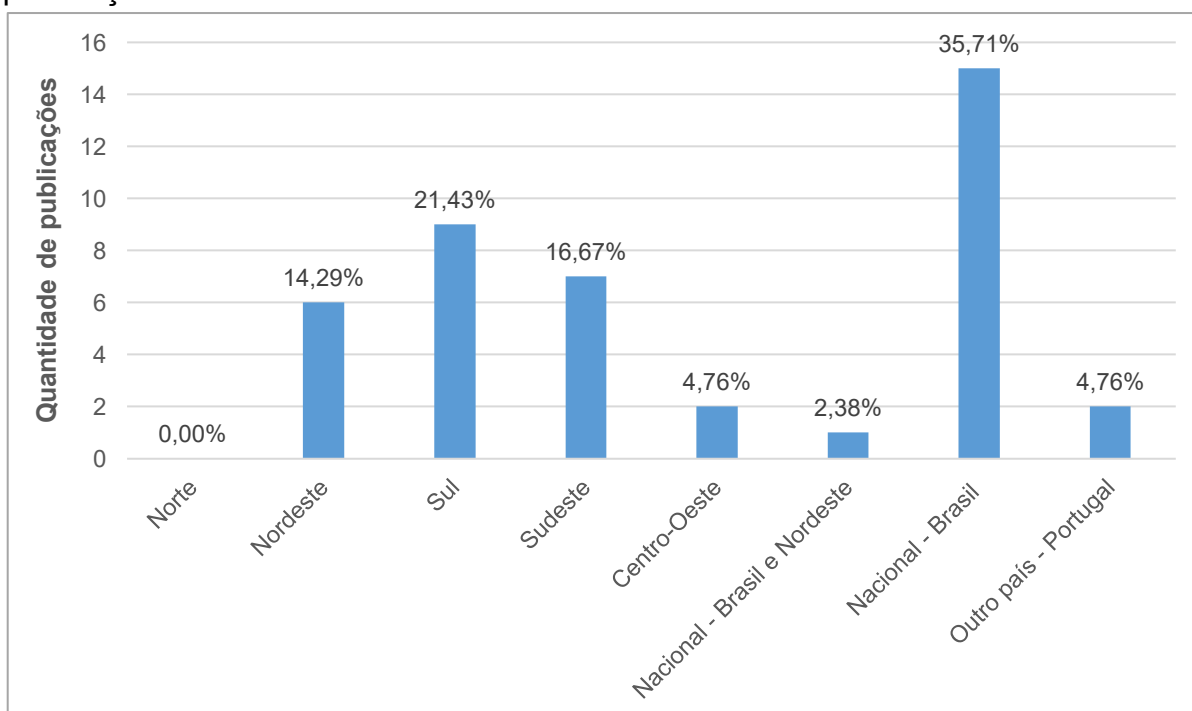
**Fonte:** elaborado pela autora (2025).

Com base nos dados apresentados no Quadro 6, nota-se que o periódico com maior número de publicações se concentra nos anais do ENANCIB, com 7 (sete) produções (16,67%). Em segundo lugar, consta a revista “Ágora: Arquivologia em debate”, com 5 (cinco) publicações (11, 90%). Em terceiro lugar, com 3 (três) publicações (7,14%), está a revista Ciência da Informação. Em quarto lugar, constam 5 (cinco) revistas, cada uma delas com 2 (duas) publicações (4,76%): Biblos, Inclusão Social, Informação & Informação, Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação e Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação. Os 17 (dezessete) periódicos restantes contam cada um com uma única produção (2,38%). Esses periódicos são: *Archeion Online*; *Biblionline*; *Brazilian Journal of Information*

*Science*; Cadernos BAD; Ciência da Informação em Revista; Ciência da Informação Express; CRB8 Digital; Informação Arquivística; Memória e Informação; Perspectivas em Ciência da Informação; Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia; Ponto de Acesso; Prisma.com; Revista Analisando em Ciência da Informação; Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde; Revista Fontes Documentais e Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação.

Uma vez observado em quais periódicos há maior incidência de publicações recuperadas, nota-se como elemento a ser analisado as regiões em que estão localizadas as instituições às quais os periódicos estão vinculados. Para tanto, os dados estão dispostos no Gráfico 1:

**Gráfico 1** – Regiões de vínculo dos periódicos e suas respectivas quantidades de publicações



**Fonte:** elaborado pela autora (2025).

Importa observar a ocorrência de materiais cuja instituição responsável não pode ser atrelada a apenas uma região, por se tratar de uma organização nacional como ocorre com a Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Ancib) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Nesses casos, foi utilizada a classificação “Nacional – Brasil”, que conta com 15 (quinze) materiais (35,71%). Também foi notada a ocorrência de 2 (dois) periódicos

estrangeiros, de Portugal (“Prisma.com” e “Cadernos BAD”), que somam 2 (duas) publicações (4,76%).

Entre os materiais recuperados, nenhum deles está atrelado a um periódico cuja instituição responsável se encontra na região norte do Brasil. Por outro lado, a região do país com o maior número de publicações recuperadas é a Sul, com 9 (nove) itens (21,43%). Também se destaca a região Sudeste, com 7 (sete) publicações (16,67%). Já a região Nordeste apresenta 6 (seis) publicações (14,29%). Acerca da região Centro-Oeste, essa apresentou 2 (duas) ocorrências (4,76%).

Nota-se um caso específico, o da revista “Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação”, que é desenvolvida por meio de uma parceria entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Laboratório de Tecnologias Intelectuais (LTI) da UFPB. Por essa razão, houve a necessidade de destacar também como uma forma de classificação “Nacional – Brasil e Nordeste”, que conta com 1 (2,38%) material recuperado.

Nessa perspectiva, detectou-se a proeminência do Sudeste como região com o maior número de trabalhos identificados. Cogitou-se que essa predominância tenha relação com o número de cursos de graduação em Arquivologia existentes na região: suposição de que, em regiões com maior número de cursos de graduação haja respectivamente maior número de publicações concernentes à temática da acessibilidade ligada a arquivos, arquivistas e Arquivologia.

Nesse sentido, em janeiro de 2025 foi consultado o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, o Cadastro e-MEC<sup>3</sup> (Brasil, 2025). Por meio de pesquisa no cadastro, com filtragem por “Curso de Graduação” especificado como “Arquivologia”, foram retornados 21 (vinte e um) registros de cursos de graduação. Com base nas instituições de ensino identificadas, foi adicionada a especificação de suas respectivas regiões no país. Os resultados são apresentados no Quadro 7:

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>.

**Quadro 7 – Cursos de graduação em Arquivologia no Brasil de acordo com informações do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC**

ID	Instituição (IES)	Sigla	Região	Categoria Administrativa	Modalidade	Vagas Autorizadas	Data início funcionamento	Situação
1	CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	UNIASSELVI	Nacional - EAD	Privada com fins lucrativos	A Distância	7610	17/02/2020	Em Atividade
2	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	UFCA	Nordeste	Pública Federal	Presencial	50	Não iniciado	Em Atividade
3	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	Sudeste	Pública Federal	Presencial	80	28/06/1978	Em Atividade
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	Sul	Pública Federal	Presencial	40	27/07/2008	Em Atividade
5	CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSUNÇÃO	UNIFAI	Sudeste	Privada sem fins lucrativos	Presencial	1	Não iniciado	Extinto
6	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO	Sudeste	Pública Federal	Presencial	80	09/12/1911	Em Atividade
7	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	Nordeste	Pública Federal	Presencial	90	03/03/1998	Em Atividade
8	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	UNESP	Sudeste	Pública Estadual	Presencial	30	04/08/2003	Em Atividade
9	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	Centro-Oeste	Pública Federal	Presencial	84	01/03/1991	Em Atividade
10	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	Sul	Pública Federal	Presencial	60	01/03/2010	Em Atividade

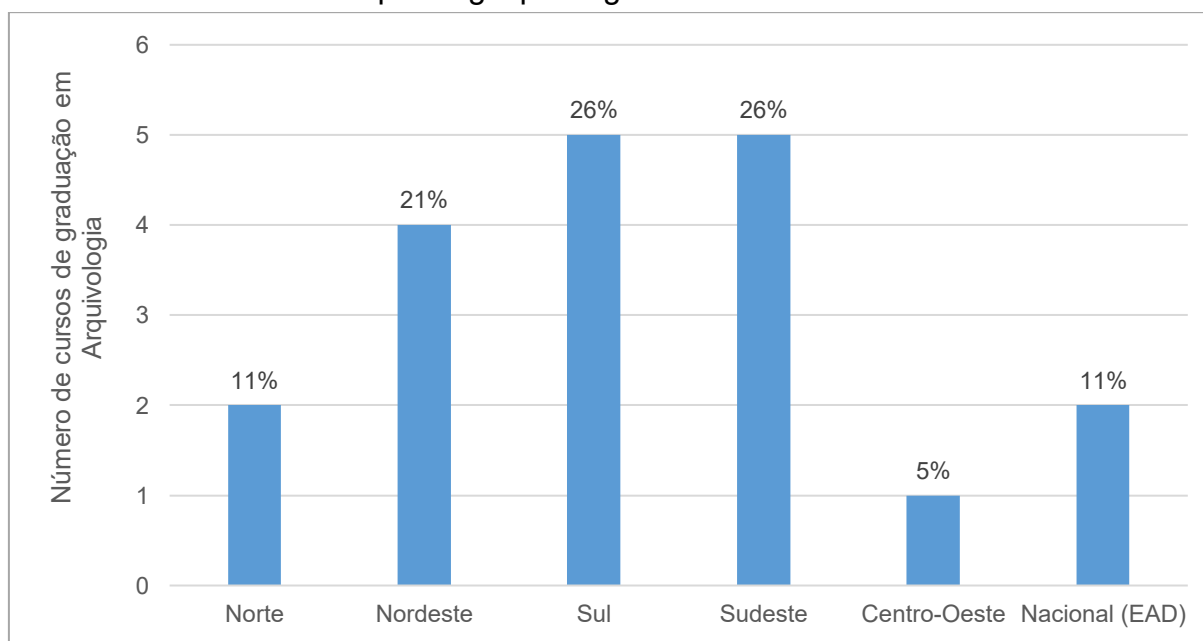
Continua...

11	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	Sul	Pública Federal	Presencial	30	01/03/2000	Em Atividade
12	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	Sul	Pública Federal	Presencial	30	01/03/1977	Em Atividade
13	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	Norte	Pública Federal	Presencial	40	20/08/2012	Em Atividade
14	CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE VERDE	UniCV	Nacional - EAD	Privada com fins lucrativos	A Distância	1000	08/01/2024	Em Atividade
15	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	Sudeste	Pública Federal	Presencial	80	09/03/2000	Em Atividade
16	CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSUNÇÃO	UNIFAI	Sudeste	Privada sem fins lucrativos	Presencial	120	Não iniciado	Extinto
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	Norte	Pública Federal	Presencial	42	03/03/2009	Em Atividade
18	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	Sudeste	Pública Federal	Presencial	40	02/03/2009	Em Atividade
19	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	Nordeste	Pública Estadual	Presencial	144	28/08/2006	Em Atividade
20	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	Sul	Pública Estadual	Presencial	40	26/02/1998	Em Atividade
21	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	Nordeste	Pública Federal	Presencial	90	06/10/2008	Em Atividade

**Fonte:** elaborado pela autora com base em dados do e-MEC (2025).

Entre os 21 (vinte e um) cursos detectados, dois deles encontram-se com situação “Extinto”, e sem data de início (“Não iniciado”). Ambos os cursos são do Centro Universitário Assunção (UNIFAI). Por essa razão, essas ocorrências foram desconsideradas na análise e, portanto, considera-se o total de 19 (dezenove) cursos de graduação em Arquivologia. A seguir, o Gráfico 2 apresenta a porcentagem de cursos por região do Brasil:

**Gráfico 2** – Cursos de arquivologia por região no Brasil



**Fonte:** elaborado pela autora (2025).

Ao verificar as regiões nas quais há cursos de Arquivologia, cabe notar que dois cursos são ofertados na modalidade de EAD: o do Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI) e o do Centro Universitário Cidade Verde (UniCV). Por essa razão, essas 2 (duas) ocorrências (11%) foram classificadas como “Nacional – EAD”, visto que não é possível atrelar a uma única localidade. Isso posto, identificou-se que as regiões com o maior número de cursos são Sul e Sudeste, ambas com 5 (cinco) cursos cada (ou seja, 26%). Em seguida, consta a região Nordeste, que contabiliza 4 (quatro) cursos (21%). O Norte apresenta 2 (dois) cursos (11%). Por último, com 1 (um) curso (5%), consta a região Centro-Oeste.

Ao contrastar as informações elencadas com os dados referentes ao “Gráfico 1 – Regiões de vínculo dos periódicos e suas respectivas quantidades de publicações”, abstraindo-se a classificação “Nacional” e “Outro País – Portugal”, e atendo-se somente às regiões do Brasil, percebe-se que as regiões Sul e Sudeste se

destacam tanto na quantidade de publicações quanto no número de cursos de graduação em Arquivologia.

O Nordeste segue também como uma das áreas de destaque, visto que figura entre as três regiões com maior número de publicações e cursos. Embora a região Norte tenha 2 (dois) cursos de graduação, não foi identificada nenhuma publicação circunscrita a essa região. Já o Centro-Oeste, com 2 (duas) publicações, ainda que tenha apenas um curso de graduação, supera a região Norte no que diz respeito a publicações.

Pautado na ideia de que publicações científicas são majoritariamente originadas a partir de atividades desenvolvidas em programas de pós-graduação, foi realizada em janeiro de 2025 uma consulta à plataforma Sucupira. Realizou-se, para tanto, a busca por cursos e programas de pós-graduação no âmbito da CI (*vide* Anexo G). Com base nos dados coletados, foi possível quantificar o número de programas e cursos de acordo com as regiões do país, conforme o Quadro 8:

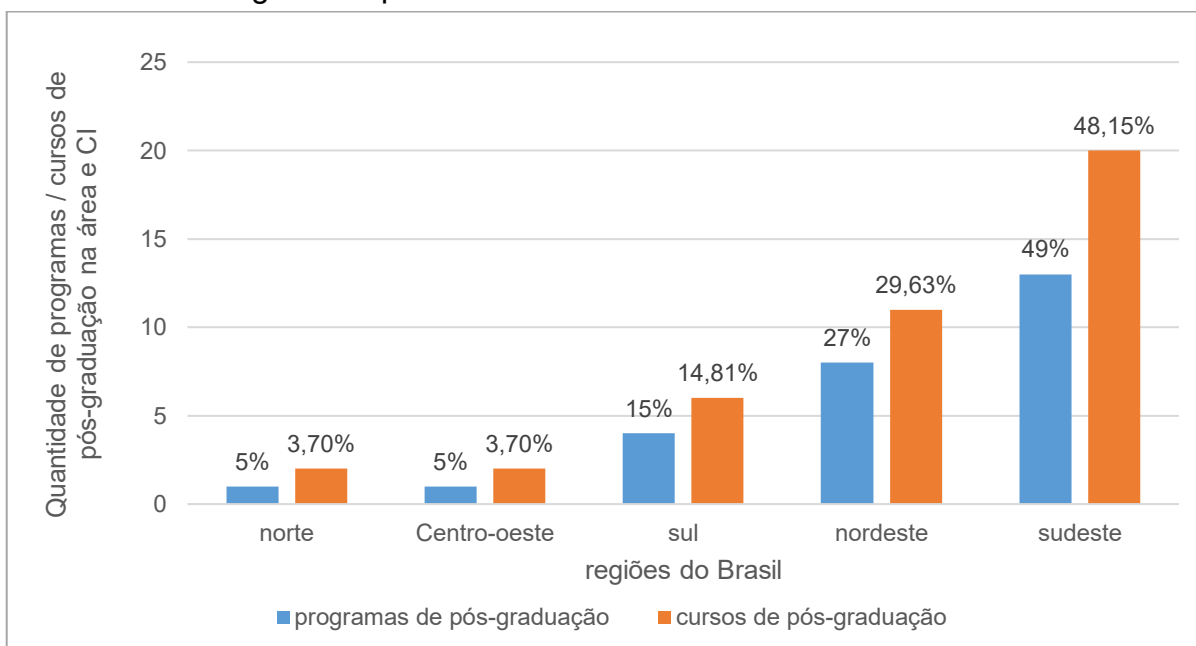
**Quadro 8** – Quantidade de programas e cursos de pós-graduação no Brasil de acordo com as regiões do país

Região do Brasil	Programas de pós-graduação	Cursos de pós-graduação
Norte	1	2
Centro-oeste	1	2
Sul	4	6
Nordeste	8	11
Sudeste	13	20
TOTAL	27	41

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Com base nos dados destacados no Quadro 8 e com o objetivo de facilitar a visualização e análise dos dados, foi gerado o Gráfico 3 com porcentagens:

**Gráfico 3** – Porcentagem de programas e cursos de pós-graduação no Brasil de acordo com as regiões do país



**Fonte:** elaborado pela autora (2025).

Ao analisar as informações coletadas, é possível perceber que, assim como ocorre no Gráfico 2 acerca dos cursos de graduação em Arquivologia, as regiões do país que lideram o número de programas e cursos de pós-graduação na área de CI estão concentradas nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste. As regiões Centro-Oeste e Norte são as que apresentam menor número de programas / cursos.

Assim, conclui-se que a maior concentração de publicações está nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, bem como o baixo número de materiais vinculados às regiões Norte e Centro-Oeste podem ser ligados à existência dos cursos de graduação em Arquivologia e, principalmente, aos cursos e programas de pós-graduação na área da CI.

Embora se compreenda que a realização e publicação de pesquisas estejam atreladas ao cenário descrito, importa salientar a preocupação e necessidade no que tange ao fomento de estudos concernentes à acessibilidade da informação nas regiões Norte e Centro-Oeste. Isso porque se entende como imperativo que pesquisas sejam realizadas a partir da ótica e realidade de cada local, pois somente dessa maneira é possível compreender as particularidades e necessidades de um público específico (nesse caso, destacando-se a população de PcD das regiões citadas).

Outra observação realizada a respeito dos materiais recuperados foi acerca do ano de publicação. A publicação mais antiga é do ano de 2000, enquanto a mais

recente refere-se ao ano de 2023. A quantidade de publicações de acordo com os anos é apresentada a seguir, no Quadro 9.

**Quadro 9** – Relação de quantidade de publicações por ano

Ano de publicação	Quantidade de publicações	Porcentagem
2000	1	2,38%
2001	1	2,38%
2006	1	2,38%
2007	3	7,14%
2009	2	4,76%
2010	3	7,14%
2012	1	2,38%
2013	1	2,38%
2015	6	14,29%
2016	2	4,76%
2017	2	4,76%
2018	3	7,14%
2019	2	4,76%
2020	5	11,90%
2022	5	11,90%
2023	4	9,52%
<b>Total</b>	42	100,00%

**Fonte:** elaborado pela autora (2025).

Nota-se que, em alguns anos, não foram localizadas quaisquer produções referentes à temática pesquisada. Ainda assim, observou-se que entre 2000 e 2013 a maior parte dos anos apresenta somente uma publicação. Esse período acumula um total de 13 (treze) produções. No ano de 2015, nota-se uma elevação no número de publicações, com 6 (seis) (cerca de, 14,29%) materiais. Além do aumento da produção especificamente nesse ano, observou-se que nos anos subsequentes ao de 2015 houve, em linhas gerais, o aumento de publicações: consta no período entre 2015 e 2023 o total de 29 (vinte e nove) trabalhos. Entende-se que esse aumento no número de trabalhos deve-se ao fato de que, em 2015, foi promulgada a Lei n.º 13.146, o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Desse modo, evidencia-se o impacto e a necessidade da formalização e legitimação dos direitos de PcD. Infere-se nesse cenário que a determinação de leis e sua regulamentação por meio de decretos propulsiona e mobiliza a sociedade para que se concretizem estudos e ações direcionadas à salvaguarda de direitos de PcD.

Diante dos dados apresentados, ainda que seja possível uma série de diferentes análises, destaca-se que foi cumprido o objetivo específico de “analisar as produções indexadas na Brapci que relacionam o assunto de acessibilidade ao campo do arquivista, arquivo e Arquivologia a fim de identificar quais são as tendências de pesquisa nessa temática”. Entre as produções indexadas na Brapci, foram identificados quatro principais enfoques: Educação e Pesquisa; Profissional da informação e suas práticas; Responsabilidade social e cidadania; Técnicas e tecnologias. Dentre eles, destacou-se como maior tendência de pesquisa o último, Técnicas e tecnologias.

Para cumprir o objetivo específico de “investigar a formação acadêmica dos autores das publicações identificadas na Brapci, bem como identificar se entre esses há profissionais formados em Arquivologia”, por meio de pesquisa realizada na Plataforma Lattes, foram recuperadas informações referentes à formação acadêmica dos autores das 42 (quarenta e duas) publicações selecionadas, bem como as instituições de ensino às quais estão relacionados tais autores.

Importa observar que, inicialmente, com base nos relatórios exportados da Brapci, foram identificados nomes de 97 (noventa e sete) autores. No entanto, ao acessar os trabalhos aos quais os autores estavam vinculados, constatou-se que havia materiais em que estavam listados nomes erroneamente. Sendo assim, foram averiguados todos os trabalhos a fim de confirmar suas autorias. Após o processo de verificação, foram detectados 9 (nove) nomes equivocadamente listados como autores. Essas ocorrências foram, por essa razão, descartadas da listagem de autores. Desse modo, restaram 88 (oitenta e oito) autores. O Quadro 10 com dados referentes a esses autores – ordenados alfabeticamente – e suas respectivas formações acadêmicas são elencados no Apêndice B.

Cabe pontuar a ocorrência de algumas limitações nessa etapa do estudo: nem todos os autores listados tiveram seus currículos localizados na Plataforma Lattes. Entre os 88 (oitenta e oito) autores, 10 (dez) deles (11,36%) não tiveram seus respectivos currículos recuperados.

Em certas situações chegaram a ser identificados perfis na Plataforma Lattes com nome igual ao do autor buscado, no entanto, em decorrência da insuficiência de dados com base nos quais fosse possível confirmar se tratar, de fato, do autor buscado, esses currículos e seus respectivos dados não foram considerados na pesquisa. Também se entende como possível motivo para a não localização de alguns currículos a alteração de nome (por razões diversas, como preferência pessoal ou adequação de identidade, por razões familiares como casamento, divórcio entre outros). No Apêndice B foram devidamente identificados os casos em que o currículo não foi recuperado com a observação “não foi possível identificar”.

Ao realizar a coleta de dados, observou-se que alguns periódicos disponibilizam juntamente do nome do autor a URL de acesso para o seu currículo Lattes. Entende-se, frente ao exposto, que essa seja uma boa prática, visto que possibilita ao leitor recuperar mais informações acerca dos autores das pesquisas disponibilizadas.

Diante do exposto, importa destacar que, embora o escopo inicial fosse de 88 (oitenta e oito) autores, em decorrência da limitação descrita, a análise da formação acadêmica pautou-se em informações dos 78 (setenta e oito) currículos que foram recuperados com sucesso. Ao analisá-los, foi possível constatar que a maior parte dos autores manteve um processo de formação contínua, seguindo estudos em cursos de pós-graduação *lato sensu* e/ou *stricto sensu*. Os dados coletados são apresentados no Quadro 10:

**Quadro 10** – Dados referentes à formação acadêmica dos autores das publicações analisadas

Formação acadêmica	nº de autores	% (do total de 78)
1 graduação	78	100,00%
2 graduações	22	28,21%
3 graduações	3	3,85%
1 especialização	47	60,26%
2 especializações	18	23,08%
3 especializações	8	10,26%
4 especializações	3	3,85%
5 especializações	1	1,28%
1 mestrado	70	89,74%

Continua...

...continuação

2 mestrados	3	3,85%
1 doutorado	58	74,36%
2 doutorados	2	2,56%
1 pós-doutorado	15	19,23%
2 pós-doutorado	2	2,56%

**Fonte:** elaborado pela autora (2025).

Ao verificar os dados apresentados no Quadro 9, destaca-se o fato de que há predominância de autores que apresentam formação além do *lato sensu*, ou seja, possuem pelo menos um curso *stricto sensu* – 89,74% possuem pelo menos um mestrado e 74,36% apresentam pelo menos um doutorado, enquanto 60,26% possuem pelo menos uma especialização. Entende-se ser esse um cenário alinhado ao esperado, visto que notadamente o desenvolvimento de pesquisas científicas e suas publicações ocorrem com maior intensidade quando o sujeito está inserido no contexto da pós-graduação *stricto sensu*.

Acerca da formação dos autores, notou-se que esses possuem diversos cursos em áreas distintas. Destaca-se, também, a ocorrência currículos com mais de um curso no mesmo nível de formação, como por exemplo, autores que cursaram até 3 (três) graduações, 5 (cinco) especializações, 2 (dois) mestrados, 2 (dois) doutorados e até mesmo 2 (dois) pós-doutorados.

Para compreender melhor o perfil desses autores, são apresentados a seguir, nos Quadros 11 ao 20, o detalhamento dos cursos. Importa observar que os nomes dos cursos foram mantidos de acordo com a informação registrada no currículo Lattes dos autores. Por essa razão, há variação entre alguns casos em que é especificado, por exemplo, tratar-se de uma licenciatura.

**Quadro 11** – Relação de graduações cursadas pelos autores

Nome do 1º curso de graduação	nº de autores
Administração	1
Administração de Empresas	1
Arquitetura e Urbanismo	1
Arquivologia	18
Biblioteconomia	21
Biblioteconomia e Documentação	6
Ciência da Informação	1

Continua...

...continuação

Ciências Contábeis	2
Ciências de Computação	1
Ciências Sociais	1
Engenharia Ambiental interrompida	1
Engenharia de sistemas	1
Estudos Artísticos	1
Filosofia	1
Física	1
Fisioterapia	1
Geografia	1
Gestão Ambiental	1
História	6
Letras	1
Letras com Inglês	1
Letras português inglês	1
Licenciatura em Física	1
Licenciatura em francês	1
Licenciatura em Matemática	1
Pedagogia	1
Psicologia	1
Sistemas de Informação	3
<b>Total</b>	<b>78</b>

**Fonte:** elaborado pela autora (2025).

No Quadro 11 são listadas as primeiras graduações cursadas pelos autores das publicações analisadas. A relação conta com uma variedade de 28 (vinte e oito) cursos. Destaca-se a Biblioteconomia (21) e Arquivologia (18) como as graduações com a maior incidência de autores. Evidencia-se também o curso de Biblioteconomia e Documentação (6) e o curso de História (6). Em seguida, destaca-se o curso de Sistemas de Informação (3). As demais graduações, que figuram com somente 1 (um) autor em cada uma delas, dividem-se em diferentes áreas como: Ciências Humanas (ex.: Filosofia), Ciências Exatas e da Terra (ex.: Física), Linguística, Letras e Artes (ex.: Literatura em francês e Letras), Engenharias (ex.: Engenharia de sistemas) e Ciências da Saúde (ex.: Fisioterapia e Psicologia).

**Quadro 12 – Relação de segunda graduação pelos autores**

Nome do 2º curso de graduação	nº de autores
Administração	1
Arquitetura e Urbanismo	2
Arquivologia	6
Biblioteconomia	2
Biblioteconomia e Documentação	1
Biblioteconomia em andamento	1
Ciências Sociais interrompida	1
Direito	2
Direito (interrompida)	1
Documentação e Arquivística	1
Fonoaudiologia em andamento	1
Formação Pedagógica em andamento	1
Licenciatura em Pedagogia em andamento	1
Tecnologia em Construção de Edifícios	1
Não possui	56
<b>Total</b>	<b>78</b>

**Fonte:** elaborado pela autora (2025).

Em relação àqueles que possuem pelo menos uma segunda graduação, identificou-se que esses compõem 28,21%, totalizando 22 (vinte e dois) dos autores. Nesse cenário, salienta-se com o maior número de ocorrências o curso de Arquivologia (6). Como segunda maior ocorrência, estão os cursos de Biblioteconomia (2), Direito (2) e Arquitetura e Urbanismo (2). Cabe pontuar os casos de cursos ligados ao âmbito da CI, como Biblioteconomia e Documentação (1) e Documentação e Arquivística (1).

**Quadro 13 – Relação de terceira graduação cursada pelos autores**

Nome do 3º curso de graduação	nº de autores
Arquivologia	1
Relações Públicas	1
Biblioteconomia	1
Não possui	75
<b>Total</b>	<b>78</b>

**Fonte:** elaborado pela autora (2025).

Houve, ainda, 3 (três) casos em que autores apresentam uma terceira graduação. Nesses casos, figuram novamente os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, além de Relações Públicas.

Ao verificar os autores com pelo menos 1 (uma) especialização, evidencia-se a variedade de formações, visto que foram identificados 46 (quarenta e seis) cursos distintos, conforme apresentado no Quadro 14, a seguir:

**Quadro 14** – Relação de primeira especialização cursada pelos autores

<b>Especialização 1</b>	<b>nº de autores</b>
Administração da Educação	1
Administração de Sistemas de Informação*	1
Aperfeiçoamento em Arquivos Médicos*	1
Aperfeiçoamento em Curso de Design Educacional PACC	1
Aperfeiçoamento em Curso de Informática	1
Aperfeiçoamento em Educação a Distância - Módulos I e II	1
Aperfeiçoamento em Gestão de acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos*	1
Aperfeiçoamento em Metodologia do Ensino Superior Cemes	1
Aperfeiçoamento em psicanálise clínica	1
Arquitetura e Organização da Informação*	1
Arquivologia*	1
Biblioteconomia*	1
Biblioteconomia e Gestão de bibliotecas escolares*	1
Cidades, Políticas Urbanas e Movimentos Sociais	1
Ciência da Computação	1
Ciências Documentais - Variante de Arquivo*	1
Data Science	1
Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	1
Direito do Trabalho	1
Docência Superior	1
Documentação Científica*	1
Educação Profissional e Tecnológica	1
Gestão Ambiental - Ênfase em Auditoria e Perícia	1
Gestão Contemporânea de Recursos Humanos	1
Gestão da informação e do Conhecimento*	1
Gestão de Negócios e Projetos	1
Gestão de Unidades de Informação*	1
Gestão em Arquivos*	2

Continua...

...continuação

Gestão Estratégica da Informação*	1
Gestão Pública	1
Grupo de Pesquisa em Banco de Dados	1
História	1
História do Brasil e da Paraíba	1
História e cultura no Brasil	1
Literatura contemporânea	1
MBA em Administração de Empresas e Gestão de Negócios	1
MBA Executivo em marketing, vendas e negócios	1
Metodologia de Ensino do Segundo Grau	1
Moda e Gestão	1
Organização e Administração de Arquivos Públicos*	1
Práticas Visuais	1
Psicologia Organizacional e do Trabalho	1
Rede de Acesso à Bases de Dados Navegando na Internet	1
Serviço de Saúde Pública	1
Sistemas de Bibliotecas Públicas*	1
Sistemas para Internet	1
Não possui	31
<b>Total</b>	<b>78</b>

\* Especializações ligadas ao âmbito da CI.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Entre as especializações listadas, foi possível identificar que 15 (quinze) delas (32,61%) são diretamente ligadas ao âmbito da CI (destacadas no Quadro 14 com \*). É interessante notar que foi identificada somente uma indecência de autores que realizaram cursos com o mesmo nome, sendo esse “Gestão de Arquivos”.

Detectou-se também a ocorrência de 18 (dezoito) (23,08%) autores com uma segunda especialização. Os cursos são identificados no Quadro 15, a seguir:

**Quadro 15** – Relação de segunda especialização cursada pelos autores

Especialização 2	nº de autores
Administração Escolar	1
Aperfeiçoamento em Formação de tutores: orientação pedagógica em EAD	1
Aperfeiçoamento em Formação Docente para EAD	1
Auditoria Interna	1
Ciências Documentais - Variante de Biblioteconomia e Documentação*	1
Conservação De Obras Sobre Papel*	1

Continua...

...continuação

Desenvolvimento das Competências Gerenciais	1
Leitura e Formação de Leitores	1
Especialização em Documentação e Informação - CDC*	1
Formação de professores para cursos semipresenciais EAD em andamento	1
Gestão da Informação e do Conhecimento*	1
Gestão de Arquivos e Tecnologias Aplicadas*	1
Gestão de Informação e Pessoas*	1
Gestão Eletrônica de documentos - Organizações Privadas*	1
Grupo de Pesquisa em Banco de Dados	1
Organização de Arquivos*	1
Pedagogia da Cooperação e Metodologias Colaborativas	1
Recursos Cinesioterpicos	1
Não possui	60
<b>Total</b>	<b>78</b>

\* Especializações ligadas ao âmbito da CI.

**Fonte:** elaborado pela autora (2025).

Entre os 18 (dezoito) cursos de segunda especialização, 8 (oito) (44,44%) são relacionados ao campo da CI. Pontua-se que não houve repetição de especializações nesse caso.

É dada progressão à análise ao se identificar a existência de 8 (oito) (10,26%) currículos que apresentam uma terceira especialização, conforme Quadro 16:

#### **Quadro 16 – Relação de terceira especialização cursada pelos autores**

<b>Especialização 3</b>	<b>nº de autores</b>
Administração Hospitalar	1
Biblioteconomia e Documentação*	1
Ensino da Filosofia em andamento	1
Formação de Líderes e Empreendedores	1
Gestão de Unidades de Informação*	1
Gestão pública	2
Intervenção ABA no Autismo e Deficiência Intelectual em andamento	1
Não possui	70
<b>Total</b>	<b>78</b>

\* Especializações ligadas ao âmbito da CI.

**Fonte:** elaborado pela autora (2025).

Nesse caso, entre os 7 (sete) cursos recuperados, 2 (dois) (28,57%) deles são ligados a questões informacionais e de interesse da CI.

Em relação aos que possuem uma quarta especialização, esses somam 3 (três) (3,85%) autores. Entre esses, não há repetição de cursos e identificou-se que um deles é relacionado à área da CI. Os cursos são listados no Quadro 17, a seguir.

**Quadro 17** – Relação de quarta especialização cursada pelos autores

Especialização 4	nº de autores
Especialização em Pós-Graduação em Ciência da de Informação e Documentação*	1
Gestão da Inovação Tecnológica em Arranjos Produtivos Locais (APLs)	1
Gestão de políticas públicas de cultura	1
Não possui	75
<b>Total</b>	<b>78</b>

\* Especializações ligadas ao âmbito da CI.

**Fonte:** elaborado pela autora (2025).

Constatou-se um único caso em que um dos autores possui uma quinta especialização, sendo essa em Neuropedagogia.

Entende-se que seja um indício positivo o fato de que os autores apresentam, além dos cursos de graduação, aproximação com questões informacionais também em seus cursos de pós-graduação *lato sensu*. Isso porque se presume que cursos *lato sensu*, por vezes, são desenvolvidos com vistas a qualificar profissionais para desempenhar suas atividades de forma a suprir demandas identificadas no mercado de trabalho. Ainda assim, considera-se pertinente que futuras pesquisas busquem investigar as especializações elencadas, buscando-se compreender a grande variedade de cursos identificados bem como seus respectivos enfoques e área de interesse.

No que tange aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, nota-se a ocorrência de autores com até 2 (dois) mestrados, 2 (dois) doutorados e 2 (dois) pós-doutorados. Algumas informações acerca dos cursos de mestrado e doutorado são apresentadas nos Quadros 18, 19 e 20.

**Quadro 18** – Relação de primeiro mestrado cursado pelos autores

Mestrado 1	nº de autores
Administração de Bibliotecas*	1
Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias	1
Biblioteconomia*	1
Ciência da informação*	39

Continua...

...continuação

Ciência da Informação e Documentação*	1
Ciência da Informação – em andamento*	1
Ciência da Informação – interrompido*	1
Ciências da Computação e Matemática Computacional	1
Ciências do Movimento Humano - em andamento	1
Computação	1
Comunicação e Informação*	1
Controladoria e Contabilidade	1
Educação	2
Gestão de Documentos e Arquivos*	1
Gestão e Organização do Conhecimento*	2
Gestão e Organização do Conhecimento – Ciência da Informação*	1
História	2
História medieval	1
História Social	1
Informática	1
Lógica e Metafísica	1
<i>Magister de Ingeniería de Sistemas y Computación interrumpida</i>	1
Multimeios	1
Música	1
Profissional em Gestão da Informação*	1
Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento*	1
Profissional em História, Política e Bens Culturais	1
Profissional em Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural*	1
<i>Science In Library Service*</i>	1
Não possui	8
<b>Total</b>	<b>78</b>

\* Especializações ligadas ao âmbito da CI.

**Fonte:** elaborado pela autora (2025).

Ao verificar o Quadro 18, nota-se que entre os 78 (setenta e oito) autores, 70 (setenta) deles (89,74%) possuem pelo menos um mestrado. Nesse cenário se destaca o mestrado em Ciência da Informação, com 39 (trinta e nove) (50%) autores. Importa observar que há uma ocorrência de Mestrado em Ciência da Informação em andamento e um com situação interrompido – esses casos foram sinalizados no Quadro 18 com as especificações “em andamento” e “interrompido”.

Os mestrados em “Educação” e “Gestão e Organização do Conhecimento” possuem 2 (dois) autores cada, enquanto os demais cursos apresentam somente um

autor atrelado. Cabe pontuar que entre os cursos com um único autor, nota-se a ocorrência de programas que, embora não nominados como CI, apresentam relação com o campo destacado. Exemplos disso são: Administração de Bibliotecas; Biblioteconomia; Comunicação e Informação; Gestão de documentos e arquivos; Profissional em Gestão da Informação e Conhecimento, entre outros apresentados no Quadro 18. Esses cursos que não apresentam o nome “Ciência da Informação”, porém são relacionados a essa área, somam 12 (doze) ocorrências, ou seja, cerca de 15,38%. Ao somar os 50% de autores com mestrado em Ciência da Informação aos 15,38% com mestrado em cursos concernentes à CI, obtêm-se o percentual de 65,38%. Assim, conclui-se no dado cenário a preponderância de mestrado relativos ao campo da CI.

Foram também identificadas 3 (três) situações em que o autor possui um segundo mestrado. Entre esses, 2 (dois) são em Ciência da Informação e 1 (um) em Informática, conforme Quadro 19.

**Quadro 19** – Relação de segundo mestrado cursado pelos autores

Mestrado 2	nº de autores
Ciência da Informação	2
Informática	1
Não possui	75
<b>Total</b>	<b>78</b>

**Fonte:** elaborado pela autora (2025).

Constatou-se também que, entre os 78 (setenta e oito) autores, 58 (cinquenta e oito) (74,36%) deles possuem pelo menos um doutorado. Destaca-se que 32 (trinta e dois) (41,03%) dos autores tem como primeiro doutorado o curso de Ciência da Informação. Nota-se que há, além disso, 2 (dois) com outros em Ciência da Informação, porém, com *status* “em andamento”, conforme Quadro 20.

**Quadro 20** – Relação de primeiro doutorado cursado pelos autores

Doutorado 1	nº de autores
Biblioteconomia e Documentação*	2
Ciência da Informação*	32
Ciência da Informação em andamento*	2
Computação	1

Continua...

...continuação

Comunicação e Informação*	1
Contabilidade e Finanças	1
Difusão do Conhecimento*	1
<i>Doctorado em Documentación: Archiveros y Biblioteca en el entorno digital*</i>	1
Educação	3
Filosofia	1
Gestão e Organização do Conhecimento*	3
História	1
História e Filosofia da Ciência - Especialidade em Museologia	1
História Medieval	1
História Social	2
História, Política e Bens Culturais em andamento	1
Informação e Comunicação em Plataformas Digitais*	1
Letras	1
Lógica e Metafísica	1
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação em andamento*	1
Não possui	20
<b>Total</b>	<b>78</b>

\* Cursos que apresentam relação com o âmbito da CI.

**Fonte:** elaborado pela autora (2025).

Assim como ocorreu nos mestrados, no doutorado nota-se que há cursos que, embora não sejam nominados como Ciência da Informação, de alguma forma estão ligados ao seu âmbito. Exemplos desses são: Biblioteconomia e Documentação; Comunicação e Informação, Difusão do Conhecimento; Gestão e Organização do Conhecimento; Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, entre outros. Outro ponto interessante é a recorrência de cursos ligados à área de História – nesse caso, somando 6 (seis) autores. Entende-se que a História possui ligações com as áreas da Arquivologia e CI, e, portanto, essa conexão é prevista. Em relação a pessoas com um segundo doutorado, foram retornados 2 (dois) casos, ambos em Ciência da Informação.

Também foram identificados 15 (quinze) autores (19,23%) com pelo menos 1 (um) pós-doutorado: 11 (onze) deles realizaram seus estudos na grande área de Ciências Sociais Aplicadas; 3 (três) deles na grande área de Ciências Humanas e, em

um dos casos, pela forma como foi realizado o preenchimento do dado na plataforma *Lattes*, não foi possível identificar a respectiva área.

Por último, referente àqueles com um segundo pós-doutorado, foram detectados 2 (dois) autores (2,56%), sendo um deles na grande área de Ciências Exatas e da Terra e outro na grande área de Ciências Sociais Aplicadas.

Em geral, ao verificar a formação acadêmica dos autores das publicações analisadas, evidenciou-se a presença de: graduados em Arquivologia e Biblioteconomia; especialistas que realizaram pós-graduações ligadas a atividades inerentes ao profissional da informação; mestres e doutores com titulações em CI; que concluíram pós-doutorado majoritariamente na grande área de Ciências Sociais Aplicadas.

Ainda assim, não se despreza o fato de que, entre as formações acadêmicas verificadas, constatou-se uma grande variedade de cursos, que abrangem diferentes áreas do conhecimento. São alguns exemplos de formações diversas:

- graduação em Filosofia, mestrado e doutorado em Lógica e Metafísica com pós-doutorado em Ciências Humanas;
- 1ª graduação em Fisioterapia, 1ª especialização em Serviço de Saúde Pública, 2ª especialização em Recursos Cinesioterapicos, 2ª graduação em Arquivologia, mestrado e doutorado em Ciência da Informação;
- graduação em Engenharia de sistemas, 1ª especialização em Práticas Audiovisuais, 2ª especialização em Pedagogia da cooperação e metodologias colaborativas, 1º mestrado em *Ingeniería de Sistemas y Computación* (interrompida), 2º mestrado em Informática, doutorado em Ciência da Informação.

Em linhas gerais, após investigar a formação acadêmica dos autores, bem como identificar entre esses a existência de profissionais formados em Arquivologia, a constatação de que há formações diversas é vista como um fator positivo, visto que, com base em repertórios, experiências e conhecimentos múltiplos, entende-se ser possível repensar o desenvolvimento de práticas e pesquisas nas áreas de Arquivologia e CI.

No que tange ao objetivo de “apresentar normas da ABNT relacionadas à acessibilidade da informação com foco no público de pessoas com deficiência”, após a busca e triagem de normas, conforme descrito anteriormente no tópico de metodologia, as normas selecionadas (*vide* Apêndice D) foram examinadas com base

em seus títulos, objetivos e palavras-chave, a fim de identificar a existência de normativas potencialmente relacionáveis à representação da informação no contexto digital.

Constatou-se que são compatíveis ao contexto da informação em meio digital as 11 (onze) normas apresentadas no Quadro 21, a seguir:

**Quadro 21** – Normas da ABNT relacionadas a informação no contexto digital

ID	Número da norma	Data de publicação	Título	Comitê técnico	Preço em R\$	Objetivo	Palavras-chave
1	ABNT NBR 17060:2022	26/10/2022	Acessibilidade em aplicativos de dispositivos móveis - Requisitos	ABNT/CB-040 Acessibilidade	198,60	Esta Norma estabelece os requisitos de acessibilidade em aplicativos de dispositivos móveis baseados no desempenho funcional	Acessibilidade
2	ABNT NBR ISO 9241-171:2018	20/09/2018	Ergonomia da interação humano-sistema	ABNT/CB-021 Tecnologias da Informação e Transformação Digital	581,60	Esta Parte da ABNT NBR ISO 9241 proporciona orientações de ergonomia e especificações para o projeto de software acessível para uso no trabalho, no lar, na educação e em lugares públicos. Abrange questões associadas ao projeto de software acessível para as pessoas com a mais ampla gama de aptidões físicas, sensoriais e cognitivas, incluindo aquelas que estão temporariamente incapazes, e os idosos. Ela aborda considerações de software para acessibilidade que complementam o projeto geral para a usabilidade, como tratado pelas ABNT NBR ISO 9241-110, ABNT NBR ISO 9241-11 a ISO 9241-17, ISO 14915 e ISO 13407.	Ergonomia, Humano-Computador
3	ABNT NBR 15290:2016	19/12/2016	Acessibilidade em comunicação na televisão	ABNT/CB-040 Acessibilidade	146,90	Esta Norma fornece diretrizes gerais relacionadas à legendagem, à audiodescrição, à língua de sinais e ao sistema de alerta de emergência, a serem observadas para a acessibilidade em comunicação na televisão, dentro das melhores práticas do desenho universal, considerando as diversas condições de percepção e cognição, com ou sem a ajuda de sistema assistivo ou outro que complemente necessidades individuais.	Acessibilidade, Televisão, Língua de sinais, Legenda, Audiodescrição

Continua...

4	ABNT NBR 15610-3:2016	15/12/2016	Televisão digital terrestre - Acessibilidade	ABNT/CEE-085 Televisão Digital	115,20	Esta Parte da ABNT NBR 15610 apresenta uma proposta de protocolo de transmissão de conteúdos em Língua de Sinais (LIBRAS) para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD), compreendendo o sistema de codificação de LIBRAS na transmissão e o processo de decodificação na recepção.	Acessibilidade, Televisão digital, Som e imagem, Acesso
5	ABNT NBR 16452:2016	01/09/2016	Acessibilidade na comunicação - Audiodescrição	ABNT/CB-040 Acessibilidade	115,20	Esta Norma fornece diretrizes para a produção da audiodescrição	Acessibilidade, Pessoa com deficiência, Portador de deficiência, Sistema de áudio, Deficiência visual
6	ABNT NBR 15610-2:2012	18/07/2012	Televisão digital terrestre — Acessibilidade	ABNT/CEE-085 Televisão Digital	95,00	Esta parte da ABNT NBR 15610 complementa as especificações para as funcionalidades sonoras de acessibilidade do sistema brasileiro de televisão digital terrestre, além de prover orientações para sua implementação. Esta Norma não se aplica à produção do áudio.	Televisão digital, Som e imagem, Acesso
7	ABNT NBR 15610-1:2011	06/12/2011	Televisão digital terrestre – Acessibilidade	ABNT/CEE-085 Televisão Digital	155,40	Esta parte da ABNT NBR 15610 complementa as especificações para as ferramentas de acessibilidade <i>closed caption</i> e legendas do sistema brasileiro de televisão digital terrestre, além de prover orientações para sua implementação.	Acessibilidade, Televisão digital, Atendimento prioritário
8	ABNT NBR 15599:2008	25/08/2008	Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços	ABNT/CB-040 Acessibilidade	207,40	Esta Norma fornece diretrizes gerais a serem observadas para acessibilidade em comunicação na prestação de serviços, consideradas as diversas condições e percepção e cognição, com ou sem a ajuda de tecnologia assistiva ou outra que complemente necessidades individuais	Acessibilidade, Pessoa com deficiência, Comunicação, Serviço, Informação e troca de mensagem, Recurso de acessibilidade em comunicação

Continua...

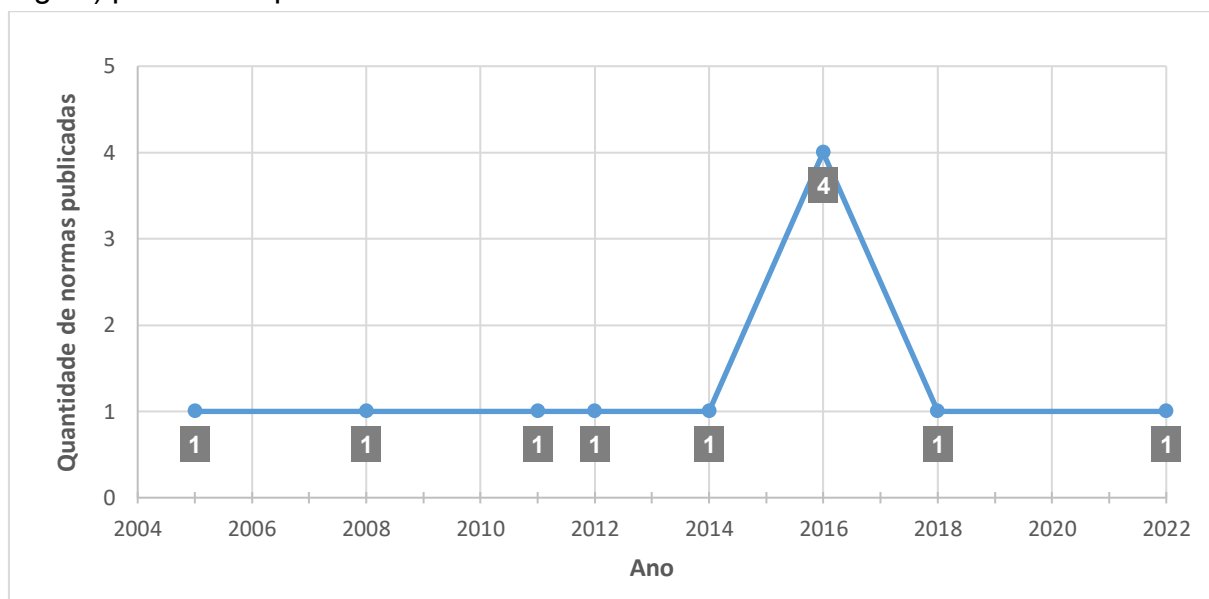
9	ABNT NBR 15250:2005	30/03/2005	Acessibilidade em caixa de auto-atendimento bancário	ABNT/CB-040 Acessibilidade	135,20	Esta Norma fixa os critérios e parâmetros técnicos de acessibilidade a serem observados quando do projeto, construção, instalação e localização de equipamentos destinados à prestação de informações e serviços de auto-atendimento bancário	Acessibilidade, Auto-atendimento, Caixa de auto-atendimento
10	ABNT ISO/TS 20282-2:2016	13/12/2016	Usabilidade de produtos de consumo e produtos para uso público	ABNT/CB-021 Tecnologias da Informação e Transformação Digital	410,10	Esta parte da ABNT ISO/TS 20282 especifica um método de teste somativo baseado no usuário para medir a usabilidade e/ou a acessibilidade de produtos de consumo e produtos para uso público (incluindo produtos <i>walk-up-and-use</i> ) para um ou mais grupos de usuários específicos.	Ergonomia, Usabilidade
11	ABNTNBR ISO/IEC/IEE E 29119-1:2014	04/06/2014	Engenharia de software e sistemas — Teste de software	ABNT/CB-021 Tecnologias da Informação e Transformação Digital	266,10	Esta parte da ABNT NBR ISO/IEC/IEEE 29119 especifica definições e conceitos sobre teste de software. Ela fornece definições de termos de teste e discussão de conceitos-chave para a compreensão da série de normas de teste de software ISO/IEC/IEEE 29119.	Acessibilidade, Engenharia de sistemas, Análise de produtividade de sistema

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Outro aspecto verificado foi o comitê técnico ao qual a norma se circunscreve, pois, desse modo, é possível identificar em quais deles a questão da acessibilidade é colocada em pauta. Foram identificados 3 (três) comitês. Um deles, conforme o esperado, é o ABNT/CB-040 Acessibilidade, com 5 (cinco) normas. Em seguida, ambos com 3 (três) normas cada, estão o ABNT/CB-021 Tecnologias da Informação e Transformação Digital e o ABNT/CEE-085 Televisão Digital.

Além disso, com base nas datas de publicação das normas, traçaram-se relações com o impacto do estabelecimento de leis federais relativas à acessibilidade, no que tange à formalização de normas técnicas propostas pela ABNT. Explica-se: ao analisar o número de normas de acordo com seus anos de publicação, destacou-se o ano de 2016, com 4 (quatro) normas, enquanto os demais períodos apresentaram somente uma publicação. O aumento de normas no ano de 2016 é ilustrado no Gráfico 4:

**Gráfico 4** – Quantidade de normas da ABNT (relacionadas a informação no contexto digital) publicadas por ano



**Fonte:** elaborado pela autora (2025).

Infere-se que a quadruplicação da publicação de normas tenha ocorrido em função da Lei n.º 13.146, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que foi promulgada no ano de 2015.

Para se obter acesso integral às normas da ABNT, em muitas delas é necessário o pagamento de taxas. Os valores entre as normas listadas no Quadro 21 variam entre R\$ 95,00 e R\$ 581,60. Entende-se que, para instituições de grande porte

esses valores podem não ser significativos, porém, ao se pensar em empreendimentos menores ou até mesmo profissionais autônomos, o pagamento de taxas pode se configurar como um empecilho que potencialmente o distancia das normativas em questão.

Uma vez apresentadas as normas da ABNT relacionadas à acessibilidade da informação com foco no público de pessoas com deficiência, é dada progressão à análise por meio de discussão de outro objetivo específico: elencar as recomendações de acessibilidade com foco em “alternativas textuais para conteúdo não textual”, “legendas” e “audiodescrição” inscritas WCAG 2.2. Ao analisar as diretrizes, tornou-se evidente a complexidade das proposições inscritas na WCAG.

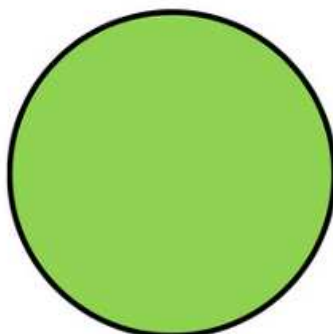
Foi possível detectar que os conteúdos concernentes a alternativas textuais, legendas e audiodescrições se concentram dentro do princípio “Perceptível”. Mais especificamente, nas seguintes diretrizes: 1.1 Alternativas em Texto, sob a qual constam os critérios de sucesso de conteúdo não textual; 1.2 Mídias com base em tempo, sob a qual se circunscrevem critérios de sucesso relativos a audiodescrição e legendas.

As diretrizes destacadas e seus respectivos critérios de sucesso são apresentados no Anexo A. Por se tratar de uma documentação técnica repleta de remissões de conceitos, com vistas a garantir o seu entendimento, compreende-se ser relevante a familiaridade com os termos utilizados de forma recorrente na WCAG 2.2. Por essa razão, trechos do glossário disponível na documentação em pauta foram elencados no Anexo B.

Nota-se que as diretrizes apresentadas se concentram sobre a identificação de **quando** há a necessidade de se incluir alternativas textuais, legendas ou audiodescrição em materiais diversos. Ainda assim, a documentação não apresenta instrução clara de **como** deve ser realizado o fornecimento de alternativas textuais para quaisquer conteúdos não textuais.

Nessa linha de raciocínio, salienta-se a reflexão acerca das inúmeras formas pelas quais uma imagem pode ser descrita. Tome-se como exemplo a ilustração demonstrada na Figura 5, a seguir:

**Figura 5** – Exemplo de imagem a ser descrita



**Fonte:** elaborado pela autora (2025) a partir do *software* Canva.

Apesar de ser um elemento visual simples, essa imagem poderia ser descrita de inúmeras formas como, por exemplo: a) imagem de um círculo verde com borda preta; b) ilustração de uma forma geométrica circular de contorno preto e preenchimento verde; c) sobre um fundo branco, um círculo de cor verde e borda na cor preta; entre outras.

Qual é a descrição mais adequada? Não há como saber se não for especificado o contexto no qual se insere o conteúdo. Afinal, a imagem de um círculo verde (Figura 5) em um livro de Geometria avançada deve ser descrita de forma diferente daquela utilizada em uma apostila de Arte para a educação infantil.

Desse modo, destaca-se que o arquivista – com base em preceitos da representação temática, além de se cercar de diretrizes como a WCAG 2.2 e normas da ABNT –, é capaz de, não somente realizar a descrição de imagens estáticas, vídeos e áudios, como também pode se especializar na instrução desse processo: gerir equipes que atuem em atividades ligadas ao desenvolvimento de textos alternativos, legendas ocultas e audiodescrições, bem como estabelecer padrões de acordo com a realidade a que se refere.

Embora não seja o foco da pesquisa em pauta, entende-se como pertinente lançar uma reflexão a respeito do uso de tecnologias de Inteligência Artificial (IA) nesse cenário. Assim como ocorre em outros campos, a IA também pode ser utilizada para gerar audiodescrições, legendas ocultas e textos alternativos. Alguns exemplos de IA disponíveis no mercado são:

- para descrição de imagens: *Microsoft Azure Cognitive Services, Google Cloud Vision AI*;

- para gerar legendas: *Youtube Automatic Captions*, *Desript*, *Rev.ai*;
- para gerar audiodescrição: *Scribely*, *IrisBond*, *Microsoft Seeing AI*.

Acerca do uso de IA no dado contexto, acredita-se que há uma tendência para que essas tecnologias se façam cada vez mais presentes. Ainda assim, entende-se que, embora essas sejam utilizadas, é indispensável o olhar crítico de um profissional qualificado para que os conteúdos gerados atendam, de fato, às necessidades informacionais do público ao qual se destina. A discussão em torno do uso de IA e suas repercussões no dado contexto certamente se configuram como uma questão para pesquisas futuras.

Em linhas gerais, com base no desenvolvimento da análise e discussão apresentadas ao longo desta seção, foi possível identificar o enfoque que se destacou como maior tendência temática: “Técnicas e tecnologias”.

Também foram coletados dados acerca da formação acadêmica dos autores das publicações indexadas na Brapci. Com isso, constatou-se a ocorrência de autores formados em Arquivologia. Adicionalmente, por meio dos dados coletados no currículo Lattes, foi evidenciada a formação contínua e diversificada dos autores, que possuem formação em diferentes cursos *lato sensu* e *stricto sensu* em diversas áreas do conhecimento.

Ademais, foram apresentadas as normas da ABNT relacionadas à acessibilidade da informação para PcD. Evidenciou-se que muitas das normas que abordam a acessibilidade referem-se ao espaço físico, sem apresentar relação com a acessibilidade em meio digital.

Além disso, ao elencar as recomendações de acessibilidade descritas na WCAG 2.2 (com especial enfoque em alternativas textuais para conteúdo não textual, legendas e audiodescrição), destacou-se que essas diretrizes, embora apresentem instruções técnicas acerca de quando se deve inserir ou não determinados recursos, não são apresentadas instruções com foco em como representar conteúdos não textuais (ex.: como descrever uma imagem ou áudio).

Assim, por meio da discussão apresentada, foi evidenciado o cumprimento dos objetivos específicos propostos na pesquisa e, conseqüentemente, o cumprimento do objetivo geral de evidenciar o campo de atuação do arquivista na representação da informação não textual em materiais digitais, com foco na acessibilidade.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um cenário de imperativo tecnológico no qual conteúdos disseminados em meios digitais se fazem indispensáveis para o desempenho de atividades cotidianas, destacou-se a necessidade de reflexões acerca da forma pela qual essas informações são representadas.

Em especial, destacaram-se os desafios da representação temática de informações não textuais, ou seja, aquelas registradas por meio de imagens (em movimento ou estáticas) e/ou sons. Evidenciou-se, nesse sentido, o público de PcD auditiva e/ou visual.

Ao analisar as publicações recuperadas em consulta à Brapci, foram identificados quatro enfoques: 1) Educação e pesquisa; 2) Profissional da informação e suas práticas; 3) Responsabilidade social e cidadania; 4) Técnicas e tecnologias. Ao se analisar cada enfoque isoladamente, o que apareceu no maior número de estudos foi o de “Técnicas e tecnologias” (29 publicações). O segundo enfoque com maior recorrência entre as pesquisas foi “Responsabilidade social e cidadania” (26 publicações). Em terceiro, está o enfoque “Profissional da informação e suas práticas” (13 publicações), seguido pelo quarto e último, “Educação e pesquisa” (8 publicações).

Cabe mencionar que foi observada a ocorrência de pesquisas que se alinham a mais de um enfoque. Desse modo, foi realizada a análise de intersecções entre os enfoques destacados. Concluiu-se que a combinação de “Responsabilidade social e cidadania” e “Técnicas e tecnologias” foi a que apresentou maior número de publicações (12). Entende-se que a conexão entre esses reflete as demandas manifestadas por uma sociedade imersa por tecnologias digitais, suas possibilidades, mas também, por conseguinte, imbuída de desafios decorrentes de seu uso.

Por outro lado, notou-se que o pareamento de “Educação e pesquisa” e “Profissional da informação e suas práticas” é o que apresenta menor número de trabalhos (1). Considera-se que esse seja um ponto a ser analisado com cautela, visto que suscita a hipótese de distanciamento entre o cenário acadêmico e as práticas e demandas dos profissionais da informação inseridos no mundo do trabalho. Entende-se que essa questão pode ser investigada em trabalhos futuros.

Em decorrência, nota-se que “Técnicas e tecnologias” se mostrou o enfoque de maior proeminência. Isso porque se destaca tanto na análise isolada de enfoques,

como também é um dos que aparece com maior incidência ao se verificar as produções que se situam na interseccionalidade entre diferentes enfoques.

Embora tenham sido recuperados trabalhos referentes à acessibilidade no âmbito arquivístico, evidenciou-se que esses estudos ainda são escassos, sinalizando assim a necessidade pelo desenvolvimento de novos estudos nesse sentido. Ainda que muitas pesquisas apresentassem o termo “acessibilidade”, constatou-se que, em em grande parte dos casos (61,90%), essa palavra foi utilizada no sentido da informação disponível para acesso, porém, não necessariamente era referente à acessibilidade com foco no público de PcD. Assim, foi confirmada a hipótese de que são escassos os estudos acerca da atuação do arquivista com o foco de salvaguardar, para o público de PcD, a acessibilidade de informações não textuais em meio digital.

Nesse sentido, acredita-se ser oportuno futuramente realizar investigações acerca do entendimento do conceito de acessibilidade da Arquivologia e CI, de forma a compreender de que modo essa temática poderia ser trabalhada sob o viés da democratização de acesso à informação para PcD.

Acerca da formação dos autores das pesquisas analisadas, constatou-se que, embora haja pessoas graduadas em Arquivologia, há também uma grande variedade de formações em outras áreas do conhecimento. Entre os arquivistas, além dos bibliotecários e historiadores (com relação próxima à Arquivologia e CI), também figuraram, por exemplo, profissionais formados em Filosofia, Física, Letras, Matemática e Fisioterapia, entre outros.

Um aspecto que chamou a atenção também é a ocorrência de autores com mais de uma formação: 28,21% possuem pelo menos duas graduações. Também se destacou a formação contínua: 60,26% possuem pelo menos 1 (uma) especialização. Além disso, 89,74% dos autores possuem pelo menos 1 (um) mestrado e 74,36% possuem pelo menos 1 (um) doutorado.

A predominância de autores pós-graduados em cursos *stricto sensu* aponta para o fato de que pesquisas científicas e suas publicações, em sua maioria, são realizadas por autores inseridos em programas de pós-graduação. A isso se soma uma série de fatores como os critérios para submissão em periódico científicos, cumprimento de diretrizes e respeito à hierarquia no campo científico-acadêmico.

Notou-se a prevalência de publicações ligadas a periódicos das regiões Sudeste, Sul e Nordeste. Infere-se que esse fenômeno esteja ligado ao fato de que os programas e cursos de pós-graduação *stricto sensu* na área da CI estão

concentrados nessas regiões. O Centro-Oeste e o Norte foram os que menos apresentaram publicações. Embora se compreenda que o menor número de trabalhos nessas regiões possa ser justificado pelo menor número de programas e cursos ofertados, ainda assim se reitera a necessidade por mais pesquisa nessas regiões. Isso porque cada contexto possui suas especificidades e, sendo assim, suscita-se o fomento de estudos acerca da informação e sua acessibilidade nas regiões destacadas.

Constatou-se o impacto do estabelecimento da Lei n.º 13.146, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, tanto nas publicações científicas, como também na elaboração e proposição de normas ligadas à acessibilidade da informação. Em ambos os cenários, houve um aumento de produções posteriormente à promulgação da lei. Nesse sentido, reitera-se a instituição de diretrizes que preconizem acerca da acessibilidade como fator determinante para que a sociedade se mobilize de forma a salvaguardar os direitos da população de PcD.

Acerca das normas da ABNT e diretrizes preconizadas no documento WCAG 2.2, nota-se que, embora sejam importantes fontes de informação para direcionar a implementação de recursos de acessibilidade como texto alternativo de imagens, audiodescrição e legendas ocultas, esses materiais não possuem enfoque na instrução de como esses conteúdos textuais (que representam informações não textuais) devem ser escritos.

Nesse sentido, o arquivista é evidenciado como profissional que, com base em conhecimentos e práticas concernentes à representação temática da informação, pode contribuir para que conteúdos não textuais no meio digital sejam disponibilizados de maneira acessível para PcD, visando assim salvaguardar o seu direito de acesso à informação.

Entre as diversas ações possíveis nesse cenário, destacou-se a atuação do arquivista voltada à representação da informação não textual em materiais digitais. Mais especificamente, com base na Lei n.º 13.146, diretrizes da WCAG 2.2 e normas da ABNT, foram evidenciadas e discutidas práticas relacionadas à elaboração de alternativas textuais para conteúdos não textuais, legendas descritivas e audiodescrição. Ainda que seja defendida a importância de tais aspectos para a acessibilidade de conteúdos para PcD, há de se reconhecer que esses são uma pequena parte daquilo que pode e deve ser realizado.

O fazer arquivístico é dotado de complexidade, pois envolve questões diversas como, por exemplo, organizacionais, tecnológicas, jurídicas e, sobretudo, sociais. Nessa direção, é evidenciado que, além do domínio e uso de vocabulários controlados, metadados, tecnologias assistivas, conhecimento acerca de leis, diretrizes e normas concernentes à acessibilidade, é também atribuída ao arquivista a missão de promover a conscientização de equipes e comunidades acerca da acessibilidade da informação. Para isso, entende-se que esse profissional deve conhecer as PcD, bem como os diversos contextos nos quais elas estão inseridas. Nesse sentido, é recomendável que o arquivista atue em conjunto com consultores de acessibilidade. Dessa forma, possibilita-se compreender a realidade dos usuários da informação e criar esforços direcionados a diminuir as barreiras de acesso à informação.

Cabe evidenciar a necessidade da busca contínua por qualificação profissional, visto que, com o advento de diferentes tecnologias, inevitavelmente surgem novos obstáculos. Essa qualificação, além de ocorrer por meios formais, como cursos técnicos e especializações – há, por exemplo, cursos de especialização em audiodescrição –, também pode ocorrer por meio da prática arquivística e interação com o público de PcD.

Entende-se que a temática da acessibilidade de informações não textuais no meio digital é um profícuo campo para desenvolvimento de pesquisas, haja vista a constatação de que ainda há poucos estudos nesse sentido. Por essa razão, foram apresentadas ao longo das considerações finais algumas sugestões para pesquisas futuras, com o objetivo de propiciar novos desdobramentos da discussão em pauta.

## REFERÊNCIAS

- ALDABALDE, T. V.; CID, R. L. Arquivo paradigmático: uma reflexão sobre as propriedades universais das Instituições Arquivísticas a partir do Arquivo Geral das Índias. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 14, n. 4, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/222604>. Acesso em: 14 set. 2024.
- ALMEIDA, C. H. M.; SAYAO, L. F. Integração e interoperabilidade no acesso a recursos informacionais eletrônicos em C&T: a proposta da Biblioteca Digital Brasileira. **Ciência da Informação**, v. 30, n. 3, 2001. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/18338>. Acesso em: 14 set. 2024.
- ANDRADE, I. Editorial. **Cadernos BAD (Portugual)**, n. 2, 2006. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/82076>. Acesso em: 14 set. 2024.
- ARAÚJO, C. A. Á. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 3, p. 21–27, set. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/DZcZXSqTbWHpF6fhRm8b9fP/?lang=pt#>. Acesso em: 20 jul. 2023
- ARAÚJO, C. A. Á. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio\\_de\\_terminologia\\_arquivistica.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf). Acesso em: 10 maio 2024.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT ISO/TR 13570-1:2021**. Cadeiras de rodas Parte 1: Diretrizes para a aplicação da série ABNT NBR ISO 7176 em cadeiras de rodas. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT ISO/TS 16840-11:2021**. Seating em cadeira de rodas Parte 11: Determinação de características de dissipação da transpiração em almofadas de assento destinadas a gerenciar a integridade do tecido epitelial. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT ISO/TS 20282-2:2016**. Usabilidade de produtos de consumo e produtos para uso público Parte 2: Método de teste somativo. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 12255:1990**. Execução e utilização de passeios públicos – Procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 1990.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14020:2021**. Transporte – Acessibilidade à pessoa – Trem de longo percurso. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14021:2005 / Errata 1:2005**. Transporte - Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14021:2005 / Versão Corrigida:2005**. Transporte - Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14022:2006 / Emenda 1:2009**. Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros. Rio de Janeiro: ABNT, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14022:2009 / Emenda 1:2011**. Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14022:2011**. Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14273:1999**. Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial. Rio de Janeiro: ABNT, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14970-1:2003**. Acessibilidade em veículos automotores Parte 1: Requisitos de dirigibilidade. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14970-2:2003**. Acessibilidade em veículos automotores Parte 2: Diretrizes para avaliação clínica de condutor em mobilidade reduzida. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14970-3:2003**. Acessibilidade em veículos automotores Parte 3: Diretrizes para avaliação da dirigibilidade do condutor com mobilidade reduzida em veículo automotor apropriado. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15208:2011**. Aeroportos – Veículo autopropelido para embarque/desembarque de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida – Requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15250:2005**. Acessibilidade em caixa de auto-atendimento bancário. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15290:2016**. Acessibilidade em comunicação na televisão. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15320:2018 / Emenda 1:2024**. Acessibilidade em veículos de categoria M3 com características rodoviárias para o transporte coletivo de passageiros – Parâmetros e critérios técnicos. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15320:2018 / Errata 1:2018**. Acessibilidade em veículos de categoria M3 com características rodoviárias para o transporte coletivo de passageiros - Parâmetros e critérios técnicos. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15320:2024**. Acessibilidade em veículos de categoria M3 com características rodoviárias para o transporte coletivo de passageiros - Parâmetros e critérios técnicos. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15450:2006**. Acessibilidade de passageiros no sistema de transporte aquaviário. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15570:2020 / Emenda 1:2021**. Fabricação de veículos acessíveis de categoria M3 com características urbanas para transporte coletivo de passageiros - Especificações técnicas. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15570:2021**. Fabricação de veículos acessíveis de categoria M3 com características urbanas para transporte coletivo de passageiros — Especificações técnicas. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15599:2008**. Acessibilidade – Comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15610-1:2011**. Televisão digital terrestre – Acessibilidade Parte 1: Ferramentas de texto. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15610-2:2012**. Televisão digital terrestre – Acessibilidade Parte 2: Funcionalidades sonoras. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15610-3:2016**. Televisão digital terrestre – Acessibilidade Parte 3: Língua de Sinais (LIBRAS). Rio de Janeiro: ABNT, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15610-3:2016**. ES Televisión digital terrestre – Accesibilidad Parte 3: Lengua de Señas (LIBRAS). Rio de Janeiro: ABNT, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15646:2016**. Acessibilidade – Plataforma elevatória veicular e rampa de acesso veicular para acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em veículo de transporte de passageiros de categorias M1, M2 e M3 – Requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 16452:2016**. Acessibilidade na comunicação – Audiodescrição. Rio de Janeiro: ABNT, 2016a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 16537:2016 / Emenda 1:2024**. Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 16537:2016 / Errata 1:2016**. Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 16537:2016 Errata 2:2018**. Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 16858-3:2022**. Elevadores – Requisitos de segurança para construção e instalação Parte 3: Acessibilidade em elevadores para pessoas, incluindo pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: ABNT, 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 17060:2022**. Acessibilidade em aplicativos de dispositivos móveis – Requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050:2015 / Emenda 1:2020**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050:2020 / Errata 1:2021**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050:2020 / Versão Corrigida:2021**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR IEC 61032:2007**. Proteção de pessoas e equipamentos por meios de invólucros - Calibradores de ensaio para verificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 16840-6:2021**. Seating em cadeira de rodas Parte 6: Uso simulado e determinação das mudanças nas propriedades de almofadas de assento. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 7176-21:2019**. Cadeiras de rodas Parte 21: Requisitos e métodos de ensaio para compatibilidade eletromagnética de cadeiras de rodas motorizadas e scooters e carregadores de baterias. Rio de Janeiro: ABNT, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 7176-25:2024** Cadeiras de rodas Parte 25: Baterias de chumbo-ácido e carregadores para cadeiras de rodas motorizadas – Requisitos e métodos de ensaio. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 7176-30:2020**. Cadeiras de rodas Parte 30: Cadeiras de rodas para alteração postural do ocupante – Requisitos e métodos de ensaio. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 7176-4:2015**. Cadeira de rodas Parte 4: Consumo de energia de cadeiras de rodas motorizadas e scooters para a determinação da autonomia teórica de distância. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 7176-5:2015**. Cadeira de rodas Parte 5: Determinação das dimensões, massa e espaço para manobra. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 7176-7:2009**. Cadeira de Rodas Parte 7: Medição de dimensões de assentos e rodas. Rio de Janeiro: ABNT, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 8317:2012**. Embalagens resistentes ao uso infantil — Requisitos e procedimentos de ensaio para embalagens reutilizáveis. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 8925:2004**. Máquinas rodoviárias – Orifícios de diagnóstico. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 9241-171:2018**. Ergonomia da interação humano-sistema Parte 171: Orientações sobre acessibilidade de software. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO/IEC/IEEE 29119-1:2014**. Engenharia de software e sistemas — Teste de software Parte 1: Conceitos e definições. Rio de Janeiro: ABNT, 2014.

ASSUNÇÃO, S. S.; DINIZ, J. V. C.; REDIGOLO, F. M.; FUJITA, M. S. L. Representação temática de material audiovisual em repositórios multimídia de instituições federais: um estudo de caso com conceito paradigmático. **Scire: Representación y Organización del Conocimiento**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 23-32, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://www.iberid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4755/4313>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BRAPCI – Base de Dados em Ciência da Informação. Rio Grande do Sul: UFRGS; Curitiba: UFPR, [2024]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/about/brapci>. Acesso em: 18 fev. 2025.

BARNI, L. F.; ROCHA, R. P. Repositórios de dados de pesquisa confiáveis: contribuições da arquivologia na garantia de confiabilidade de um ambiente baseado no modelo open archival information system. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: UFS, 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/257929>. Acesso em: 14 set. 2024.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968. (Tradução Livre). Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1992827/mod\\_resource/content/1/Borko.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1992827/mod_resource/content/1/Borko.pdf). Acesso em: 12 set. 2024.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestaoesociedade/article/view/1220>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**: Lei nº 13.146/2015. 7. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2024a. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/659166/Estatuto\\_pessoa\\_deficiencia\\_7ed.pdf?sequence=1&isAllowed](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/659166/Estatuto_pessoa_deficiencia_7ed.pdf?sequence=1&isAllowed). Acesso em: 2 out. 2024.

BRASIL. **Guia de boas práticas para acessibilidade digital**. Programa de Cooperação entre Reino Unido e Brasil em Acesso Digital. Brasília, DF: Nic.br; Gov.br, 2023. Disponível em: [https://nic.br/media/docs/publicacoes/13/20230920121455/guia\\_boas\\_praticas\\_acessibilidade\\_digital.pdf](https://nic.br/media/docs/publicacoes/13/20230920121455/guia_boas_praticas_acessibilidade_digital.pdf). Acesso em: 5 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 jul. 1978. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/l6546.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6546.htm). Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 5 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Relatório nacional voluntário**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024b. Disponível em: [https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/cnods/RNV\\_Brasil/portugues/copy\\_of\\_RNVatualizadoset24reduzidoembytes.pdf](https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/cnods/RNV_Brasil/portugues/copy_of_RNVatualizadoset24reduzidoembytes.pdf). Acesso em: 22 dez. 2024.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O Conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/j7936SHkZJkpHGH5ZNYQXnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CARVALHO, M. V. C.; SILVA, T. B. Acessibilidade arquitetônica em arquivos e bibliotecas públicas: aspectos teóricos e legais no contexto brasileiro. **Revista Fontes Documentais**, v. 5, n. ed., 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/216167>. Acesso em: 14 set. 2024.

CATARINO, M. E.; CERVANTES, B. M. N.; ALMEIDA, I. A. de. A representação temática no contexto da web semântica. **Informação & Sociedade**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 105-116, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/16242>. Acesso em: 29 set. 2024.

CAVALHEIRO, M. U. Curadoria educativa em arquivos-museus literários: reflexões iniciais. **Archeion Online**, v. 6, n. 1, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/15006>. Acesso em: 14 set. 2024.

CONCEIÇÃO, T. N.; BARREIRA, M. I. J. S. Uma análise das produções acadêmicas dos profissionais da ciência da informação sobre o uso da audiodescrição para pessoas com deficiência visual. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, [S. l.], v. 37, n. 1, 2023. DOI: 10.14295/biblos.v37i1.15594. Disponível em: <https://furg.emnuvens.com.br/biblos/article/view/15594>. Acesso em: 16 out. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais (CTDAISM). **Glossário**. Versão. 3.0. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/composicao/copy\\_of\\_camaras-tecnicas-setoriais-inativas/Glossario\\_ctdaism\\_v3\\_2018.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/composicao/copy_of_camaras-tecnicas-setoriais-inativas/Glossario_ctdaism_v3_2018.pdf). Acesso em: 30 dez. 2024.

CÓRDULA, A. C. C.; *et al.* A dualidade entre o público e privado: entrefaces dos arquivos pessoais. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, v. 8, n. 1, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/141383>. Acesso em: 14 set. 2024.

COSTA, L. F.; SILVA, A. C. P.; RAMALHO, F. A. Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade. **Ciência da Informação**, v. 39, n. 2, 2010. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/18613>. Acesso em: 14 set. 2024.

COSTA, L. F.; SILVA, A. C. P.; RAMALHO, F. A. Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39, n. 2, p. 129-143, ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/m3V9fTBNTdTZwBnptLwPzgC/?lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2024.

COSTA, L. M. Geografia histórica do Rio de Janeiro. **Memória e Informação**, v. 2, n. 2, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/120389>. Acesso em: 14 set. 2024.

DANTAS, E. R. F.; GARCIA, J. C. R. Responsabilidade Social da Ciência da informação: a reescrita do conceito. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFPB, 2016. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/190220>. Acesso em: 14 set. 2024.

DIAS, C. C. Representação temática de imagens: reflexões acerca dos subsídios da indexação manual e do reconhecimento de imagens. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], n. esp., p. 125–149, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22285>. Acesso em: 1 out. 2024.

DIAS, E. C.; ROCKEMBACH, M. Difusão em arquivos na Cinemateca Capitólio: um estudo de caso. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 1, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/33792>. Acesso em: 14 set. 2024.

FARIAS NETO, L. C.; CUNHA, F. J. A. P. A disseminação da informação arquivística no sistema de saúde brasileiro: análise do portal do datasus com base nos princípios da lei de acesso à informação. **Ágora: Arquivologia em debate**, v. 30, n. 61, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/141782>. Acesso em: 14 set. 2024.

FERRAZ, Reinaldo; DINIZ, Vagner. Web para todos: uma visão sobre a acessibilidade Web no governo, na educação e no comércio eletrônico. *In*: NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (Nic.br) (Org.). **Acessibilidade e Tecnologias**: um panorama sobre acesso e uso de Tecnologias de Informação e Comunicação por pessoas com deficiência no Brasil e na América Latina. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. p. 93-121. Disponível

em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/20200528104403/estudos-setoriais-acessibilidade-e-tecnologias.pdf>. Acesso em: 5 out. 2024.

FERREIRA, A. A.; *et al.* Avaliação de periódicos científicos on-line na área do direito. **CRB8 Digital**, v. 2, n. 2, 2009. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9414>. Acesso em: 14 set. 2024.

FILLION, C. Os tipos e os suportes de arquivo. *In*: ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

FREIRE, G. H. Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a02.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

FREIRE, I. M. Da construção do conhecimento científico à responsabilidade social da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 1, 2002. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/194>. Acesso em: 30 jun. 2024.

GALVÃO, M. C. B.; BORGES, P. C. R. Ciência da informação: ciência recursiva no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 40-49, set./dez. 2000. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/872>. Acesso em: 24 jun. 2024.

GOMES, A. P. S. A recuperação da informação no acervo CURT LANGE- UFMG: ensaio para levantamento de dados. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 29, n. 1, 2015. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23941>. Acesso em: 14 set. 2024.

GONÇALVES, E. F.; OLIVEIRA, R. A.; NEVES, D. A. B. Análise da informação imagética: uma abordagem sob a perspectiva cognitiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 3, p. 110-135, set./dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/59905/38342>. Acesso em: 12 set. 2024.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As ciências sociais e as questões da informação. **Morpheus – Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, n. 14, 2009. Disponível em: <http://www.ridi.ibict.br/bitstream/123456789/117/1/GONZALEZDEGOMEZMORPHEUS2009.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

GUARDA, R. F.; ROCKEMBACH, M. Mensurações do eu: apontamentos sobre os impactos da datificação nas representações da subjetividade no contexto profissional. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/136051>. Acesso em: 14 set. 2024.

HOTT, D. F. M.; RODRIGUES, G. M.; MUOZ, I. K. Acesso à informação para pessoas com deficiência: análise das contribuições das consultas públicas do conselho nacional de arquivos (CONARQ). **Informação & Informação**, v. 27, n. 1, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/195086>. Acesso em: 14 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de Domicílios contínua – PNAD contínua**: pessoas com deficiência 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf). Acesso em: 22 out. 2024.

JIMERSON, R. C. Archives for All: Professional Responsibility and Social Justice. **The American Archivist**, v. 70, n. 2, p. 252-281. 2007. Disponível em: <https://meridian.allenpress.com/american-archivist/article/70/2/252/24093/Archives-for-All-Professional-Responsibility-and>. Acesso em: 10 set. 2024.

LAGE, S. R. M.; LUNARDELLI, R. S. A. A representação da informação em Saúde Coletiva: na perspectiva da formação acadêmica e dos títulos dos trabalhos de pós-graduação. **Informação em Pauta**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 196–218, 2020. DOI: 10.36517/2525-3468.ip.v5i1.2020.43781.196-218. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/43781>. Acesso em: 17 jul. 2024.

LARA, M. L. G. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, v. 16, n. 3, p. 231-240, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/f6BDPM7bxnQhvX78jDcGpdP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

LE COADIC, Y. F. **A ciência da informação**. Trad. Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Brique de Lemos, 1996.

LIMA, A.; BORBA, V. R. Banco de dados dos trabalhos de conclusão do curso de biblioteconomia da ufpe: preservação e acessibilidade. **Biblionline**, n. esp., 2010. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/100288>. Acesso em: 14 set. 2024.

LIMA, José Leonardo de Oliveira; ALVARES, Lilian. Organização e representação da informação e do conhecimento. *In*: ALVARES, Lilian (Org.). **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012. p. 21-48.

MAIA, É. L.; LIRA, L. S.; TENAGLIA, M.; CHALHUB, T. A Ciência da Informação e a inclusão dos usuários com deficiência para a promoção da justiça social: um levantamento dos trabalhos do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação entre 2009 e 2021. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracajú, SE. **Anais** [...].

Aracaju: UFS, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/258505>. Acesso em: 10 out. 2024.

MAIMONE, G. D.; GRACIOSO, L. S. Representação temática de imagens: perspectivas metodológicas. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 130–141, 2007. DOI: 10.5433/1981-8920.2007v12n1p130. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1760>. Acesso em: 1 out. 2024.

MAIMONE, G. D.; KOBASHI, N. Y.; MOTA, D. A. R. Indexação: teoria e métodos. *In*: SILVA, J. F. M.; PALETTA, F. C. (Org.). **Tópicos Para o Ensino de Biblioteconomia**. São Paulo: ECA/CBD/USP, 2016. p. 73-85. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/10dd7a9e-a4c5-424c-856f-b37ada791a74/002746699.pdf>. Acesso em: 9 set. 2024.

MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, N. C.; TÁLAMO, M. F. G. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 21, n. 2, p. 27-35, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/7367>. Acesso em: 20 jul. 2024.

MARANHAO, A. M. N.; QUEIROZ, C. F.; RODRIGUES, R. B. Curadoria Digital de Dados no Arca - Repositório Institucional da Fiocruz: Relato de Experiência. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 11, 2017. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/131801>. Acesso em: 14 set. 2024.

MARTINS, L. M. B.; GOMES, V. A. S.; CUNHA, D. R. Avaliação da conformidade do Sistema Aegis ao Modelo de Requisitos MoReq-Jus. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, 2017. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3058>. Acesso em: 14 set. 2024.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Trad. Helena Vilar de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MENEZES, P. L.; PEREZ, C. B. O usuário e o direito à informação. **Ponto de Acesso**, v. 1, n. 2, 2007. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/81357>. Acesso em: 14 set. 2024.

MOLINA, L. G.; ARAUJO, G. C.; SANTOS, J. C. Arquivo público: preservação e acesso ao acervo da Justiça do Trabalho de Londrina. **Ágora: Arquivologia em debate**, v. 26, n. 53, 2016. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13020>. Acesso em: 14 set. 2024.

MORAIS, N. S. *et al.* Ambientes virtuais de aprendizagem: comunicação (as)íncrona e interação no ensino superior. **Prisma.com** (Portugal), 2008. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74093>. Acesso em: 14 set. 2024.

MORAIS, C. T.; ANDRADE, D. A. F.; SENA, P. M. B.; CARVALHO SEGUNDO, W. L. R.; AMARO, B. Proposta de avaliação da acessibilidade em websites de comunicação científica. **Ciência da Informação**, v. 53, n. esp., p. 168-179, 2024. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/6810/6745>. Acesso em: 1 out. 2024.

NASCIMENTO JUNIOR, E. F.; SILVA, C. M.; SILVA, L. A. S. “Olhares Cegos”: transformando fotografias em sons - a importância da audiodescrição no acesso à informação por usuários com deficiência visual. **Ciência da Informação em Revista**, v. 7, n. esp., 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/135299>. Acesso em: 14 set. 2024.

NOVELLINO, M. S. F. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-43, jul./dez. 1996. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1603/1358>. Acesso em: 10 set. 2024.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (Nic.br) (Org.). **Acessibilidade e Tecnologias**: um panorama sobre acesso e uso de Tecnologias de Informação e Comunicação por pessoas com deficiência no Brasil e na América Latina. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/20200528104403/estudos-setoriais-acessibilidade-e-tecnologias.pdf>. Acesso em: 5 out. 2024.

OLIVEIRA, B. M. J. F. Memória e arquivos literários: a escrita de si como registro intimista. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010. Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/183824>. Acesso em: 14 set. 2024.

OLIVEIRA, G. M.; FREIRE, I. M. Uma visita ao portal de transparência da prefeitura de João Pessoa – PB: à luz da lei de acesso à informação e dos conceitos de acessibilidade e usabilidade. **Ágora: Arquivologia em debate**, v. 25, n. 51, 2015. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13975>. Acesso em: 14 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2024.

PACHECO, A. P.; FREITAS, M. C. V.; SILVA, C. G. De que forma o “FAIR Accessor” pode promover a autenticidade da informação arquivística digital? **Ciência da Informação Express**, v. 3, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/220142>. Acesso em: 14 set. 2024.

PALETTA, F. C. Acesso, apropriação e uso da informação na sociedade em rede: desafios na formação do Profissional da Informação. *In*: SILVA, J. F. M.; PALETTA, F. C. (Orgs.). **Tópicos para o ensino de biblioteconomia**: volume I. São Paulo: EECA-USP, 2016. p. 56-72.

PEREIRA, D.; ANNA, J. S. Aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação na gestão pública: uma discussão teórica acerca dos desafios e perspectivas para a arquivística moderna. **Ágora: Arquivologia em debate**, v. 25, n. 51, 2015. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13770>. Acesso em: 14 set. 2024.

PEREIRA, F. M. Preservação da informação em instituições da administração pública brasileira. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, 2015. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74527>. Acesso em: 14 set. 2024.

PEREZ, C. B.; MENEZES, P. L. O usuário e o direito à informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 3, n. 1, 2008. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/237996>. Acesso em: 14 set. 2024.

RANGEL, T. R.; OLIVEIRA, L. M. V. Ensino da Acessibilidade nos cursos de Arquivologia no Brasil: uma análise formativa das matrizes curriculares. **Inclusão Social**, [S. l.], v. 16, n. 1, p.1-28, 2024. DOI: 10.18225/inc.soc.v16i1.6475. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/6475>. Acesso em: 21 ago. 2024.

ROCHA, C. L.; FERRANDO, T. L.; CAVALCANTI, M. T. Repositórios para a preservação de documentos arquivísticos digitais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 16, 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/203358>. Acesso em: 14 set. 2024.

ROCKEMBACH, M. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41739>. Acesso em: 14 set. 2024.

RODRIGUES, C. A.; ZIEGELMANN, L. D. S.; JACINTHO, E. M. S. B. Acessibilidade em arquivos: um olhar sob a competência do arquivista. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/122268>. Acesso em: 14 set. 2024.

RUKLIS, K.; FERREIRA, O. C. A.; MOLINA, T. S. Baltic Media Environments: Integrated or Divided? **Prisma.com** (Portugal), 2007. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/72222>. Acesso em: 14 set. 2024.

SANTOS JUNIOR, R. L. Sombra comunista ou novas realidades? Análise sobre o desenvolvimento da Arquivologia russa na era pós-soviética (1991-2016).

**Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 2, 2019. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/118728>. Acesso em: 14 set. 2024.

SANTOS, C. O. Os primeiros arquivos eclesiásticos brasileiros (1551-1854): diagnóstico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5132>. Acesso em: 14 set. 2024.

SANTOS, V. B. Preservação de documentos arquivísticos digitais. **Ciência da Informação**, v. 41, n. 1, 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/19835>. Acesso em: 14 set. 2024.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308/17916>. Acesso em: 10 out. 2024.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. **Das “Ciência” Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

SILVA, K. B.; NOVO H. F. Ensino sobre documentação audiovisual na Arquivologia brasileira. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/388>. Acesso em: 1 out. 2024.

SILVA, L. A. S.; MADIO, T. C. C.; MACHADO, B. H.; PENHA, N. A. Documentos audiovisuais e iconográficos em arquivos nos séculos XX E XXI: análise dos instrumentos teóricos. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 468-489, 2021. DOI: 10.5433/1981-8920.2021v26n2p468. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/40775>. Acesso em: 30 dez. 2024.

SILVA, N. G.; GOMES, A. G.; RODRIGUES, F. A. Análise de User Interface em web sites e perfis em Serviços de Redes Sociais Online de arquivos estaduais brasileiros. **Ágora: Arquivologia em debate**, v. 33, n. 67, 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/225710>. Acesso em: 14 set. 2024.

SIQUEIRA, M. N. A Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, sonoros e Musicais do Conselho Nacional de Arquivos. *In*: BLANCO, P. S.; SIQUEIRA, M. N.; VIEIRA, T. O. (Orgs.). **Ampliando a discussão em torno de documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 17-28.

SMIT, J. W. A análise da imagem: um primeiro plano. *In*: SMIT, J. W. (Coord.) **Análise documentária: a análise da síntese**. Brasília: IBICT, 1987. p. 99-111.

SMIT, J. W. Novas abordagens na organização no acesso e na transferência da informação. *In*: SILVA, H. C.; BARROS, M. H. T. C. (Org.) **Ciência da Informação: múltiplos diálogos**. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009. p. 57-66.

SMIT, J. W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. **Revista brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 81-85, jan./jun. 1993. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/000866736.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

SOUSA, M. I. J.; FRANKLIN, S.; BARCELLOS, B. F. Comunicações em eventos científicos: acesso e uso de informações publicadas em anais da área da ciência da informação. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 10, v. 10, 2009. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/175462>. Acesso em: 14 set. 2024.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo [online], v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

SOUZA, O.; FERNANDES, J. D. P. B. Discutindo a Acessibilidade Informacional no ecossistema digital. *In*: FARIAS, M. G. G.; PINTO, V. B. (Orgs.). **Ciência da informação em contextos**, Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020. p. 141-163. (Coleção de Estudos da Pós-Graduação). Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/54841/3/2020\\_liv\\_mggfarias.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/54841/3/2020_liv_mggfarias.pdf). Acesso em: 30 set. 2024.

TAUIL, J. C. S.; SOUSA, L. C. S.; PALETTA, F. C. Preservação e curadoria de acervos audiovisuais digitais. *In*: Colóquio em Organização, Acesso e Apropriação da Informação e do Conhecimento, 8., 2024, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2024. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003216882.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2025.

TORINO, E.; VIDOTTI, S. A. B. G. Editorial dossiê tecnologias de informação e comunicação no contexto da ciência da informação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 34, n. contexto, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/162832>. Acesso em: 14 set. 2024.

VIDOTTI, S. A. B. G.; OLIVEIRA, H. P. C.; LIMA, I. F. Ensino de tecnologias de informação e comunicação: um diagnóstico nos cursos de graduação em biblioteconomia, arquivologia e museologia do Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/185278>. Acesso em: 14 set. 2024.

VIEIRA, T. O. Os documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros. *In*: BLANCO, P. S.; SIQUEIRA, M. N.; VIEIRA, T. O. (Orgs.). **Ampliando a discussão em torno de**

**documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais.** Salvador: EDUFBA, 2016. p. 47-72

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM (W3C). **An alt Decision Tree.** 13 maio 2024. Disponível em: <https://www.w3.org/WAI/tutorials/images/decision-tree/>. Acesso em: 15 set. 2024.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM (W3C). **Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.2.** 5 out. 2023. Disponível em: <https://www.w3c.br/traducoes/wcag/wcag22-pt-BR/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM (W3C). **Groups of Images.** 8 fev. 2022b. Disponível em: <https://www.w3.org/WAI/tutorials/images/groups/>. Acesso em: 10 set. 2024.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM (W3C). **Image Maps.** 12 abr. 2017. Disponível em: <https://www.w3.org/WAI/tutorials/images/imagemap/>. Acesso em: 10 set. 2024.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM (W3C). **Images Tutorial.** 8 fev. 2022a. Disponível em: <https://www.w3.org/WAI/tutorials/images/>. Acesso em: 10 set. 2024.

YANO, S. M. Consultoria em informação e documentação: perspectivas de formação no Estado. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 4., 2000, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, DF: UnB, 2000. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/180565>. Acesso em: 14 set. 2024.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A** – Quadro de publicações selecionadas em consultas realizadas na Brapci, e utilizadas para a revisão bibliográfica integrativa

Nº	Título	Palavras-Chave	Ano de Publicação	Periódico	Autores	Referência	URL	Enfoque	Aborda diretamente a acessibilidade com foco em pcd?
1	Consultoria em informação e documentação: perspectivas de formação no Estado	não consta palavra-chave	2000	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação	SUGA, Sueli Mitiko Yano	SUGA, S. M. Y.; ALENCAR, M. C. F. Consultoria em informação e documentação: perspectivas de formação no Estado de São Paulo. <i>In</i> : IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, 2000, Brasília. <b>Anais</b> [...], 2000.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/180565">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/180565</a>	Profissional da informação e suas práticas	Não
2	Integração e interoperabilidade no acesso a recursos informacionais eletrônicos em C&T: a proposta da Biblioteca Digital Brasileira	Bibliotecas digitais; Publicações eletrônicas; Arquivos abertos; Interoperabilidade; Metadados; Padrões; Tecnologia da informação; Informação em ciência e tecnologia; Comunicação científica;	2001	Ciência da Informação	Carlos Henrique Marcondes de Almeida; Luis Fernando Sayão	ALMEIDA, C. H. M.; SAYÃO, L. F. Integração e interoperabilidade no acesso a recursos informacionais eletrônicos em C&T: a proposta da Biblioteca Digital Brasileira. <b>Ciência da Informação</b> , v. 30, n. 3, p. 24-33, 2001.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/18338">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/18338</a>	Técnicas e tecnologias	Não

		Acesso à informação							
3	Editorial	não consta palavra-chave	2006	Cadernos BAD (Portugal)	Isabel Andrade	ANDRADE, I. Editorial. <b>Cadernos BAD</b> (Portugal), v., n. 2, 2006.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/82076">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/82076</a>	Profissional da informação e suas práticas Responsabilidade social e cidadania	Não
4	Baltic Media Environments: Integrated or Divided?	Estados bálticos; Media; Integração e inclusão social	2007	Prisma.com (Portugal)	Kaspars Ruklis	RUKLIS, K. Baltic Media Environments: Integrated or Divided? <b>Prisma.com</b> (Portugal), n. 4, p. 100-114, 2007.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/72222">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/72222</a>	Responsabilidade social e cidadania	Não
5	O usuário e o direito à informação	Acesso; Usuário; Informação; Profissional de arquivo; Arquivo	2007	Ponto de Acesso	Priscila Lopes Menezes; Carlos Blaya Perez	MENEZES, P. L.; PEREZ, C. B. O usuário e o direito à informação. <b>Ponto de Acesso</b> , v. 1, n. 2, p. 49-69, 2007.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/81357">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/81357</a>	Profissional da informação e suas práticas Responsabilidade social e cidadania	Não
6	Os primeiros arquivos eclesiásticos brasileiros (1551-1854): diagnóstico	Arquivos eclesiásticos brasileiros; Patrimônio cultural; Arquivística	2007	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	Cristian Oliveira Santos	SANTOS, C. S. Os primeiros arquivos eclesiásticos brasileiros (1551-1854): diagnóstico. <b>Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação</b> , v. 3, n. 1, 2007.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5132">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5132</a>	Educação e pesquisa	Não
7	Inclusão digital e usuários com deficiência visual no DF: estudo de acessibilidade na sociedade da informação	Acessibilidade; ambientes digitais; Ciência da informação; deficiência visual; Educação; exclusão social; inclusão digital; políticas públicas;	2015	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	Maria das Graças Pimentel	PIMENTEL, M. G. <b>Inclusão digital e usuários com deficiência visual no DF</b> : estudo de acessibilidade na sociedade da informação. Brasília, 2011. 351 f., il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) -	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74093">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74093</a>	Educação e pesquisa Responsabilidade social e cidadania Técnicas e tecnologias	Sim

		sociedade da informação; tecnologia assistiva.				Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília.			
8	Avaliação de periódicos científicos on-line na área do direito	Periódico científico eletrônico, Avaliação de periódico, Periódicos jurídicos.	2009	CRB8 Digital	Aline de Alessio Ferreira; Berenice Neubaher; Elizabeth Reis; Marcos da Silva Gomes	FERREIRA, A. A. <i>et al.</i> Avaliação de periódicos científicos on-line na área do direito. <b>CRB8 Digital</b> , v. 2, n. 2, p. 12-26, 2009.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9414">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9414</a>	Técnicas e tecnologias	Não
9	Comunicações em eventos científicos: acesso e uso de informações publicadas em anais da área da ciência da informação	Produção do conhecimento; Comunicações científicas; Fontes de informação; Uso de informação	2009	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação	Maria Isabel de Jesus Sousa; Sergio Franklin; Barbara França Barcellos	SOUSA, M. I. J.; FRANKLIN, S.; BARCELLOS, B. F. Comunicações em eventos científicos: acesso e uso de informações publicadas em anais da área da Ciência da Informação. <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João pessoa. <b>Anais [...]</b> João Pessoa: ANCIB, 2009. v. 1. p. 45-59.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/175462">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/175462</a>	Educação e pesquisa	Não
10	Banco de dados dos trabalhos de conclusão do curso de biblioteconomia da UFPE: preservação e acessibilidade	Democratização da informação; Acessibilidade; Preservação; Trabalhos de conclusão de curso – Biblioteconomia – UFPE; Memória e	2010	Biblionline	Arabelly Lima; Vildeane da Rocha Borba	LIMA, A.; BORBA, V. R. Banco de dados dos trabalhos de conclusão do curso de biblioteconomia da UFPE: preservação e acessibilidade. <b>Biblionline</b> , v., n. esp., p. 34-41, 2010.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/100288">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/100288</a>	Responsabilidade social e cidadania  Técnicas e tecnologias	Não

		Informação – UFPE							
11	Memória e arquivos literários: a escrita de si como registro intimista	Escrita de si; Informação memorialística; José Simeão Leal; Trajetória autobiográfica	2010	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação	Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira	OLIVEIRA, B. M. J. F. Memória e arquivos literários: a escrita de si como registro intimista. <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010. <b>Anais [...]</b> . 2010.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/183824">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/183824</a>	Responsabilidade social e cidadania  Técnicas e tecnologias	Não
12	Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade	Arquivologia; Informação arquivística; Arquivo; Estudos de usuários; Usabilidade; Acessibilidade	2010	Ciência da Informação	Luciana Ferreira da Costa; Alan Curcino Pedreira da Silva; Francisca Arruda Ramalho	COSTA, L. F.; SILVA, A. C. P.; RAMALHO, F. A. Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade. <b>Ciência da Informação</b> , v. 39, n. 2, p. 129-143, 2010.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/18613">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/18613</a>	Profissional da informação e suas práticas  Responsabilidade social e cidadania  Técnicas e tecnologias	Sim
13	Preservação de documentos arquivísticos digitais	Arquivologia; Arquivística; Documento arquivístico digital; Preservação digital	2012	Ciência da Informação	Vanderlei Batista dos Santos	SANTOS, V. B. Preservação de documentos arquivísticos digitais. <b>Ciência da Informação</b> , v. 41, n. 1, p. 114-126, 2012.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/19835">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/19835</a>	Profissional da informação e suas práticas  Técnicas e tecnologias	Não
14	Ensino de tecnologias de informação e comunicação: um diagnóstico nos cursos de graduação em biblioteconomia, arquivologia e museologia do Brasil	Tecnologia de informação e comunicação; Curso de graduação; Disciplinas; Ementas	2013	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação	Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti; Henry Poncio Cruz de Oliveira; Izabel França de Lima	VIDOTTI, S. A. B. G.; OLIVEIRA, H. P. C.; LIMA, I. F. Ensino de Tecnologias de Informação e Comunicação: um diagnóstico nos cursos de graduação em Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia do Brasi. <i>In</i> :	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/185278">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/185278</a>	Educação e pesquisa  Técnicas e tecnologias	Não

						ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. <b>Anais [...].</b> Florianópolis: UFSC; ANCIB, 2013. v. 14. p. 1-19.			
15	A recuperação da informação no acervo CURT LANGE- UFMG: ensaio para levantamento de dados	Arquivologia Musical; Acervo Curt Lange UFMG; Recuperação da Informação; Irmandade de Santa Cecília; Catalogação Musical	2015	BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação	Amanda Pamela Santos Gomes	GOMES, A. P. S. A recuperação da informação no acervo CURT LANGE- UFMG: ensaio para levantamento de dados. <b>BIBLOS – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação</b> , v. 29, n. 1, p. 41-57, 2015.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23941">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23941</a>	Técnicas e tecnologias	Não
16	Aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação na gestão pública: uma discussão teórica acerca dos desafios e perspectivas para a arquivística moderna	Cidadania; Informação; Administração pública; Acesso à informação; Arquivista	2015	Ágora: Arquivologia em debate	Deiverson Pereira; Jorge Santa Anna	PEREIRA, D.; SANTA ANNA, J. Aplicabilidade da lei de acesso à informação na gestão pública: uma discussão teórica acerca dos desafios e perspectivas para a arquivística moderna. <b>Ágora: Arquivologia em debate</b> , v. 25, n. 51, p. 209-233, 2015.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13770">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13770</a>	Profissional da informação e suas práticas Responsabilidade social e cidadania	Não
17	Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional	Difusão em arquivos; Arquivologia; Ciência da informação; Estratégias de difusão; Paradigmas da informação	2015	Informação Arquivística	Moisés Rockembach	ROCKEMBACH, M. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. <b>Informação Arquivística</b> , v. 4, n. 1, p. 98-118, 2015.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41739">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41739</a>	Profissional da informação e suas práticas Responsabilidade social e cidadania Técnicas e tecnologias	Sim

18	Preservação da informação em instituições da administração pública brasileira	Administração pública federal; Arquivos; Bibliotecas; Preservação da informação; Programa de preservação de documento; Biblioteca	2015	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	Francisca Martins Pereira	PEREIRA, F. M. Preservação da informação em instituições da administração pública brasileira. <b>Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação</b> , v. 8, n. 2, 2015.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74527">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74527</a>	Profissional da informação e suas práticas  Técnicas e tecnologias	Não
19	Uma visita ao portal de transparência da prefeitura de João Pessoa – PB: à luz da lei de acesso à informação e dos conceitos de acessibilidade e usabilidade	Portal de Transparência – Internet; Lei de Acesso à Informação; Acessibilidade; Usabilidade	2015	Ágora: Arquivologia em debate	Geissikelly Marques Oliveira; Isa Maria Freire	OLIVEIRA, G. M.; FREIRE, I. M. Uma visita ao portal de transparência da prefeitura de João Pessoa – PB: à luz da lei de acesso à informação e dos conceitos de acessibilidade e usabilidade. <b>Ágora: Arquivologia em debate</b> , v. 25, n. 51, p. 321-353, 2015.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13975">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13975</a>	Responsabilidade social e cidadania  Técnicas e tecnologias	Sim
20	Arquivo público: preservação e acesso ao acervo da Justiça do Trabalho de Londrina	Arquivo público; Lei de acesso à informação; Justiça do trabalho; Memória	2016	Ágora: Arquivologia em debate	Letícia Gorri Molina; Giuliano Carlos de Araújo; Juliana Cardoso dos Santos	MOLINA, L. G.; ARAUJO, G. C.; SANTOS, J. C. Arquivo público: preservação e acesso ao acervo da Justiça do Trabalho de Londrina. <b>Ágora: Arquivologia em debate</b> , v. 26, n. 53, p. 108-140, 2016.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13020">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13020</a>	Responsabilidade social e cidadania  Técnicas e tecnologias	Não
21	Responsabilidade Social da Ciência da informação: a reescrita do conceito	Responsabilidade de social da ciência da informação; Responsabilidade de social; Função social	2016	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação	Esdras Renan Farias Dantas; Joana Coeli Ribeiro Garcia	DANTAS, E. R. F.; GARCIA, J. C. R. Responsabilidade Social da Ciência da informação: a reescrita do conceito. <i>In</i> : ENCONTRO	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/190220">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/190220</a>	Responsabilidade social e cidadania	Sim

		da ciência da informação				NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1., 2016. <b>Anais</b> [...] XVII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2016. p. 1-21.			
22	Avaliação da conformidade do Sistema Aegis ao Modelo de Requisitos MoReq-Jus	Arquivo judicial; Arquivo intermediário; Sistema de gestão documental; Automatização da gestão documental; Tribunal de justiça do estado do Maranhão	2017	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	Leoneide Maria Brito Martins; Vanessa Alexandra Souza Gomes; Darliane Ribeiro Cunha	MARTINS, L. M. B.; GOMES, V. A. S.; CUNHA, D. R. Avaliação da conformidade do sistema aegis ao modelo de requisitos MoReq-Jus. <b>Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação</b> , v. 13, p. 2871-2912, 2017.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3058">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3058</a>	Técnicas e tecnologias	Não
23	Curadoria Digital de Dados no Arca - Repositório Institucional da Fiocruz: Relato de Experiência	Arca – Repositório Institucional da Fiocruz; Curadoria de dados; Curadoria digital; Gestão da Informação; Gestores de repositórios; Bibliotecários; Profissionais de Informação	2017	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	Ana Maria Neves Maranhão; Claudete Fernandes de Queiroz; Raphael Belchior Rodrigues	MARANHÃO, A. M. N.; QUEIROZ, C. F.; RODRIGUES, R. B. Curadoria digital de dados no Arca – Repositório Institucional da Fiocruz: relato de experiência. <b>RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde</b> , Rio de Janeiro, v. 11, p. 1-4, nov. 2017. Suplemento.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/131801">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/131801</a>	Profissional da informação e suas práticas Técnicas e tecnologias	Não
24	Curadoria educativa em arquivos-museus	Curadoria educativa;	2018	Archeion Online	Marcos Ulisses Cavaleiro	CAVALHEIRO, M. U. Curadoria educativa em arquivos-museus	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/">https://hdl.handle.net/20.500.11959/</a>	Responsabilidade social e cidadania	Não

	literários: reflexões iniciais	documental; Acessibilidade				literários: reflexões iniciais. <b>Archeion Online</b> , v. 6, n. 1, p. 67-79, 2018.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/15006">brapci/15006</a>		
25	Difusão em arquivos na Cinemateca Capitólio: um estudo de caso	Difusão; Arquivologia; Ciência da informação; Cinemateca capitólio	2018	Informação & Informação	Eliane Carniel Dias; Moisés Rockembach	DIAS, E. C.; ROCKEMBACH, M. Difusão em arquivos na cinemateca capitólio: um estudo de caso. <b>Informação &amp; Informação</b> , v. 23, n. 1, p. 335-350, 2018.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/33792">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/33792</a>	Responsabilidade social e cidadania  Técnicas e tecnologias	Sim
26	Geografia histórica do Rio de Janeiro	Centralidade urbana; Periódicos digitais; Centro do Rio de Janeiro	2018	Memória e Informação	Leonardo Mattos da Costa	COSTA, L. M. Geografia histórica do rio de janeiro. <b>Memória e Informação</b> , v. 2 n. 2, n. 2, p. 91-104, 2018.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/120389">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/120389</a>	Técnicas e tecnologias	Não
27	<u>Acessibilidade em arquivos: um olhar sob a competência do arquivista</u>	Acessibilidade em arquivos; Competência profissional; Profissionais da informação	2019	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 20., 2019, Florianópolis (SC)	Carlos Alberto Rodrigues; Luize Daiane dos Santos Ziegelmann; Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho	RODRIGUES, C. A.; ZIEGELMANN, L. D. S.; BAHIA, E. M. S. Acessibilidade em arquivos: um olhar sob a competência do arquivista. <i>In</i> : ENANCIB, 20., 2019, Florianópolis. <b>Anais [...]</b> . Florianópolis: ENANCIB, 2019. p. 544-555.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/122268">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/122268</a>	Profissional da informação e suas práticas  Responsabilidade social e cidadania	Sim
28	Sombra comunista ou novas realidades? Análise sobre o desenvolvimento da Arquivologia russa na era pós-soviética (1991-2016)	Arquivologia russa; Legislação arquivística; Acesso; Pós-comunismo	2019	Perspectivas em Ciência da Informação	Roberto Lopes Santos Junior	SANTOS JUNIOR, R. L. Sombra comunista ou novas realidades? análise sobre o desenvolvimento da arquivologia russa na era pós-soviética (1991-2016). <b>Perspectivas em Ciência da Informação</b> , v. 24, n. 2, p. 72-86, 2019.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/118728">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/118728</a>	Educação e pesquisa	Não

29	“Olhares cegos”: transformando fotografias em sons - a importância da audiodescrição no acesso à informação por usuários com deficiência visual	Acessibilidade; Deficiente Visual; Descrição Fotográfica; Audiodescrição de Fotografias; Inclusão Informacional	2020	Ciência da Informação em Revista	Evanildo Freitas do Nascimento Júnior; Carla Mara da Silva; Luiz Antonio Santana da Silva	NASCIMENTO JUNIOR, E. F.; SILVA, C. M.; SILVA, L. A. S. “Olhares cegos”: transformando fotografias em sons – a importância da audiodescrição no acesso à informação por usuários com deficiência visual. <b>Ciência da Informação em Revista</b> , Maceió, v. 7, n. esp, p. 57-69, 2020.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/135299">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/135299</a>	Profissional da informação e suas práticas  Responsabilidade social e cidadania  Técnicas e tecnologias	Sim
30	A disseminação da informação arquivística no sistema de saúde brasileiro: análise do portal do datasus com base nos princípios da lei de acesso à informação	Datusus; Arquivologia; Acessibilidade; Acesso; Disseminação arquivística; Lei de acesso da informação; Princípio; Acesso à informação; Datusus-acessibilidade; Acesso-datusus; Lei de acesso da informação-princípios	2020	Ágora: Arquivologia em debate	Luiz Conrado de Farias Neto; Francisco José Aragão Pedroza Cunha	FARIAS NETO, L. C.; CUNHA, F. J. A. P. A disseminação da informação arquivística no sistema de saúde brasileiro: análise do portal do DataSUS com base nos princípios da lei de acesso à informação. <b>Ágora: Arquivologia em debate</b> , v. 30, n. 61, p. 870-885, 2020.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/141782">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/141782</a>	Responsabilidade social e cidadania  Técnicas e tecnologias	Não
31	A dualidade entre o público e privado: entrefaces dos arquivos pessoais	Arquivo público; Arquivo pessoal; Arquivo privado	2020	Revista Analisando em Ciência da Informação	Ana Cláudia Cruz Córdula; Carla Maria de Almeida; Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira; Alba Ligia de Almeida Silva	CÓRDULA, A. C. C.; <i>et al.</i> A dualidade entre o público e privado: entrefaces dos arquivos pessoais. <b>Revista Analisando em Ciência da Informação</b> , v. 8, n. 1, 2020.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/141383">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/141383</a>	Educação e pesquisa  Técnicas e tecnologias	Não

32	ARQUIVO PARADIGMÁTICO: uma reflexão sobre as propriedades universais das Instituições Arquivísticas a partir do Arquivo Geral das Índias	Arquivo; Ontologia; Modelo; Propriedade; Propriedades arquivísticas; Formas; Usos institucionais	2020	Brazilian Journal of Information Science	Taiguara Villela Aldabalde; Rodrigo Lastra Cid	ALDABALDE, T. V.; CID, R. L. Arquivo paradigmático. <b>Brazilian Journal of Information Science</b> , v. 14, n. 2020, p. 1-33, 2001.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/146625">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/146625</a>	Responsabilidade social e cidadania  Técnicas e tecnologias	Sim
33	Editorial dossiê tecnologias de informação e comunicação no contexto da ciência da informação	Ciência da informação; Tecnologia da informação e comunicação; Ambiente informacional digital; Dados de pesquisa; Privacidade da informação; Acessibilidade; Recuperação da informação; Catalogação; Registro sonoro; Desinformação; Arquivo; Legislação; Documento; Eliminação; Arquivo audiovisual; Patrimônio cultura	2020	BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação	Emanuelle Torino; Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti	TORINO, E.; VIDOTTI, S. A. B. G. Editorial dossiê tecnologias de informação e comunicação no contexto da ciência da informação. <b>BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação</b> , v. 34, n. 2, p. 6-11, 2020.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/162832">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/162832</a>	Profissional da informação e suas práticas  Responsabilidade social e cidadania  Técnicas e tecnologias	Sim
34	Acessibilidade arquitetônica em arquivos e bibliotecas públicas: aspectos	Acesso à informação; Pessoa com deficiência; Acessibilidade arquitetônica;	2022	Revista Fontes Documentais	Manoel Victor da Costa Carvalho; Tiago Braga da Silva	CARVALHO, M. V. C.; SILVA, T. B. Acessibilidade arquitetônica em arquivos e bibliotecas públicas: aspectos	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/216167">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/216167</a>	Responsabilidade social e cidadania	Sim

	teóricos e legais no contexto brasileiro	Arquivo; Bibliotecas				teóricos e legais no contexto brasileiro. <b>Revista Fontes Documentais</b> , v. 5, ed. especial, p. 158-160, 2022.			
35	Acesso à informação para pessoas com deficiência: análise das contribuições das consultas públicas do conselho nacional de arquivos (CONARQ)	Acesso à informação; Acessibilidade informacional; Inclusão social; Aquisição de conhecimento	2022	Informação & Informação	Daniela Francescutti Martins Hott; Georgete Medleg Rodrigues; Ivette Kafure Muñoz	HOTT, D. F. M.; RODRIGUES, G. M.; MUÑOZ, I. K. Acesso à informação para pessoas com deficiência: análise das contribuições das consultas públicas do conselho nacional de arquivos (CONARQ). <b>Informação &amp; Informação</b> , v. 27, n. 1, p. 151-179, 2022.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/195086">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/195086</a>	Responsabilidade social e cidadania  Técnicas e tecnologias	Sim
36	De que forma o “FAIR Accessor” pode promover a autenticidade da informação arquivística digital?	Descrição arquivística; Dados fair; Diplomática; Preservação digital; Informação digital	2022	Ciência da Informação Express	André P. Pacheco; Maria Cristina Vieira de Freitas; Carlos Guardado da Silva	PACHECO, A. P.; FREITAS, M. C. V.; SILVA, C. G. De que forma o “FAIR Accessor” pode promover a autenticidade da informação arquivística digital? <b>Ciência da Informação Express</b> , v. 3, p. 1-5, 2022.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/220142">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/220142</a>	Técnicas e tecnologias	Não
37	Ensino da acessibilidade nos cursos de arquivologia no Brasil: uma análise formativa das matrizes curriculares	Acessibilidade; Pessoas com deficiência; Usuários de arquivos; Formação profissional; Arquivologia	2022	Inclusão Social	Thayron Rodrigues Rangel; Lúcia Maria Velloso de Oliveira	RANGEL, T. R.; OLIVEIRA, L. M. V. Ensino da Acessibilidade nos cursos de Arquivologia no Brasil: uma análise formativa das matrizes curriculares. <b>Inclusão Social (S. I.)</b> , v. 16, n. 1, p. 1-28, 2024.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/306497">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/306497</a>	Educação e pesquisa  Profissional da informação e suas práticas  Responsabilidade social e cidadania	Sim

38	Um passo por vez: a luta pela memória inclusiva dando voz a atletas silenciados	arquivos; registros; memórias; Comrades Marathon; atletismo; arquivo	2022	Inclusão Social	Mpho Ngoepe; Joseph Matshotshwane	NGOEPE, M.; MATSHOTSHWANE, J. Um passo por vez: a luta pela memória inclusiva dando voz a atletas silenciados. <b>Inclusão Social</b> (S. I.), v. 16, n. 1, p. 1-12, 2022.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/306484">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/306484</a>	Responsabilidade social e cidadania  Técnicas e tecnologias	Não
39	Análise de User Interface em web sites e perfis em Serviços de Redes Sociais Online de arquivos estaduais brasileiros	Arquivos estaduais; Serviços de redes sociais online; User interface	2023	Ágora: Arquivologia em debate	Nathália Gomes da Silva; Amanda Garcia Gomes; Fernando de Assis Rodrigues	SILVA, N. G.; GOMES, A. G.; RODRIGUES, F. A. Análise de user interface em web sites e perfis em serviços de redes sociais online de arquivos estaduais brasileiros. <b>Ágora: Arquivologia em debate</b> , v. 33, p. 1-26, 2023.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/225710">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/225710</a>	Responsabilidade social e cidadania  Técnicas e tecnologias	Sim
40	Repositórios de dados de pesquisa confiáveis: contribuições da arquivologia na garantia de confiabilidade de um ambiente baseado no modelo open archival information system	arquivologia; gestão de documentos; dados de pesquisa; repositórios de dados confiáveis	2023	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação	Lucieli Francini Barni; Rafael Port da Rocha	BARNI, L. F.; ROCHA, R. P. Repositórios de dados de pesquisa confiáveis: contribuições da arquivologia na garantia de confiabilidade de um ambiente baseado no modelo open archival information system. <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</i> , 23., 2023, Aracaju. <b>Anais</b> [...] Aracaju: ANCIB, 2023. n.p.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/257929">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/257929</a>	Responsabilidade social e cidadania  Técnicas e tecnologias	Não
41	Repositórios para a preservação de documentos arquivísticos digitais	Documento arquivístico; Confiabilidade; Repositório digitais	2023	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	Claudia Lacombe Rocha	ROCHA, C. L. Repositórios para a preservação de documentos arquivísticos digitais.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/203358">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/203358</a>	Responsabilidade social e cidadania  Técnicas e tecnologias	Sim

		confiáveis; Repositório digital arquivístico				<b>Revista Acervo</b> (Arquivo Nacional), v. 28, n. 20, p. 180-191, jul./dez. 2015.			
42	Website do Centro de Apoio à Educação a Distância da UFMG: proposta de reestruturação baseada em Arquitetura da Informação	Arquitetura de informação; Interação homem-computador; Recuperação da informação; Usabilidade (programas de computador)	2023	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia	Celsiane Aline Vieira Araújo; Jordânia Quintão Viana; Jéssica Pereira do Nascimento; Viviane Lilian dos Santos Barrozo; Elisângela Cristina Aganette; Gercina Ângela Borem de Oliveira Lima; Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan; Michely Jabala Mamede Vogel	ARAÚJO, C. A. V. <i>et al.</i> Website do centro de apoio à educação a distância da UFMG: proposta de reestruturação baseada em arquitetura da informação. <b>Conhecimento em Ação</b> , Rio de Janeiro. v. 8, n. 2, p. 135-166, 2023.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/253862">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/253862</a>	Educação e pesquisa  Técnicas e tecnologias	Sim

### APÊNDICE B – Quadro de autores das publicações recuperadas na Brapci

Autor	Link Currículo Lattes	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado
Alan Curcino Pedreira da Silva	<a href="http://lattes.cnpq.br/166405518583984">http://lattes.cnpq.br/166405518583984</a>	1ª) Ciências Contábeis (UFBA)		Ciência da informação (UFPB)	Filosofia (UFPB)	
Alba Ligia de Almeida Silva	<a href="http://lattes.cnpq.br/6295079464325835">http://lattes.cnpq.br/6295079464325835</a>	Biblioteconomia (UFPB)	Gestão de Unidades de Informação (UFPB)	Ciência da informação (UFPB)	Ciência da Informação (UFPB)	
Aline de Alessio Ferreira	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar
Amanda Garcia Gomes	<a href="http://lattes.cnpq.br/0294326933638927">http://lattes.cnpq.br/0294326933638927</a>	1ª) Biblioteconomia (UFPA) 2ª) Direito -interrompida (UNAMA)		Ciência da Informação (UFPA)	Ciência da Informação (UNESP)	
Amanda Pamela Santos Gomes	<a href="http://lattes.cnpq.br/9815835507236303">http://lattes.cnpq.br/9815835507236303</a>	1ª) Estudos Artísticos (UC) 2ª) Arquivologia (UFMG)		1º) Música (UFMG) 2º) Ciência da Informação (UFMG)		
Ana Cláudia Cruz Córdula	<a href="http://lattes.cnpq.br/9316211149718874">http://lattes.cnpq.br/9316211149718874</a>	1ª) Fisioterapia (UNIPÊ) 2ª) Arquivologia (UFPB)	1ª) Serviço de Saúde Pública (UNIFACISA) 2ª) Recursos Cinesioterapicos (UFPB)	Ciência da Informação (UFPB)	Ciência da Informação (UFPB)	
Ana Maria Neves Maranhão	<a href="http://lattes.cnpq.br/7799948092338204">http://lattes.cnpq.br/7799948092338204</a>	1ª) Letras portugues inglês (PUC Rio) 2ª) Biblioteconomia (USU)		Ciência da Informação (UFRJ)	Ciência da Informação (UC - Portugal)	
André P. Pacheco	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar
Arabelly Lima	<a href="http://lattes.cnpq.br/4578529718742827">http://lattes.cnpq.br/4578529718742827</a>	Biblioteconomia (UFPE)	História e cultura no Brasil (UNESA)	Ciência da Informação (UFPE)	Ciência da Informação em andamento (UFPE)	

Barbara França Barcellos	<a href="http://lattes.cnpq.br/9247736833153010">http://lattes.cnpq.br/9247736833153010</a>	Biblioteconomia e Documentação (UFBA)	Biblioteconomia (FISIG)	Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento (UFS)		
Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan	<a href="http://lattes.cnpq.br/5336218259257800">http://lattes.cnpq.br/5336218259257800</a>	Biblioteconomia (UFMG)		Ciência da Informação (UFMG)	Ciência da Informação (UFMG)	
Berenice Neubhaer	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar
Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira	<a href="http://lattes.cnpq.br/0252677389291551">http://lattes.cnpq.br/0252677389291551</a>	Biblioteconomia (UFPB)	1ª) Administração da Educação (UFPB) 2ª) Organização de Arquivos (UFPB)	Ciência da Informação (UFPB)	Letras (UFPB)	
Carla Mara da Silva	<a href="http://lattes.cnpq.br/1155169670269042">http://lattes.cnpq.br/1155169670269042</a>	Arquivologia (UFSM)		Profissional em Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural (UFSM)	Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação em andamento (UFRGS)	
Carla Maria de Almeida	<a href="http://lattes.cnpq.br/3022112067905433">http://lattes.cnpq.br/3022112067905433</a>	1ª) História (UFPB) 2ª) Arquivologia (UFPB)	História do Brasil e da Paraíba (FIP)	Ciência da informação (UFPB)	Ciência da Informação (UFPB)	
Carlos Alberto Rodrigues	<a href="http://lattes.cnpq.br/7305891063368500">http://lattes.cnpq.br/7305891063368500</a>	1ª) Engenharia Ambiental interrompida (ULBRA) 2ª) Tecnologia em Construção de Edifícios (IFSC) 3ª) Arquivologia (UFSC)		Ciência da Informação (UFSC)	Ciência da Informação em andamento (UFSC)	
Carlos Blaya Perez	<a href="http://lattes.cnpq.br/5113270185930692">http://lattes.cnpq.br/5113270185930692</a>	Arquivologia (UFSM)	Aperfeiçoamento em Arquivos Médicos (UFSM)	Multimeios (UNICAMP)	Biblioteconomia e Documentación (USAL)	
Carlos Guardado da Silva	<a href="http://lattes.cnpq.br/1295938255743706">http://lattes.cnpq.br/1295938255743706</a>	História (FLUL)	1ª) Ciências Documentais - Variante de Arquivo (FLUL - Portugal) 2ª) Ciências Documentais - Variante de Biblioteconomia e	História Medieval (FLUL - Portugal)	1º) História Medieval (UL - Portugal) 2º) Agregação em Ciência da Informação FLUC - Portugal)	

			Documentação (FLUL - Portugal)			
Carlos Henrique Marcondes de Almeida	<a href="http://lattes.cnpq.br/6126712875843734">http://lattes.cnpq.br/6126712875843734</a>	Arquitetura Urbanismo (UFF)		Ciência da Informação (UFRJ)	Ciência da Informação (UFRJ)	Grande área: Ciências Sociais Aplicadas (UC3M - Espanha)
Celsiane Aline Vieira Araújo	<a href="http://lattes.cnpq.br/9620743546631987">http://lattes.cnpq.br/9620743546631987</a>	Ciência da Informação (PUC Minas)	Arquitetura e Organização da Informação (UFMG)	Gestão e Organização do Conhecimento (UFMG)	Gestão e Organização do Conhecimento (UFMG)	
Claudete Fernandes de Queiroz	<a href="http://lattes.cnpq.br/5902232749593657">http://lattes.cnpq.br/5902232749593657</a>	Biblioteconomia (USU)	Docência Superior (ISEP)	Profissional em História, Política e Bens Culturais (FGV)	História, Política e Bens Culturais em andamento (FGV)	
Claudia Lacombe Rocha	<a href="http://lattes.cnpq.br/6243946550229667">http://lattes.cnpq.br/6243946550229667</a>	História (PUC Rio)		Informática (UFRJ)		
Cristian Oliveira Santos	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar
Daniela Francescutti Martins Hott	<a href="http://lattes.cnpq.br/0683727875478471">http://lattes.cnpq.br/0683727875478471</a>	Arquivologia (UFF)	1ª) Administração de Sistemas de Informação (UFF) 2ª) Especialização em Documentação e Informação - CDC (UFRJ)	Ciências da Informação (UnB)	Ciências da Informação (UnB)	
Darlaine Ribeiro Cunha	<a href="http://lattes.cnpq.br/9993324017321694">http://lattes.cnpq.br/9993324017321694</a>	Ciências Contábeis (UnP)	Gestão de Negócios e Projetos (PUC Minas)	Controladoria e Contabilidade (USP)	Contabilidade e Finanças (UNIZAR - Espanha)	Grande área: Ciências Sociais Aplicadas (UAB - Espanha)
Deiverson Pereira	<a href="http://lattes.cnpq.br/2410173156140955">http://lattes.cnpq.br/2410173156140955</a>	1ª) Arquivologia (UFES) 2ª) Licenciatura em Pedagogia (UFES)	1ª) Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ENAP) 2ª) Aperfeiçoamento em Formação Docente para Ead			

			(IFES) 3ª) Ensino da Filosofia em andamento (UFPEL)			
Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho	<a href="http://lattes.cnpq.br/1307713177150719">http://lattes.cnpq.br/1307713177150719</a>	Biblioteconomia e Documentação (UDESC)	Organização e Administração de Arquivos Públicos (UFSC)	História (UFSC)	1º) <i>Doctorado em Documentación: Archiveros y Biblioteca en el entorno digital</i> (UC3M - Espanha) 2º) Ciência da Informação (UFSC)	
Eliane Carniel Dias	<a href="http://lattes.cnpq.br/2850858628628134">http://lattes.cnpq.br/2850858628628134</a>	Arquivologia (UFRGS)		Ciência da Informação (UFRGS)		
Elisângela Cristina Aganette	<a href="http://lattes.cnpq.br/6224307970906388">http://lattes.cnpq.br/6224307970906388</a>	Biblioteconomia (UFMG)	Gestão da informação e do Conhecimento (CEFET/MG)	Ciência da Informação (UFMG)	Ciência da Informação (UFMG)	
Elizabeth Reis	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar
Emanuelle Torino	<a href="http://lattes.cnpq.br/5042296869081637">http://lattes.cnpq.br/5042296869081637</a>	Biblioteconomia (UEL)	Gestão Contemporânea de Recursos Humanos (UEL)	Profissional em Gestão da Informação (UEL)	Ciência da Informação (UNESP)	
Esdras Renan Farias Dantas	<a href="http://lattes.cnpq.br/7046521507373318">http://lattes.cnpq.br/7046521507373318</a>	Biblioteconomia (UFPB)	Gestão Pública (UEPB)	Ciência da Informação (UFPB)	Ciência da Informação (UFPB)	
Evanildo Freitas do Nascimento Júnior	<a href="http://lattes.cnpq.br/5500677780801426">http://lattes.cnpq.br/5500677780801426</a>	1ª) Arquivologia (UFAM) 2ª) Fonoaudiologia (CEUNI-FAMETRO)	1ª) MBA Executivo em marketing, vendase negócios (CIESA) 2ª) Gestão Eletrônica de documentos - Organizações Privadas (Faculdade Unyleya) 3ª) Intervenção ABA	Ciências do Movimento Humano - em andamento (UFAM)		

			no Autismo e Deficiência Intelectual - em andamento (CBI OF MIAMI)			
Fernando de Assis Rodrigues	<a href="http://lattes.cnpq.br/5556499513805582">http://lattes.cnpq.br/5556499513805582</a>	Sistemas de Informação (UNISAGRADO)	Sistemas para Internet (UNIVEM)	Ciência da Informação (UNESP)	Ciência da Informação (UNESP)	1º) Grande área: Ciências Sociais Aplicadas (UNESP) 2º) Grande área: Ciências Exatas e da Terra (UFPA)
Francisca Arruda Ramalho	<a href="http://lattes.cnpq.br/2921704301324831">http://lattes.cnpq.br/2921704301324831</a>	1ª) Licenciatura em Frances (UFPB) 2ª) Biblioteconomia e Documentação (UFPB)	Sistemas de Bibliotecas Públicas (UFPB)	Administração de Bibliotecas (UFMG)	Ciência da Informação (UCM - Espanha)	
Francisca Martins Pereira	<a href="http://lattes.cnpq.br/5549310457893964">http://lattes.cnpq.br/5549310457893964</a>	Biblioteconomia (UnB)		Ciência da Informação (UnB)		
Francisco José Aragão Pedroza Cunha	<a href="http://lattes.cnpq.br/3549702267586529">http://lattes.cnpq.br/3549702267586529</a>	Administração de Empresas (UCSAL)	1ª) Aperfeiçoamento em Curso de Design Educacional PACC (UAB UFBA) 2ª) Auditoria Interna (UCSAL) 3ª) Administração Hospitalar (CEDAS) 4ª) Gestão da Inovação e Difusão Tecnológica em Arranj (EA/UFBA)	Ciência da Informação (UFBA)	Difusão do Conhecimento (UFBA)	Grande área: Ciências Sociais Aplicadas (UC3M - Espanha)
Geissikelly Marques Oliveira	<a href="http://lattes.cnpq.br/0741407338076200">http://lattes.cnpq.br/0741407338076200</a>	Arquivologia (UFPB)				
Georgete Medleg Rodrigues	<a href="http://lattes.cnpq.br/3170566653824541">http://lattes.cnpq.br/3170566653824541</a>	História (PUC São Paulo)	História (Université Paris Sorbonne Paris 4)	História (UnB)	História (Université Paris Sorbonne Paris 4)	Grande área: Ciências Humanas (Université de Paris X)

Gercina Ângela Borem de Oliveira Lima	<a href="http://lattes.cnpq.br/3183050056105009">http://lattes.cnpq.br/3183050056105009</a>	Biblioteconomia (UFMG)		<i>Science In Library Service</i> (CLA, Estados Unidos)	Ciência da Informação (UFMG)	1º Bolsista do: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES (UC3M - Espanha) 2º Grande área: Ciências Sociais Aplicadas (ECA/USP)
Giuliano Carlos de Araújo	<a href="http://lattes.cnpq.br/8423618663517075">http://lattes.cnpq.br/8423618663517075</a>	1ª Administração (UEL) 2ª Direito (FPL)	1ª Direito do Trabalho (UNOPAR) 2ª Gestão de Arquivos e Tecnologias Aplicadas (UEL)			
Henry Poncio Cruz de Oliveira	<a href="http://lattes.cnpq.br/4231993792347599">http://lattes.cnpq.br/4231993792347599</a>	Física (UFPB)		Ciência da Informação (UFPB)	Ciência da Informação (UNESP)	
Isa Maria Freire	<a href="http://lattes.cnpq.br/8430720903326399">http://lattes.cnpq.br/8430720903326399</a>	Ciências Sociais (UFRN)		Ciência da Informação (UFRJ)	Ciência da Informação (UFRJ)	Grande área: Ciências Sociais Aplicadas (USP)
Isabel Andrade	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	
Ivette Kafure Muñoz	<a href="http://lattes.cnpq.br/4609811632387529">http://lattes.cnpq.br/4609811632387529</a>	Engenharia de sistemas (UAM, Colômbia)	1ª Práticas Audiovisuais (UNIVALLE - Colômbia) 2ª Pedagogia da cooperação e metodologias colaborativas (Unipaz em colaboração com Unip)	1º Ingeniará de Sistemas y Computación - interrompida (UNIANDES - Colômbia) 2º Informática (UFCG)	Ciência da Informação (UnB)	
Izabel França de Lima	<a href="http://lattes.cnpq.br/2774920113255079">http://lattes.cnpq.br/2774920113255079</a>	1ª Biblioteconomia (UFPB) 2ª Administração (UFPB)	1ª Aperfeiçoamento em Curso de Informática (UFPB) 2ª Aperfeiçoamento em Formação de	Educação (UFPB)	Ciência da Informação (UFMG)	

			tutores: orientação pedagógica em EAD (UFPB) 3ª) Gestão de Unidades de Informação (UFPB)			
Jéssica Pereira do Nascimento	<a href="http://lattes.cnpq.br/5002402367737484">http://lattes.cnpq.br/5002402367737484</a>	Biblioteconomia e documentação (UFF)	Biblioteconomia e Gestão de bibliotecas escolares (UCAM)	Ciência da Informação (UFF)		
Joana Coeli Ribeiro Garcia	<a href="http://lattes.cnpq.br/0920934902479266">http://lattes.cnpq.br/0920934902479266</a>	Biblioteconomia (UFPB)	Documentação Científica (IBICT)	Biblioteconomia (UFPB)	Ciência da Informação (UFRJ)	
Jordânia Quintão Viana	<a href="http://lattes.cnpq.br/6728230084205034">http://lattes.cnpq.br/6728230084205034</a>	Sistemas de Informação (UFOP)	Gestão Estratégica da Informação (UFMG)	Gestão e Organização do Conhecimento - Ciência da Informação (UFMG)	Gestão e Organização do Conhecimento (UFMG)	
Jorge Santa Anna	<a href="http://lattes.cnpq.br/2449023539030224">http://lattes.cnpq.br/2449023539030224</a>	Biblioteconomia (UFES)		Gestão e Organização do Conhecimento (UFMG)	Gestão e Organização do Conhecimento (UFMG)	
Joseph Matshotshwane	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	
Juliana Cardoso dos Santos	<a href="http://lattes.cnpq.br/1590284754731945">http://lattes.cnpq.br/1590284754731945</a>	1ª) Biblioteconomia (UEL) 2ª) Arquivologia (Centro Universitário Leonardo da Vinci UNIASSELVI)	1ª) Moda e Gestão (FATEC SC) 2ª) Gestão da Informação e do Conhecimento (UNICENTRO)	Ciência da Informação (UNESP)	Ciência da Informação (UNESP)	Grande área: Ciências Sociais Aplicadas (UEL)
Kaspars Ruklis	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar
Leonardo Mattos da Costa	<a href="http://lattes.cnpq.br/9310996166639079">http://lattes.cnpq.br/9310996166639079</a>	Geografia (UFRJ)	Cidades, Políticas Urbanas e Movimentos Sociais (UFRJ)			

Leoneide Maria Brito Martins	<a href="http://lattes.cnpq.br/5724033213034386">http://lattes.cnpq.br/5724033213034386</a>	Biblioteconomia (UFMA)	1ª) Aperfeiçoamento em Metodologia do Ensino Superior Cemes (UFMA) 2ª) Especialização em Leitura e Formação de Leitores (UFMA) 3ª) Getão Pública (UFMA)	Educação (UFMA)	Educação (UNESP)	Grande área: Ciências Humanas (UNESP)
Letícia Gorri Molina	<a href="http://lattes.cnpq.br/4749820780558382">http://lattes.cnpq.br/4749820780558382</a>	1ª) Psicologia (UEL) 2ª) Biblioteconomia (UEL)	Psicologia Organizacional e do Trabalho (UEL)	Ciência da Informação (UNESP)	Ciência da Informação (UNESP)	
Lúcia Maria Velloso de Oliveira	<a href="http://lattes.cnpq.br/4694576349618479">http://lattes.cnpq.br/4694576349618479</a>	1ª) História (UFRJ) 2ª) Arquivologia (UNIRIO)	MBA em Administração de Empresas e Gestão de Negócios (FGV)	Ciência da Informação (IBICT)	História Social (USP)	
Luciana Ferreira da Costa	<a href="http://lattes.cnpq.br/3705181898814142">http://lattes.cnpq.br/3705181898814142</a>	Biblioteconomia (UFPB)		Ciência da Informação (Universidade Federal da Paraíba - UFPB)	História e Filosofia da Ciência - Especialidade em Museologia (UE - Portugal)	Grande área: Ciências Sociais Aplicadas (UFBA)
Lucieli Francini Barni	<a href="http://lattes.cnpq.br/9778509873665387">http://lattes.cnpq.br/9778509873665387</a>	Arquivologia (FURG)		Ciência da Informação - em andamento (UFRGS)		
Luis Fernando Sayão	<a href="http://lattes.cnpq.br/3422623122948389">http://lattes.cnpq.br/3422623122948389</a>	Licenciatura em Física (UFRJ)		Ciência da Informação (UFRJ)	Ciência da Informação (UFRJ)	
Luiz Antonio Santana da Silva	<a href="http://lattes.cnpq.br/0929892328542357">http://lattes.cnpq.br/0929892328542357</a>	1ª) Arquivologia (UNESP) 2ª) Ciências Sociais-interrompida (UNESP) 3ª) Relações Públicas (UNICSUL)		Ciência da Informação (UNESP)	Ciência da Informação (UNESP)	Grande área: Ciências Sociais Aplicadas (USP)
Luiz Conrado de Farias Neto	<a href="http://lattes.cnpq.br/7476191229092551">http://lattes.cnpq.br/7476191229092551</a>	Arquivologia (UFBA)	Data Science (UNIFACS)			
Luize Daiane dos Santos Ziegelmann	<a href="http://lattes.cnpq.br/6492516226826601">http://lattes.cnpq.br/6492516226826601</a>	Arquivologia (Universidade Federal do Rio Grande - FURG)	Gestão em Arquivos (UFMS)	Ciência da Informação/PGCIN (UFSC)		

Manoel Victor da Costa Carvalho	<a href="http://lattes.cnpq.br/8355984088623432">http://lattes.cnpq.br/8355984088623432</a>	1ª) Gestão Ambiental (UERN) 2ª) Arquitetura e Urbanismo (UnP)	Gestão Ambiental - Ênfase em Auditoria e Perícia (UNEJAGUARIBE)	Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias (IFF)		
Marcos da Silva Gomes	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar
Marcos Ulisses Cavalheiro	<a href="http://lattes.cnpq.br/9146152235960537">http://lattes.cnpq.br/9146152235960537</a>	1ª) Letras (UNESA) 2ª) Biblioteconomia - em andamento (UNISANTA)		Ciência da Informação (Universidade de São Paulo - USP)		
Maria Cristina Vieira de Freitas	<a href="http://lattes.cnpq.br/2059074252489081">http://lattes.cnpq.br/2059074252489081</a>	1ª) História (FAFIC) 2ª) Documentação e Arquivística (UA - Portugal)	1ª) Metodologia de Ensino do Segundo Grau (FIAP) 2ª) Conservação De Obras Sobre Papel (UFPR) 3ª) Biblioteconomia e Documentações (USAL - Espanha) 4ª) Especialização em Pós-Graduação em Ciência da de Informação e Documentação (U.PORTUCALENSE - Portugal)	Ciência da Informação (UFMG)	Biblioteconomia e Documentação (USAL - Espanha)	
Maria das Graças Pimentel	<a href="http://lattes.cnpq.br/0594082084329578">http://lattes.cnpq.br/0594082084329578</a>	1ª) Pedagogia (UCB/DF) 2ª) Arquitetura e Urbanismo (UNIP) 3ª) Biblioteconomia (CLARETIANO)	1ª) Aperfeiçoamento em PSICANÁLISE CLINICA (KALILE) 2ª) Administração Escolar (UCB/DF) 3ª) Formação de Líderes e Empreendedores (SGA) 4ª) Gestão de políticas públicas de cultura (UnB) 5ª)	Ciências da Informação (Universidade de Brasília - UnB)	Ciências da Informação (Universidade de Brasília - UnB)	

			NEUROPEDAGOGIA (ASSESB)			
Maria Isabel de Jesus Sousa	<a href="http://lattes.cnpq.br/8047892088151487">http://lattes.cnpq.br/8047892088151487</a>	1ª) Biblioteconomia e Documentação (UFBA) 2ª) Direito (UNISBA)	Rede de Acesso à Bases de Dados Navegando na Internet (UFBA)	Ciência da Informação (UFPB)	Educação (UFBA)	
Michely Jabala Mamede Vogel	<a href="http://lattes.cnpq.br/8849217666537840">http://lattes.cnpq.br/8849217666537840</a>	Biblioteconomia (USP)	Literatura contemporânea (FAEL)	Ciência da Informação e Documentação (USP)	Ciência da Informação (ECA-USP)	
Moisés Rockembach	<a href="http://lattes.cnpq.br/1304688580274983">http://lattes.cnpq.br/1304688580274983</a>	Arquivologia (UFRGS)		Comunicação e Informação (UFRGS)	Informação e Comunicação em Plataformas Digitais (U.PORTO - Portugal)	Grande área: Ciências Sociais Aplicadas (U.PORTO)
Mpho Ngoepe	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar
Nathália Gomes da Silva	<a href="http://lattes.cnpq.br/6263481204742979">http://lattes.cnpq.br/6263481204742979</a>	Arquivologia (UFPA)				
Priscila Lopes Menezes	<a href="http://lattes.cnpq.br/3182057466900829">http://lattes.cnpq.br/3182057466900829</a>	Arquivologia (UFSM)	Gestão em Arquivos (UFSM)	Ciência da Informação (UFSC)	Ciência da Informação (UEL)	
Rafael Port da Rocha	<a href="http://lattes.cnpq.br/5118387541734094">http://lattes.cnpq.br/5118387541734094</a>	Ciências de Computação (UFRGS)	1ª) Grupo de Pesquisa em Banco de Dados (UNI-KL - Alemanha) 2ª) Grupo de Pesquisa em Banco de Dados (UNI-KL - Alemanha)	Computação (UFRGS)	Computação (UFRGS)	
Raphael Belchior Rodrigues	<a href="http://lattes.cnpq.br/3308015189846134">http://lattes.cnpq.br/3308015189846134</a>	Biblioteconomia e Documentação (UFF)				

Roberto Lopes Santos Junior	<a href="http://lattes.cnpq.br/3355963647616547">http://lattes.cnpq.br/3355963647616547</a>	Arquivologia (UNIRIO)		Ciências da Informação (UFF)	Ciência da Informação (UFRJ)	Grande área: Ciências Sociais Aplicadas (UNESP)
Rodrigo Lastra Cid	<a href="http://lattes.cnpq.br/0847832636263404">http://lattes.cnpq.br/0847832636263404</a>	Filosofia (UFOP)		Lógica e Metafísica (UFRJ)	Lógica e Metafísica (UFRJ)	Grande área: Ciências Humanas (UFMG)
Sergio Franklin	<a href="http://lattes.cnpq.br/7616062383606976">http://lattes.cnpq.br/7616062383606976</a>	Letras com Inglês (USCAL)	Arquivologia (UFBA)	Ciência da Informação (UnB)	Ciência da Informação (UFBA)	
Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti	<a href="http://lattes.cnpq.br/7390573927636069">http://lattes.cnpq.br/7390573927636069</a>	Licenciatura em Matemática (UNESP)	1ª) Ciência da Computação (USP) 2ª) Formação de professores para cursos semipres. EAD em andamento (UNESP)	Ciências da Computação e Matemática Computacional (USP)	Educação (UNESP)	
Sueli Mitiko Yano	<a href="http://lattes.cnpq.br/6769349982729133">http://lattes.cnpq.br/6769349982729133</a>	Biblioteconomia e Documentação (UNESP)		Ciência da Informação (PUC Campinas)		
Taiguara Villela Aldabalde	<a href="http://lattes.cnpq.br/5623964456964265">http://lattes.cnpq.br/5623964456964265</a>	Arquivologia (UniRio)		História Social (USP)	Ciências da Informação (UnB)	Grande área: Ciências Sociais Aplicadas (UFP - Portugal)
Thayron Rodrigues Rangel	<a href="http://lattes.cnpq.br/9220330099464069">http://lattes.cnpq.br/9220330099464069</a>	1ª) Biblioteconomia (UNIRIO) 2ª) Arquivologia (UNIRIO)	Educação Profissional e Tecnológica (IFRJ)	Ciência da Informação (IBICT)	Ciência da Informação (UFF)	
Tiago Braga da Silva	<a href="http://lattes.cnpq.br/1599588191642590">http://lattes.cnpq.br/1599588191642590</a>	Arquivologia (UFES)		Gestão de Documentos e Arquivos (UNIRIO)	História Social (UERJ)	
Vanderlei Batista dos Santos	<a href="http://lattes.cnpq.br/0552951668052079">http://lattes.cnpq.br/0552951668052079</a>	Arquivologia (UnB)		Ciências da Informação (UnB)	Ciências da Informação (UnB)	
Vanessa Alexsandra Souza Gomes	<a href="http://lattes.cnpq.br/4985228594356123">http://lattes.cnpq.br/4985228594356123</a>	Biblioteconomia (UFMA)	1ª) Aperfeiçoamento em Gestão de acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos			

			(FUNDAJ) 2ª) Desenvolvimento das Competências Gerenciais (UEMA) 3ª) Gestão pública (UFMA)			
Vildeane da Rocha Borba	<a href="http://lattes.cnpq.br/5635287706329207">http://lattes.cnpq.br/5635287706329207</a>	Biblioteconomia (UFPE)		Ciências da Informação (UFPB)	Comunicação e Informação (UFRGS)	
Viviane Lilian dos Santos Barrozo	<a href="http://lattes.cnpq.br/4339720406172473">http://lattes.cnpq.br/4339720406172473</a>	1ª) Sistemas de Informação (PITÁGORAS) 2ª) Formação Pedagógica em andamento (UNESA)	1ª) Aperfeiçoamento em Educação a Distância - Módulos I e II (UFMG) 2ª) Gestão de Informação e Pessoas (UFMG)	1º) Ciências da Informação interrompido (UFMG) 2º) Ciências da Informação (UFMG)	Ciências da Informação (UFMG)	

**APÊNDICE C** – Quadro de resultados de busca no catálogo ABNT – Emendas, erratas e versão em outro idioma –  
desconsideradas por serem redundantes em relação a norma à qual se referem

ID	Número da Norma	Data de Publicação	Título	Nota De Título	Comitê Técnico
1	ABNT NBR 15320:2018 Emenda 1:2024	29/02/2024	Acessibilidade em veículos de categoria M3 com características rodoviárias para o transporte coletivo de passageiros — Parâmetros e critérios técnicos	Esta Emenda 1, de 29.02.2024, em conjunto com a ABNT NBR 15320:2018, equivale à ABNT NBR 15320:2024	ABNT/CB-040 Acessibilidade
2	ABNT NBR 16537:2016 Emenda 1:2024	08/01/2024	Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação	Esta Emenda 1, de 08.01.2024, em conjunto com a ABNT NBR 16537:2016, versão corrigida:2018, equivale à ABNT NBR 16537:2024.	ABNT/CB-040 Acessibilidade
3	ABNT NBR 9050:2020 Errata 1:2021	25/01/2021	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	Esta Errata 1 de 25.01.2021 corrige à ABNT NBR 9050:2020.	ABNT/CB-040 Acessibilidade
4	ABNT NBR 9050:2015 Emenda 1:2020	03/08/2020	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	Esta Emenda 1, de 03.08.2020, em conjunto com a ABNT NBR 9050:2015, equivale à ABNT NBR 9050:2020.	ABNT/CB-040 Acessibilidade
5	ABNT NBR 15320:2018 Errata 1:2018	12/11/2018	Acessibilidade em veículos de categoria M3 com características rodoviárias para o transporte coletivo de passageiros - Parâmetros e critérios técnicos	Esta Errata 1 de 12.11.2018 corrige à ABNT NBR 15320:2018	ABNT/CB-040 Acessibilidade
6	ABNT NBR 16537:2016 Errata 2:2018	28/05/2018	Acessibilidade - Sinalização tátil no piso - Diretrizes para elaboração de projetos e instalação	Esta Errata 2 de 28.05.2018 corrige à ABNT NBR 16537:2016	ABNT/CB-040 Acessibilidade
7	ABNT NBR 15610-3:2016 ES	15/12/2016	<i>Televisión digital terrestre - Accesibilidad</i>	Não consta	ABNT/CEE-085 Televisão Digital
8	ABNT NBR 16537:2016 Errata 1:2016	27/10/2016	Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação	Esta Errata 1 de 27.10.2016 corrige à ABNT NBR 16537:2016.	ABNT/CB-040 Acessibilidade

<b>9</b>	ABNT NBR 14022:2009 Emenda 1:2011	06/01/2011	Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros	Esta Emenda 1 de 07.01.2011 complementa a ABNT NBR 14022:2009.	ABNT/CB-040 Acessibilidade
<b>10</b>	ABNT NBR 14022:2006 Emenda 1:2009	20/02/2009	Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiro	Esta Emenda 1 de 20.02.2009 complementa a ABNT NBR 14022:2009	ABNT/CB-040 Acessibilidade
<b>11</b>	ABNT NBR 14021:2005 Errata 1:2005	31/08/2005	Transporte - Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano	Esta Errata 1 de 31.08.2005 corrige a ABNT NBR 14021:2005	ABNT/CB-040 Acessibilidade
<b>12</b>	ABNT NBR 15570:2020 Emenda 1:2021	30/07/2021	Fabricação de veículos acessíveis de categoria M3 com características urbanas para transporte coletivo de passageiros - Especificações técnicas	Esta Emenda 1, de 30.07.2021, em conjunto com a ABNT NBR 15570:2020, equivale à ABNT NBR 15570:2021.	ABNT/CEE-064 Fabricação de Veículo Acessível

**APÊNDICE D – Quadro de resultados considerados na busca pelo termo “acessibilidade” no Catálogo ABNT**

ID	Número da norma	Data de publicação	Título	Nota de título	Comitê técnico	Preço (R\$)	Objetivo	Palavras-chave
1	ABNT NBR 15320:2024	29/02/2024	Acessibilidade em veículos de categoria M3 com características rodoviárias para o transporte coletivo de passageiros - Parâmetros e critérios técnicos	Esta Norma necessita impressão colorida. A ABNT NBR 15320:2024 equivale ao conjunto ABNT NBR 15320:2018 e Emenda 1, de 29.02.2024, que cancela e substitui a ABNT NBR 15320:2018.	ABNT/CB-040 Acessibilidade	198,60	Esta Norma estabelece os parâmetros e critérios técnicos de acessibilidade utilizados na fabricação de veículos de categoria M3, com características rodoviárias para o transporte coletivo de passageiros.	Acessibilidade, Ônibus, Sinalização, Cadeira de rodas, Transporte coletivo
2	ABNT NBR 16537:2024	08/01/2024	Acessibilidade - Sinalização tátil no piso - Diretrizes para elaboração de projetos e instalação	A ABNT NBR 16537:2024 equivale ao conjunto ABNT NBR 16537:2016, versão corrigida:2018 e Emenda 1, de 08.01.2024, que cancela e substitui a ABNT NBR 16537:2016	ABNT/CB-040 Acessibilidade	256,30	Esta Norma estabelece critérios e parâmetros técnicos observados para a elaboração do projeto e instalação de sinalização tátil no piso, seja para construção ou adaptação de edificações, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade para a pessoa com deficiência visual ou surdo-cegueira	Ergonomia, Pessoa portadora de deficiência física, Piso antiderrapante, Piso tátil, Sinalização tátil
3	ABNT NBR 17060:2022	26/10/2022	Acessibilidade em aplicativos de dispositivos móveis - Requisitos	não consta	ABNT/CB-040 Acessibilidade	198,60	Esta Norma estabelece os requisitos de acessibilidade em aplicativos de dispositivos móveis baseados no desempenho funcional	Acessibilidade
4	ABNT NBR 16858-3:2022	06/01/2022	Elevadores — Requisitos de segurança para construção e instalação	não consta	ABNT/CB-004 Máquinas e Equipamentos Mecânicos	177,20	Esta Parte da ABNT NBR 16858 estabelece os requisitos para o acesso e uso seguros e independentes de elevadores por uma ampla faixa de	Elevador

							peças, incluindo peças com deficiência	
5	ABNT NBR 14020:2021	17/02/2021	Transporte – Acessibilidade à pessoa – Trem de longo percurso	não consta	ABNT/CB-040 Acessibilidade	115,20	Esta Norma estabelece os requisitos para a acessibilidade a pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida, de forma segura, em trens de longo percurso	Acessibilidade
6	ABNT NBR 9050:2020 Versão Corrigida:2021	03/08/2020	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	Esta versão corrigida da ABNT NBR 9050:2020 incorpora a Errata 1, de 25.01.2021. Esta Norma necessita impressão colorida. A ABNT NBR 9050:2020 equivale ao conjunto ABNT NBR 9050:2015 e Emenda 1, de 03.08.2020, que cancela e substitui a ABNT NBR 9050:2015	ABNT/CB-040 Acessibilidade	437,80	Esta Norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade	Ergonomia, Pessoa com mobilidade reduzida, Cadeira de rodas, Mobiliário, Deficiente físico, Pessoa portadora de deficiência física, Piso antiderrapante, Piso tátil, Sinalização tátil, Projeto urbanístico

7	ABNT NBR ISO 9241-171:2018	20/09/2018	Ergonomia da interação humano-sistema	não consta	ABNT/CB-021 Tecnologias da Informação e Transformação Digital	581,60	Esta Parte da ABNT NBR ISO 9241 proporciona orientações de ergonomia e especificações para o projeto de software acessível para uso no trabalho, no lar, na educação e em lugares públicos. Abrange questões associadas ao projeto de software acessível para as pessoas com a mais ampla gama de aptidões físicas, sensoriais e cognitivas, incluindo aquelas que estão temporariamente incapazes, e os idosos. Ela aborda considerações de software para acessibilidade que complementam o projeto geral para a usabilidade, como tratado pelas ABNT NBR ISO 9241-110, ABNT NBR ISO 9241-11 a ISO 9241-17, ISO 14915 e ISO 13407.	Ergonomia, Humano-Computador
8	ABNT NBR 15290:2016	19/12/2016	Acessibilidade em comunicação na televisão	Confirmada em 16.09.2020	ABNT/CB-040 Acessibilidade	146,90	Esta Norma fornece diretrizes gerais relacionadas à legendagem, à audiodescrição, à língua de sinais e ao sistema de alerta de emergência, a serem observadas para a acessibilidade em comunicação na televisão, dentro das melhores práticas do desenho universal, considerando as diversas condições de percepção e cognição, com ou sem a ajuda de sistema assistivo ou outro que complemente necessidades individuais.	Acessibilidade, Televisão, Língua de sinais, Legenda, Audiodescrição

9	ABNT NBR 15610-3:2016	15/12/2016	Televisão digital terrestre - Acessibilidade	Confirmada em 10.08.2020	ABNT/CEE-085 Televisão Digital	115,20	Esta Parte da ABNT NBR 15610 apresenta uma proposta de protocolo de transmissão de conteúdos em Língua de Sinais (LIBRAS) para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD), compreendendo o sistema de codificação de LIBRAS na transmissão e o processo de decodificação na recepção.	Acessibilidade, Televisão digital, Som e imagem, Acesso
10	ABNT NBR 16452:2016	01/09/2016	Acessibilidade na comunicação - Audiodescrição	Confirmada em 17.09.2020	ABNT/CB-040 Acessibilidade	115,20	Esta Norma fornece diretrizes para a produção da audiodescrição	Acessibilidade, Pessoa com deficiência, Portador de deficiência, Sistema de áudio, Deficiência visual
11	ABNT NBR 15646:2016	12/01/2016	Acessibilidade - Plataforma elevatória veicular e rampa de acesso veicular para acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em veículo de transporte de passageiros de categorias M1, M2 e M3 - Requisitos	Confirmada em 13.07.2020	ABNT/CB-004 Máquinas e Equipamentos Mecânicos	233,30	Esta Norma estabelece os requisitos para o desempenho, projeto, instalação, inspeção, treinamento e manutenção de plataformas elevatórias veiculares e rampas para acessibilidade em veículos de transporte de passageiros de categorias M1, M2, M3, a fim de garantir o conforto, segurança, acessibilidade e mobilidade a seus usuários, independentemente de idade, altura e capacidade física ou sensorial.	Ônibus, Transporte coletivo

12	ABNT NBR 15610-2:2012	18/07/2012	Televisão digital terrestre — Acessibilidade	Confirmada em 10.08.2020	ABNT/CEE-085 Televisão Digital	95,00	Esta parte da ABNT NBR 15610 complementa as especificações para as funcionalidades sonoras de acessibilidade do sistema brasileiro de televisão digital terrestre, além de prover orientações para sua implementação. Esta Norma não se aplica à produção do áudio.	Televisão digital, Som e imagem, Acesso
13	ABNT NBR 15610-1:2011	06/12/2011	Televisão digital terrestre – Acessibilidade	Confirmada em 23.09.2020	ABNT/CEE-085 Televisão Digital	155,40	Esta parte da ABNT NBR 15610 complementa as especificações para as ferramentas de acessibilidade closed caption e legendas do sistema brasileiro de televisão digital terrestre, além de prover orientações para sua implementação.	Acessibilidade, Televisão digital, Atendimento prioritário
14	ABNT NBR 14022:2011	06/01/2011	Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros	Esta norma possui figuras coloridas, porém não necessita de impressão em cores. Esta edição da ABNT NBR 14022:2011 equivale o conjunto ABNT NBR 14022:2009 mais a Emenda 1 ABNT NBR 14022:2011 de 06.01.2011. Confirmada em 03.12.2019.	ABNT/CB-040 Acessibilidade	146,90	Esta Norma estabelece os parâmetros e critérios técnicos de acessibilidade a serem observados em todos os elementos do sistema de transporte coletivo de passageiros de características urbanas, de acordo com os preceitos do Desenho Universal	Acessibilidade, Ônibus, Transporte, Veículo, Pessoa com deficiência, Pessoa com mobilidade reduzida, Cadeira de rodas, Atendimento prioritário
15	ABNT NBR 15599:2008	25/08/2008	Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços	Confirmada em 23.08.2023	ABNT/CB-040 Acessibilidade	207,40	Esta Norma fornece diretrizes gerais a serem observadas para acessibilidade em comunicação na prestação de	Acessibilidade, Pessoa com deficiência, Comunicação,

							serviços, consideradas as diversas condições e percepção e cognição, com ou sem a ajuda de tecnologia assistiva ou outra que complemente necessidades individuais	Serviço, Informação e troca de mensagem, Recurso de acessibilidade em comunicação
16	ABNT NBR 15450:2006	01/12/2006	Acessibilidade de passageiros no sistema de transporte aquaviário	Confirmada em 27.01.2022	ABNT/CB-040 Acessibilidade	126,80	Esta Norma estabelece os critérios e parâmetros técnicos a serem observados para acessibilidade de passageiros no sistema de transporte aquaviário, de acordo com os preceitos do Desenho Universal	Acessibilidade, Transporte, Embarcação, Ergonomia
17	ABNT NBR 14021:2005 Versão Corrigida:2005	30/06/2005	Transporte - Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano	Esta versão corrigida da ABNT NBR 14021:2005 incorpora a Errata 1 de 31.08.2005. Confirmada em 02.05.2024	ABNT/CB-040 Acessibilidade	207,40	Esta Norma estabelece os critérios e parâmetros técnicos a serem observados para acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano, de acordo com os preceitos do Desenho Universal.	Acessibilidade, Pessoa com deficiência, Trem, Metrô
18	ABNT NBR 15250:2005	30/03/2005	Acessibilidade em caixa de auto-atendimento bancário	Confirmada em 18.07.2024	ABNT/CB-040 Acessibilidade	135,20	Esta Norma fixa os critérios e parâmetros técnicos de acessibilidade a serem observados quando do projeto, construção, instalação e localização de equipamentos destinados à prestação de informações e serviços de auto-atendimento bancário	Acessibilidade, Auto-atendimento, Caixa de auto-atendimento
19	ABNT NBR 14970-1:2003	30/07/2003	Acessibilidade em veículos automotores	Confirmada em 03.12.2019	ABNT/CB-040 Acessibilidade	74,70	Esta parte da NBR 14970 fixa os requisitos que garantem a acessibilidade no processo de dirigibilidade de veículos automotores para condutores	Veículos rodoviários, Acessibilidade, Ergonomia, Pessoa portadora de deficiência,

							com mobilidade reduzida (c.m.r.).	Deficiente físico, Atendimento prioritário
<b>20</b>	ABNT NBR 14970-2:2003	30/07/2003	Acessibilidade em veículos automotores	Confirmada em 03.12.2019.	ABNT/CB-040 Acessibilidade	74,70	Esta parte da ABNT NBR 14970 fornece diretrizes para avaliações clínicas em condutores com mobilidade reduzida candidatos à obtenção da permissão para dirigir ou da renovação da Carteira Nacional de Habilitação, a serem realizadas por médicos peritos examinadores, conforme Resolução 80/1998 CONTRAN.	Acessibilidade, Pessoa portadora de deficiência física, Veículo adaptado, Exame médico de aptidão, Atendimento prioritário
<b>21</b>	ABNT NBR 14970-3:2003	30/07/2003	Acessibilidade em veículos automotores	Confirmada em 03.12.2019.	ABNT/CB-040 Acessibilidade	57,60	Esta parte da ABNT NBR 14970 fornece as diretrizes para os examinadores de prova prática terem condições de avaliar o processo de dirigibilidade do condutor com mobilidade reduzida (c.m.r.) em veículos automotores apropriado.	Acessibilidade, Pessoa portadora de deficiência física, Veículo adaptado, Exame médico de aptidão, Atendimento prioritário
<b>22</b>	ABNT NBR 14273:1999	30/01/1999	Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial	Confirmada em 27.01.2022	ABNT/CB-040 Acessibilidade	57,60	Esta Norma estabelece os padrões e critérios que visam propiciar às pessoas portadores de deficiência condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma ao espaço aeroportuário e às aeronaves das empresas de transportes aéreo público regular, regional e suplementar.	Acessibilidade, Aeroporto, Pessoa portadora de deficiência, Atendimento prioritário

23	ABNT ISO/TS 20282-2:2016	13/12/2016	Usabilidade de produtos de consumo e produtos para uso público	Confirmada em 03.02.2022	ABNT/CB-021 Tecnologias da Informação e Transformação Digital	410,10	Esta parte da ABNT ISO/TS 20282 especifica um método de teste somativo baseado no usuário para medir a usabilidade e/ou a acessibilidade de produtos de consumo e produtos para uso público (incluindo produtos walk-up-and-use) para um ou mais grupos de usuários específicos.	Ergonomia, Usabilidade
24	ABNT NBR ISO 8317:2012	27/07/2012	Embalagens resistentes ao uso infantil — Requisitos e procedimentos de ensaio para embalagens reutilizáveis	não consta	ABNT/CB-051 Embalagem, Acondicionamento e Reciclagem de Plásticos	109,70	Esta Norma especifica as exigências e os métodos de ensaio para embalagens reutilizáveis designadas a serem resistentes à abertura por crianças. O critério de aceitação é dado à embalagem quando ensaiada por métodos específicos. Tais métodos não somente fornecem a capacidade de efetividade da embalagem de restringir o acesso de crianças, mas também dificultam a acessibilidade ao conteúdo pelos adultos.	Segurança, Criança, Embrulho, Proteção contra criança
25	ABNT NBR IEC 61032:2007	19/03/2007	Proteção de pessoas e equipamentos por meios de invólucros - Calibradores de ensaio para verificação	Confirmada em 22.02.2022	ABNT/CB-003 Eletricidade	248,70	O Objetivo desta Norma é reunir em uma única publicação os calibradores objetos e os calibradores de acessibilidade atualmente especificados em outras normas, bem como todo novo calibrador necessário	Ensaio, Invólucro, proteção de pessoa e equipamento, Calibrador
26	ABNT NBR ISO 8925:2004	30/04/2004	Máquinas rodoviárias - Orifícios de diagnóstico	Confirmada em 12.09.2017	ABNT/CB-048 Máquinas Rodoviárias	45,90	Esta Norma define as dimensões, tipos e acessibilidade de orifícios de diagnóstico para uso na	Equipamento de máquina rodoviária,

							mediação da vazão, pressão e temperatura de fluidos, e na obtenção de amostras de fluidos. Esta Norma também estabelece os requisitos para acessibilidade ao orifício.	Sistema de fluido
<b>27</b>	ABNT NBR 12255:1990	30/12/1990	Execução e utilização de passeios públicos - Procedimento	Confirmada em 16.11.2023	ABNT/CB-002 Construção Civil	57,60	Esta Norma fixa as condições exigíveis para a execução e a utilização dos passeios (calçadas), bem como os padrões e as medidas que visam a propiciar às pessoas, sadias ou deficientes, melhores e mais adequadas condições de trânsito, acessibilidade e segurança, nestes logradouros públicos.	Passeios públicos
<b>28</b>	ABNT NBR ISO 7176-25:2024	21/02/2024	Cadeiras de rodas	não consta	ABNT/CB-026 Odonto-Médico-Hospitalar	216,50	Este Documento especifica requisitos e métodos de ensaio para baterias de chumbo-ácido e seus carregadores, destinados ao uso com cadeiras de rodas motorizadas e scooters. Requisitos para carregadores são aplicáveis aos carregadores com uma tensão de entrada declarada que não seja maior que 250 V C.A. e com uma tensão de saída nominal que não seja maior que 36 V.	Acessibilidade, Cadeira de rodas

29	ABNT NBR 15570:2020 Emenda 1:2021	30/07/2021	Fabricação de veículos acessíveis de categoria M3 com características urbanas para transporte coletivo de passageiros - Especificações técnicas	Esta Emenda 1, de 30.07.2021, em conjunto com a ABNT NBR 15570:2020, equivale à ABNT NBR 15570:2021.	ABNT/CEE-064 Fabricação de Veículo Acessível	Acesso gratuito	não consta	Acessibilidade, Transporte, Veículo, Acessível, Pessoa com mobilidade reduzida, Cadeira de rodas
30	ABNT NBR 15570:2021	30/07/2021	Fabricação de veículos acessíveis de categoria M3 com características urbanas para transporte coletivo de passageiros — Especificações técnicas	A ABNT NBR 15570:2021 equivale ao conjunto ABNT NBR 15570:2020 e Emenda 1, de 30.07.2021, que cancela e substitui a ABNT NBR 15570:2020.	ABNT/CEE-064 Fabricação de Veículo Acessível	302,60	Esta Norma estabelece as especificações técnicas mínimas para as características construtivas e os equipamentos auxiliares aplicáveis na fabricação dos veículos acessíveis de categoria M3 com características urbanas, para transporte coletivo de passageiros.	Acessibilidade, Ônibus, Transporte
	ABNT ISO/TS 16840-11:2021	16/07/2021	<i>Seating</i> em cadeira de rodas	não consta	ABNT/CB-026 Odonto-Médico-Hospitalar	92,20	Esta Parte da ABNT NBR ISO 16840 especifica um método para determinação das características de dissipação a partir da exposição simulada à transpiração em almofadas de assentos de cadeira de rodas.	Acessibilidade
31	ABNT ISO/TR 13570-1:2021	27/05/2021	Cadeiras de rodas	não consta	ABNT/CB-026 Odonto-Médico-Hospitalar	484,20	O objetivo desta Parte do ABNT ISO/TR 13570 é explicar como podem ser usadas as Normas para selecionar sua próxima cadeira de rodas. As normas em si são muito técnicas e, à primeira vista, talvez não se compreenda como esta informação pode ajudar a selecionar uma cadeira de rodas ou um scooter.	Acessibilidade

32	ABNT NBR ISO 16840-6:2021	28/04/2021	Seating em cadeira de rodas	não consta	ABNT/CB-026 Odonto-Médico-Hospitalar	317,9	Esta Parte da ABNT NBR ISO 16840 especifica a aparelhagem e os métodos de ensaio, e apresenta os requisitos para gerar efeitos de envelhecimento em uma almofada de assento que reproduza aqueles observados em uso. Ela também oferece métodos para determinar mudanças nas propriedades física e mecânica de almofadas do assento, com base em seu envelhecimento e uso. Esta Parte da ABNT NBR ISO 16840 oferece um conjunto de ensaios que simulam desgaste, os quais podem ser úteis para validar pedidos de garantia e para fornecer informações sobre o produto, vida útil e limitações de desempenho associadas ao uso do produto.	Acessibilidade
33	ABNT NBR ISO 7176-30:2020	26/11/2020	Cadeiras de rodas	não consta	ABNT/CB-026 Odonto-Médico-Hospitalar	248,70	Este Documento especifica os requisitos e métodos de ensaio para determinação da segurança e do desempenho de uma cadeira de rodas manual e/ou motorizada que incorpore tecnologia para alterar a postura do ocupante da cadeira de rodas, que é operada manual ou eletricamente pelo ocupante ou pelo assistente durante o uso normal da cadeira de rodas.	Acessibilidade, Cadeira de rodas

34	ABNT NBR ISO 7176-21:2019	31/05/2019	Cadeiras de rodas	não consta	ABNT/CB-026 Odonto-Médico-Hospitalar	248,70	Esta Parte da ABNT NBR ISO 7176 especifica os requisitos e métodos de ensaio para emissões eletromagnéticas e para imunidade eletromagnética de cadeiras de rodas motorizadas e scooters com velocidade máxima não superior a 15 km/h, destinados ao uso interno e/ou externo por pessoas com deficiências. É também aplicável a cadeiras de rodas manuais com kit adicional de bateria. Não é aplicável aos veículos projetados para transportar mais de uma pessoa.	Acessibilidade, Cadeira motorizada
35	ABNT NBR ISO 7176-5:2015	18/11/2015	Cadeira de rodas	Confirmada em 01.08.2016	ABNT/CB-026 Odonto-Médico-Hospitalar	551,10	Esta Parte da ABNT NBR ISO 7176 especifica os métodos para determinação de dimensões e massa de cadeira de rodas.	Acessibilidade, Pessoa com mobilidade reduzida, Cadeira de rodas, Cadeira motorizada
36	ABNT NBR ISO 7176-4:2015	27/05/2015	Cadeira de rodas	Confirmada em 26.11.2018	ABNT/CB-026 Odonto-Médico-Hospitalar	152,10	Esta Parte da ABNT NBR ISO 7176 especifica métodos para determinar a autonomia teórica de distância de cadeiras de rodas motorizadas, incluindo scooters, usando medições do consumo de energia durante a condução e a capacidade nominal de energia do conjunto de baterias da cadeira de rodas.	Acessibilidade, Cadeira de rodas, Pessoa portadora de deficiência física, Cadeira motorizada

37	ABNTNBR ISO/IEC/IEEE 29119-1:2014	04/06/2014	Engenharia de software e sistemas — Teste de software	não consta	ABNT/CB-021 Tecnologias da Informação e Transformação Digital	266,10	Esta parte da ABNT NBR ISO/IEC/IEEE 29119 especifica definições e conceitos sobre teste de software. Ela fornece definições de termos de teste e discussão de conceitos-chave para a compreensão da série de normas de teste de software ISO/IEC/IEEE 29119.	Acessibilidade, Engenharia de sistemas, Análise de produtividade de sistema
38	ABNT NBR 15208:2011	08/08/2011	Aeroportos — Veículo autopropelido para embarque/desembarque de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida — Requisitos	Confirmada em 28.03.2024	ABNT/CB-008 Aeronáutica e Espaço	57,60	Esta Norma estabelece os requisitos mínimos de projeto de um veículo autopropelido (ambulift), para embarque e desembarque de passageiros incapacitados em aeronaves nos aeroportos.	Acessibilidade, Veículo, Aeroporto, Portador de deficiência
39	ABNT NBR ISO 7176-7:2009	29/04/2009	Cadeira de Rodas	Confirmada em 05.02.2014.	ABNT/CB-026 Odonto-Médico-Hospitalar	373,30	Esta parte da ABNT NBR ISO 7176 especifica um método para medir as dimensões de assentos e rodas de cadeiras de rodas.	Acessibilidade, Determinação, Portador de deficiência, Dimensão, Cadeira de rodas, Assento, Medição dimensional, Rodas de veículos

**ANEXOS**

## **ANEXO A – Trecho da WCAG 2.2: princípio Perceptível – diretriz 1.1 Alternativas em Texto e diretriz 1.2 Mídias com base em tempo**

### **1. Perceptível**

As informações e os componentes da interface do usuário devem ser apresentados em formas que possam ser percebidas pelo usuário.

#### **Diretriz 1.1 Alternativas em Texto**

Fornecer alternativas textuais para qualquer conteúdo não textual, para que possa ser transformado em outras formas de acordo com as necessidades dos usuários, tais como impressão com tamanho de fontes maiores, braille, fala, símbolos ou linguagem mais simples.

#### **Critério de Sucesso 1.1.1 Conteúdo Não Textual**

(Nível A)

Todo o conteúdo não textual que é exibido ao usuário tem uma alternativa textual que serve a um propósito equivalente, exceto para as situações indicadas abaixo.

##### **Controles, Entrada**

Se o conteúdo não textual for um controle ou aceitar a entrada de dados por parte do usuário, então esse conteúdo não textual possui um nome que descreve a sua finalidade. (Consultar o Critério de Sucesso 4.1.2 para requisitos adicionais de controles e conteúdo que aceitam entrada de dados por parte do usuário)

##### **Mídias com base no tempo**

Se o conteúdo não textual consiste em mídia baseada em tempo, então as alternativas textuais fornecem, no mínimo, uma identificação descritiva do conteúdo não textual (Consulte a Diretriz 1.2 para obter os requisitos adicionais para mídia).

##### **Teste**

Se o conteúdo não textual for um teste ou um exercício, que ficaria inválido se fosse apresentado em texto, então as alternativas textuais fornecem, no mínimo, uma identificação descritiva do conteúdo não textual.

##### **Sensorial**

Se a finalidade do conteúdo não textual for, essencialmente, criar uma experiência sensorial específica, então as alternativas textuais fornecem, no mínimo, uma identificação descritiva do conteúdo não textual.

##### **CAPTCHA**

Se a finalidade do conteúdo não textual for confirmar que o conteúdo está sendo acessado por uma pessoa e não por um computador, então devem ser fornecidas alternativas textuais que identificam e descrevem a finalidade do conteúdo não textual. Formas alternativas de CAPTCHA, que utilizam modos de saída para diferentes tipos de percepção sensorial, devem ser apresentadas para atender diferentes deficiências.

##### **Decoração, Formatação, Invisível**

Se o conteúdo não textual for meramente decorativo, se for utilizado apenas para formatação visual, ou se não for exibido aos usuários, então esse conteúdo não textual deve ser implementado de uma forma que possa ser ignorado pelas tecnologias assistivas.

## **Diretriz 1.2 Mídias com base em tempo**

Fornecer alternativas para mídias baseadas em tempo.

### **Critério de Sucesso 1.2.1 Apenas Áudio e Apenas Vídeo (Pré-gravado)**

(Nível A)

Para as mídias de apenas áudio |pré-gravados e mídias de vídeo (sem áudio) |pré-gravados as regras seguintes são verdadeiras, exceto quando o áudio ou o vídeo é uma mídia alternativa para o texto e está claramente identificado como tal:

#### **Apenas áudio pré-gravado**

É fornecida uma alternativa para mídia com base em tempo que apresenta informação equivalente para o conteúdo composto por apenas áudio pré-gravado.

#### **Apenas vídeo pré-gravado**

É fornecida uma alternativa em mídia com base em tempo ou uma faixa de áudio que apresenta informação equivalente para o conteúdo apenas de vídeo pré-gravado.

### **Critério de Sucesso 1.2.2 Legendas (Pré-gravadas)**

(Nível A)

São fornecidas legendas descritivas para todo conteúdo de áudio pré-gravado em mídia sincronizada, exceto quando a mídia for uma alternativa para texto e for claramente identificada como tal.

### **Critério de Sucesso 1.2.3 Audiodescrição ou Mídia Alternativa (Pré-gravada)**

(Nível A)

Uma alternativa para mídia com base em tempo ou uma audiodescrição do conteúdo em vídeo pré-gravado é fornecida para mídia sincronizada, exceto quando a mídia é uma alternativa ao texto e for claramente identificada como tal.

### **Critério de Sucesso 1.2.4 Legendas (Ao Vivo)**

(Nível AA)

São fornecidas legendas descritivas para todo o conteúdo do áudio ao vivo em mídia sincronizada.

### **Critério de Sucesso 1.2.5 Audiodescrição (Pré-gravada)**

(Nível AA)

É fornecida audiodescrição para todo o conteúdo de vídeo pré-gravado em mídia sincronizada.

### **Critério de Sucesso 1.2.6 Língua de sinais (Pré-gravada)**

(Nível AAA)

É fornecida interpretação em língua de sinais para todo o conteúdo de áudio pré-gravado em mídia sincronizada.

**Critério de Sucesso 1.2.7 Audiodescrição Estendida (Pré-gravada)**

(Nível AAA)

Quando as pausas no áudio de primeiro plano forem insuficientes para permitir que as audiodescrições transmitam o sentido do vídeo, é fornecida uma audiodescrição estendida para todo o vídeo pré-gravado no conteúdo em mídia sincronizada.

**Critério de Sucesso 1.2.8 Mídia Alternativa (Pré-gravada)**

(Nível AAA)

É fornecida uma alternativa para mídia com base em tempo para todo o conteúdo em mídia sincronizada pré-gravada e em mídia de vídeo pré-gravado.

**Critério de Sucesso 1.2.9 Apenas Áudio (Ao Vivo)**

(Nível AAA)

É fornecida uma alternativa para mídia com base em tempo que apresenta informações equivalentes para conteúdo apenas de áudio ao vivo.

**ANEXO B – Trecho da WCAG 2.2: itens de glossário relevantes para a compreensão das diretrizes 1.1 (Alternativas em Texto) e 1.2 (Mídias com base em tempo)**

***alternativa textual***

Texto que está associado por meio de código de programação a conteúdo não textual referido a partir de texto associado por meio de código de programação a conteúdo não textual. O texto associado por meio de código de programação é aquele cuja localização pode ser determinada programaticamente a partir do conteúdo não textual.

Exemplo:

Uma imagem de um gráfico é descrita em texto no parágrafo após o gráfico. A alternativa em texto abreviado para o gráfico indica que uma descrição é apresentada em seguida.

***alternativa para mídia com base em tempo***

documento que inclui descrições em texto, corretamente sequenciadas, de informações visuais e auditivas baseadas em tempo, e que fornece um meio para atingir os resultados de qualquer interação baseada no tempo

NOTA

Uma apresentação utilizada para criar conteúdo de mídia sincronizada somente cumpre esta definição se tiver sido corrigida para representar, de forma precisa, a mídia sincronizada final após a edição.

***apenas áudio***

uma apresentação baseada em tempo que contém apenas áudio (sem vídeo e sem interação)

***apenas vídeo***

uma apresentação baseada em tempo que contém apenas vídeo (sem áudio e sem interação)

***arte ASCII***

imagem criada por uma disposição espacial de caracteres ou glifos (normalmente, a partir dos 95 caracteres imprimíveis definidos pelo ASCII).

***áudio***

a tecnologia de reprodução de som

NOTA

O áudio pode ser criado sinteticamente (incluindo a síntese de fala), gravado a partir de sons reais, ou ambos.

***audiodescrição***

narração adicionada à trilha sonora para descrever detalhes visuais importantes que não podem ser compreendidos a partir apenas da trilha sonora principal

NOTA 1

A audiodescrição de vídeo fornece informações sobre ações, personagens, mudanças de cenário, textos na tela e outro conteúdo visual.

NOTA 2

Na audiodescrição padrão, a narração é adicionada durante as pausas existentes no diálogo. (Consulte também a audiodescrição estendida.)

**NOTA 3**

Se todas as informações sobre o vídeo já estão disponíveis no áudio, não é necessária qualquer audiodescrição adicional.

**NOTA 4**

Também designada por "vídeo-descrição" e "narrativa descritiva".

***audiodescrição estendida***

audiodescrição que é adicionada a uma apresentação audiovisual através da pausa no vídeo, dessa forma há tempo para adicionar a descrição estendida

**NOTA**

Esta técnica só é utilizada se o sentido do vídeo se perder sem a audiodescrição e as pausas entre o diálogo/narração forem curtas demais.

***evento em tempo real***

evento que a) ocorre ao mesmo tempo em que é visto e b) não é totalmente gerado pelo conteúdo

Exemplo

1:

Uma Webcast de uma apresentação ao vivo (ocorre ao mesmo tempo em que é vista e não é pré-gravada).

Exemplo

2:

Um leilão online com pessoas dando lances. (ocorre ao mesmo tempo em que é visto).

Exemplo

3:

Indivíduos que interagem em um mundo virtual utilizando avatares (não é totalmente gerado pelo conteúdo e ocorre ao mesmo tempo em que é visto).

***imagem de texto***

texto que foi convertido para um formato não textual (por exemplo, uma imagem) para se obter um determinado efeito visual

**NOTA**

Isto não inclui texto pertencente a uma imagem que contenha outro conteúdo visual importante.

Exemplo:

O nome de uma pessoa em um crachá em uma fotografia.

***legendas descritivas***

sincronização visual e/ou alternativa em texto para informação de áudio, com ou sem fala, necessárias para compreender o conteúdo em mídia.

**NOTA 1**

Estas legendas são semelhantes às legendas só de diálogo, exceto as que transmitem não só o conteúdo do diálogo falado, como também equivalentes à informação de áudio sem diálogo, necessários para compreender o conteúdo do programa, incluindo efeitos sonoros, música, risos, localização e identificação do interlocutor.

**NOTA 2**

As legendas ocultas são equivalentes que podem ser ativadas e desativadas em alguns leitores multimídia.

**NOTA 3**

As legendas abertas são legendas que não podem ser desativadas. Por exemplo, se as legendas forem imagens de texto equivalentes à parte visual, incorporadas no vídeo.

**NOTA 4**

As legendas não devem ocultar nem obstruir informações relevantes do vídeo.

NOTA 5

Em alguns países, as legendas de diálogo e de áudio (legendas descritivas) e as legendas só de diálogo designam-se ambas por "legendas".

NOTA 6

As audiodescrições podem ser legendadas, mas não obrigatoriamente, uma vez que são descrições de informações que já se encontram presentes visualmente.

### ***meramente decorativo***

que serve apenas um objetivo estético, não fornecendo informação e sem qualquer funcionalidade

NOTA

O texto é meramente decorativo se as palavras puderem ser reorganizadas ou substituídas sem alterar a sua finalidade.

Exemplo:

A capa de um dicionário com palavras aleatórias pouco proeminentes em plano de fundo.

### ***mídia alternativa para texto***

mídia que não apresenta mais informação do que a que já se encontra presente em texto (diretamente ou por meio de textos alternativos)

NOTA

É fornecida uma alternativa em mídia para texto aos que se beneficiam de representações alternativas de texto. As alternativas em mídia para texto podem ser compostas por apenas áudio, apenas vídeo (incluindo vídeo em língua de sinais) ou por áudio e vídeo.

### ***mídia sincronizada***

áudio ou vídeo sincronizados com outro formato para apresentação de informações e/ou com componentes interativos baseados em tempo, a menos que a mídia seja uma mídia alternativa para texto que esteja claramente identificada como tal

### ***vídeo***

a tecnologia de imagens ou fotos em movimento ou em sequência.

Nota

O vídeo pode ser composto por desenhos ou fotografias animadas, ou ambas.

## ANEXO C – Resumos e palavras-chave referentes às 42 publicações selecionadas para análise

### Publicação 1

**Título:** Consultoria em informação e documentação: perspectivas de formação no Estado

**Resumo:** Dentre as várias transformações ocorridas na sociedade em decorrência da maior **acessibilidade às tecnologias da informação** e a globalização das economias, encontra-se a mudança na **forma de atuação dos profissionais** atualmente no mercado. Os postos a serem ocupados exigem grande qualificação técnico-profissional e postura exemplar, que destaca a ética e a responsabilidade. Além do fator maior exigência de eficiência e eficácia de seus empregados, as empresas têm adotado políticas de 'downsizing', ou seja, de enxugamento dos quadros de funcionários e terceirização dos serviços, antes realizados por empregados, para profissionais autônomos, empresas prestadoras de serviços e consultorias. Este mesmo cenário tem se repetido dentro da área de atuação da **Biblioteconomia**, sendo que no Estado de São Paulo, de acordo com lista fornecida pelo CRB8, encontram-se cadastradas 22 empresas na área. A pesquisa ora apresentada tem por **objetivo geral: identificar e analisar as características comuns dos profissionais da área de Biblioteconomia e de outras áreas (no caso da pesquisa foram entrevistados profissionais com formação em Arquivologia, Museologia e Química) que prestam seus serviços de informação e documentação no Estado de São Paulo.** Tais características serão comparadas com as de profissionais bibliotecários que atuam na instituição biblioteca. Como objetivos específicos: levantar a natureza da atividade autônoma na área de Biblioteconomia., identificar profissionais da informação que atuam como autônomos no Estado de São Paulo., analisar a formação acadêmica e profissional., analisar as experiências, vivências que auxiliaram em sua formação., identificar o conhecimento/ habilidade de acordo com os mesmos., identificar produtos e serviços desenvolvidos por esses profissionais., identificar sua auto denominação., identificar as dificuldades que estes profissionais sentem em termos de conteúdos e conhecimentos., comparar a formação acadêmica, as experiências e os conhecimentos e habilidades com os conteúdos programáticos de 2 escolas de formação de profissionais da informação (1 tradicional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo e 1 com outra denominação)., propor tópicos, áreas e atividades teóricas relevantes para a formação de um profissional autônomo da área de Biblioteconomia. O método utilizado foi o de questionário e entrevistas do tipo história de vida, na qual o entrevistado relata suas experiências, no caso, profissionais, de uma forma livre. Os resultados obtidos até o momento demonstram que a atividade autônoma em São Paulo, apesar de já existirem vários profissionais atuantes, ainda encontra-se desorganizada existindo apenas uma lista incompleta de empresas cadastradas no CRB8. Os profissionais freelances e consultores em tempo parcial também não estão cadastrados. Os dados colhidos indicam ainda a necessidade de uma postura mais profissional, que pode ser compreendida como o de uma pessoa comprometida com o trabalho, os resultados advindos dele e principalmente, com o seu cliente. Características como empreendedorismo, agressividade, segurança (auto-estima), confiabilidade (ética), comunicabilidade (clareza) e flexibilidade são imprescindíveis, bem como domínio de conhecimento administrativo para gerir o negócio, das tecnologias da informação e conhecimento teórico-prático de sua área de prestação de serviço. O marketing dos serviços deste profissional é realizado pelos próprios

clientes através da recomendação deste para outros potenciais clientes. Os demais tópicos dos objetivos ainda estão em análise.

**Palavras-chave:** não consta

## Publicação 2

**Título:** Integração e interoperabilidade no acesso a recursos informacionais eletrônicos em C&T: a proposta da Biblioteca Digital Brasileira

**Resumo:** Descreve as opções tecnológicas e metodológicas para atingir a interoperabilidade no acesso a recursos informacionais eletrônicos, disponíveis na Internet, no âmbito do projeto da Biblioteca Digital Brasileira em Ciência e Tecnologia, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Destaca o impacto da Internet sobre as formas de publicação e comunicação em C&T e sobre os sistemas de informação e bibliotecas. São explicitados os objetivos do projeto da BDB de fomentar mecanismos de publicação pela comunidade brasileira de C&T, de textos completos diretamente na Internet, sob a forma teses, artigos de periódicos, trabalhos em congressos, literatura “cinzenta”, ampliando sua visibilidade e acessibilidade nacional e internacional, e também de possibilitar a interoperabilidade entre estes recursos informacionais brasileiros em C&T, heterogêneos e distribuídos, através de acesso unificado via um portal, sem a necessidade de o usuário navegar e consultar cada recurso individualmente.

**Palavras-chave:** Bibliotecas digitais; Publicações eletrônicas; Arquivos abertos; Interoperabilidade; Metadados; Padrões; Tecnologia da informação; Informação em ciência e tecnologia; Comunicação científica; Acesso à informação.

## Publicação 3

**Título:** Editorial

**Resumo:** Já em 1999 o Conselho Superior de Arquivos havia chamado a atenção para a necessidade de uma correcta gestão dos documentos da Administração Pública, tendo alertado que esta matéria «ultrapassa a comunidade arquivística, na medida em que nos próprios organismos produtores cresce a percepção da importância da sua informação orgânica enquanto recurso para a eficácia administrativa, ou na medida em que, apelando ao princípio da administração aberta, o cidadão requer o exercício do seu direito à informação, ou ainda na medida em que na própria comunidade científica cresce a apetência para o estudo de períodos cada vez mais recentes da nossa história». É exactamente desta dicotomia, que cabe a cada um de nós acentuar ou saber distinguir para podermos exercer, como cidadãos de uma sociedade democrática, «um papel de suporte à construção de uma Administração eficaz e empenhada», que nos fala uma das autoras deste número dos Cadernos BAD. Porque na evolução da arquivística «existe cada vez mais a necessidade de criar instrumentos normalizadores e orientadores de boas práticas, que permitam aos serviços de arquivo das Instituições gerir de forma racional a sua produção documental», apontam-se princípios e recomendações úteis para a sua implementação. Traçando um quadro da nova arquitectura da Administração Central do Estado e definindo a mais recente orientação das políticas públicas para os arquivos deste sector, outro dos autores interroga-se sobre a eficácia das políticas públicas, destacando a necessidade de obter dados mais sistemáticos e apontando para as dificuldades na sua implementação. A modernização da administração pública depende de uma célere disponibilidade da informação – aos serviços e ao cidadão – pelo que se impõe a gestão dos documentos administrativos de acordo com as

metodologias e os preceitos técnicos arquivísticos adequados, promovendo a sua **acessibilidade** e comunicabilidade de um modo consentâneo com as possibilidades que as actuais tecnologias oferecem, respeitando, contudo, os princípios éticos e o enquadramento legal que lhes assiste. A inovação será patente e com ela os riscos inerentes que terão de ser assumidos por todos os intervenientes. Alguns projectos ilustram já este saber-fazer que a comunidade arquivística nacional vai desenvolvendo. As vantagens inerentes à modernização são significativas: credibilidade, racionalização, eficiência administrativa, economia de tempo e de espaço, transparência, auto-conhecimento, respeito pelo direito à informação e pela legislação vigente. **O papel dos arquivos na construção da cidadania!** Verificando-se iniciativas de **solução de problemas comuns** pelo estabelecimento de políticas públicas para o sector, este número dos Cadernos BAD pretende chamar a atenção para a **problemática da política nacional de arquivos**. Há que garantir que os imperativos de modernização e de transparência administrativas sejam contemplados, ao mesmo tempo que o património documental de cada região seja preservado e acessível a todos os interessados, fortalecendo a identidade local, regional e nacional.

**Palavras-chave:** não consta

#### **Publicação 4**

**Título:** Baltic Media Environments: Integrated or Divided?

**Resumo:** Este artigo centra-se no papel que os ambientes dos média desempenham nos estados bálticos e o modo como promovem quer a **integração e a inclusão ou a divisão na sociedade**, ajudando ou mitigando a **integração social** e o desenvolvimento em geral. A questão no caso dos estados bálticos é se os media facilitam um debate sobre estes assuntos. A análise indicia que este assunto é premente à medida que estes três países, Estónia, Letónia e Lituânia, progredem nas áreas da democracia e da economia de mercado

**Palavras-chave:** Estados bálticos; Media; **Integração e inclusão social**

#### **Publicação 5**

**Título:** O usuário e o direito à informação

**Resumo:** Este trabalho busca analisar o comportamento dos profissionais de arquivo com relação ao direito de informação do usuário. Através deste, procurou-se ressaltar a relevância do **papel dos gestores da informação**, não só como guardiões dos acervos documentais, mas como **mediadores entre órgãos produtores de informação, os usuários e as tarefas que envolvem uma gestão documental eficiente**. A população escolhida para a realização da pesquisa foram os diretores dos Arquivos Públicos Estaduais da Região Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), onde, a partir de um questionário, foi verificado se o acesso aos documentos vem sendo assegurado, pois este consiste em um direito de todos os cidadãos. Foram apresentadas as limitações mais recorrentes nas instituições arquivísticas referente à **acessibilidade**, porém, o objetivo maior foi o de incansavelmente colocar os **profissionais da informação como defensores do acesso** aos conjuntos documentais e difusores dos tesouros informacionais custodiados nos arquivos.

**Palavras-chave:** Acesso; Usuário; Informação; Profissional de arquivo; Arquivo

#### **Publicação 6**

**Título:** Os primeiros arquivos eclesiásticos brasileiros (1551-1854): diagnóstico

**Resumo:** Pesquisa inédita de carácter descritivo-explicativo que se propõem **diagnosticar a situação atual dos fundos documentais arquivísticos das primeiras**

prelazias e dioceses brasileiras criadas entre os anos de 1551 e 1854. Trata-se de repositórios valiosíssimos para a memória nacional devido ao regime político da época que outorgava à Igreja Católica o monopólio quase exclusivo da produção e custódia de documentos de natureza arquivística. De fato, antes da promulgação do Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, a **gestão dos documentos arquivísticos no Brasil** esteve intimamente atrelada às injunções do Padroado, regime que garantia aos monarcas o direito de administrar assuntos religiosos, subordinando as necessidades da Igreja aos interesses da Coroa portuguesa. Em troca, o catolicismo ocupava o posto de religião oficial, vinculado à máquina do poder imperial. Em decorrência deste vínculo entre os poderes civil e religioso, diversos aspectos do governo civil mesclavam-se com os eclesiásticos, fazendo com que os registros documentais depositados nas dioceses criadas antes da extinção do Padroado se tornassem complemento importante às fontes de informação arquivística de origem civil. Os procedimentos metodológicos compreenderam um levantamento dos principais documentos emanados da Santa Sé, bem como daqueles provenientes de algumas entidades eclesiásticas européias. No que concerne à legislação, procedeu-se à análise dos cânones dos Códigos de Direito Canônico de 1917 e de 1983 que tratam de arquivos e assuntos correlatos. O universo da pesquisa constituiu-se de onze arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras que, atualmente, são todas as arquidioceses, exceto Goiás (GO), que é diocese. São elas: Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), Olinda (PE), São Luís (MA), Belém (PA), São Paulo (SP), Mariana (MG), Goiás (GO), Cuiabá (MT), Porto Alegre (RS), Diamantina (MG). O levantamento de dados foi realizado a partir da aplicação de questionário baseado na Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD(G), obtendo-se respostas de oito instituições. Serviu como parâmetro de análise e avaliação dos resultados o Relatório da Fundação Histórica Tavera (2002), a legislação canônica vigente, bem como alguns documentos da Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja e do Conselho Nacional de Arquivos. Para a recuperação da trajetória de constituição e dispersão dos fundos documentais da atual Diocese de Goiás (GO), além do levantamento de material bibliográfico específico e do envio de questionário às duas instituições que custodiam parte dos fundos originários, realizaram-se entrevistas, bem como visitas técnicas a estes dois arquivos. A partir das respostas obtidas elaboraram-se planilhas de análise, destacando os **aspectos apontados pela literatura especializada como basilares na gestão de um arquivo histórico**. São eles: Tipologias dos arquivos; Projetos e coordenação das atividades; Regulamento interno; Personalidade jurídica; Caráter associativo; Orçamento; Instalações físicas; Umidade e temperatura relativa; Medidas contra incêndio; Equipamentos de fotocópia; Catalogação; **Acessibilidade**; Instrumentos de pesquisa; Recursos humanos; Tecnologias da informação; Dispersão de fundos documentais. O resultado da pesquisa apontou que, em linhas gerais, **não há por parte da Igreja Católica no Brasil uma preocupação em se conservar** este bem simbólico, o que não acarreta unicamente uma perda somente para a própria instituição religiosa em questão, mas para toda a sociedade civil. É verdade que a infeliz situação detectada não é exclusiva dos arquivos eclesiásticos pesquisados. De fato, a questão dos arquivos eclesiásticos brasileiros deve ser analisada a partir da problemática de outras tipologias de arquivos do país. Entretanto, o agravante a respeito dos arquivos eclesiásticos analisados é que se trata de arquivos seculares, únicos, produtores e custodiadores de registros durante os quase quatro primeiros séculos de história nacional. Espera-se que a partir deste diagnóstico e das propostas levantadas às entidades civis e eclesiásticas

possam intervir junto a este patrimônio cultural para que o mesmo seja preservado para as futuras gerações.

**Palavras-chave:** Arquivos eclesiásticos brasileiros. Patrimônio cultural. Arquivística

### Publicação 7

**Título:** Inclusão digital e usuários com deficiência visual no DF: estudo de acessibilidade na sociedade da informação

**Resumo:** No mundo das tecnologias da informação e da comunicação - TIC, não é possível mais admitir a idéia de que as pessoas com deficiências devem ser consideradas, como em outros tempos, objetos das políticas de assistência social. Hoje, graças às mudanças tecnológicas verificadas nas últimas duas décadas, particularmente no que dizem respeito à crescente globalização da economia e das atividades humanas, as pessoas começam a ser vistas como seres humanos que devem exercer todo o espectro de direitos civis, políticos, sociais, culturais e econômicos. A presente investigação apresenta um estudo de usuários que são deficientes visuais e frequentam os ambientes digitais do Distrito Federal. O objetivo dessa pesquisa é identificar e analisar políticas que orientam programas de acessibilidade nesses ambientes que oferecem serviços de informação. O estudo tem a intenção de identificar como programas e políticas públicas de inclusão digital podem contribuir para redução da exclusão social para esse segmento. Procura-se centrar a questão da inclusão digital em conjunto com os principais fatores: a disponibilização da tecnologia e a abordagem educacional voltada para a atuação do educador/multiplicador capaz de preparar o indivíduo para apropriar-se das tecnologias da comunicação. Tem como foco ainda, pontuar as principais questões norteadoras desse debate principalmente no que diz respeito aos aspectos da inclusão e exclusão digital; a dimensão tecnológica; suas interfaces com o mundo globalizado em torno do papel da informação e do conhecimento nos dias de hoje, principalmente no que se refere à elevação da qualidade de vida e da dignidade da pessoa com deficiência visual, a partir da efetiva garantia de acesso à informação e à aprendizagem. Espera-se que os resultados desse estudo possam apontar para uma reflexão científica que converge para o campo da Ciência da Informação, onde a oposição entre inclusão e exclusão social possa ser mais bem observada para validar a eficácia dos programas e projetos de acessibilidade existentes. Os resultados obtidos revelaram que: os programas de inclusão digital para deficientes visuais no Distrito Federal vêm passando por um processo de desenvolvimento e enfrentam os desafios oriundos das transformações sócio culturais e se esforçam para incorporar o novo papel que lhes cabe na transferência de conhecimentos e informações para incluir esses usuários na sociedade da informação; as desigualdades sociais tem sido um fator determinante quanto ao uso e acesso dos meios de comunicação digital, dificultando a interatividade dos usuários com as novas tecnologias de informação. Conclui que há necessidade de estabelecer políticas públicas para fortalecer os mecanismos de acesso de informação digital para deficientes visuais e promover a inclusão social e digital como forma de diminuir as desigualdades e barreiras existentes.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; ambientes digitais; Ciência da informação; deficiência visual; Educação; exclusão social; inclusão digital; políticas públicas; sociedade da informação; tecnologia assistiva.

### Publicação 8

**Título:** Avaliação de periódicos científicos on-line na área do direito

**Resumo:** Avalia características qualitativas de práticas editoriais de **publicação eletrônica científicas on-line** na área do Direito. Identifica títulos de periódicos de instituições brasileiras que utilizam a **comunicação científica digital** e o uso de portais como recurso para a disseminação da produção científica em arquivo aberto, especificamente o SEER, adotando a política do livre acesso, em conformidade com as orientações do IBICT. Através da aplicação de protocolo e metodologia desenvolvidos a partir de modelos consagrados observa a normalização, as **características fundamentais de acessibilidade**, linguagem documental e navegabilidade dos sítios dos periódicos eletrônicos. Diagnostica problemas na recuperação da informação, falta de sistematização e padronização da linguagem, e na normalização dos dados editoriais. Apresenta considerações e recomendações para aprimorar a publicação eletrônica

**Palavras-chave:** Periódico científico eletrônico; Avaliação de periódico; Periódico jurídico

### **Publicação 9**

**Título:** Comunicações em eventos científicos: acesso e uso de informações publicadas em anais da área da ciência da informação

**Resumo:** O trabalho aborda o uso de comunicações científicas por estudantes concluintes de graduação em Biblioteconomia e Arquivologia da Universidade Federal da Bahia na elaboração de seus trabalhos acadêmicos, especialmente TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). A pesquisa teve como objetivo **identificar e analisar o acesso e uso de comunicações na área da Ciência da Informação por alunos de graduação**, verificando a utilização de informações publicadas nos anais dos diferentes eventos dessa área.. A abordagem metodológica se caracteriza por uma pesquisa do tipo quanti-quali. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário, constando de questões abertas e fechadas. Para complementar os dados, foi feita uma análise das monografias dos respectivos discentes, na tentativa de se encontrar evidências que confirmassem os dados levantados nos questionários. A população pesquisada totalizou 41 alunos concluintes do primeiro semestre de 2009, tomando como parâmetro as listas fornecidas pelos colegiados dos cursos. Desse quantitativo, foi retirada uma amostra selecionada pelo critério de **acessibilidade dos participantes**, sendo 12 discentes de Biblioteconomia e 12 discentes de Arquivologia. Os resultados demonstram que **os trabalhos apresentados em eventos são pouco utilizados pelos estudantes dos cursos investigados**, ainda que eles possuam conhecimento acerca da existência desse tipo fonte e tenham uma participação efetiva nos eventos realizados pela área, inclusive como apresentadores de trabalhos.

**Palavras-chave:** Produção do conhecimento; Comunicações científicas; Fontes de informação; Uso de informação

### **Publicação 10**

**Título:** Banco de dados dos trabalhos de conclusão do curso de biblioteconomia da ufpe: preservação e acessibilidade

**Resumo:** O presente trabalho buscou apresentar a importância da **ampliação da democratização do acesso à informação e a preservação da memória departamental** através da divulgação do conhecimento gerado pelos discentes do curso de biblioteconomia do departamento de ciência da informação da universidade federal de pernambuco, por meio da **digitalização**, organização e disseminação do trabalho de conclusão do curso de graduação. objetivou-se **construir um banco de dados** dos trabalhos para servir de fonte de pesquisa, resgatando e preservando a memória do

departamento. os procedimentos metodológicos utilizados foram a digitalização dos documentos utilizando-se de técnicas de digitalização como resolução, compressão, tamanho do arquivo, cores, e mídias de gravação; tratamento das imagens através do software de edição de imagens adobe photoshop cs2; indexação dos trabalhos utilizando o padrão de metadados dublin core e alimentação dos dados utilizando-se o clio, software livre desenvolvido pelo laboratório de tecnologia do conhecimento (liber) para gestão de acervos, de uso público e gratuito. o acervo desenvolvido está estimado em aproximadamente 420 trabalhos de conclusão de curso entre os anos de 1990-2010, possuindo pesquisas que abrangem os mais diversos assuntos na área de ciência da informação. pretende-se com esta iniciativa **incentivar projetos replicáveis e comunidades de prática que desenvolvam pesquisas na área da democratização da informação, colaborando para a preservação da memória e ampliação do acesso à informação por meio da web.**

**Palavras-chave:** Democratização da informação. Acessibilidade. Preservação. Trabalhos de conclusão de curso – Biblioteconomia – UFPE. Memória e Informação – UFPE

### **Publicação 11**

**Título:** Memória e arquivos literários: a escrita de si como registro intimista

**Resumo:** A pesquisa objetiva **construir a trajetória de José Simeão Leal, sua história e contribuição com a cultura brasileira**, tomando como arcabouço teórico-metodológico os fundamentos das “práticas de si”, de **legitimação, de documentação, de permanência, de acessibilidade, de irrupções momentâneas**, cristalizadas num gesto de leitura e escrita. Busca-se revelar a “escrita de si”, estabelecendo uma rede de significados, de descobertas e a construção de sua autobiografia, fundamentada em seu arquivo privado pessoal. O exame de todo esse acervo permite afirmar que José Simeão Leal desenvolveu um trabalho decisivo para a história e a cultura brasileira e, nesse ato, imprimiu a autoimagem de intelectual, reescrita neste estudo na forma de um ensaio biográfico, que se estrutura como escrita de si, do ethos, ou seja, um recurso de recuperação de informações memorialísticas.

**Palavras-chave:** Escrita de si. Informação memorialística. José Simeão Leal. Trajetória autobiográfica.

### **Publicação 12**

**Título:** Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade

**Resumo:** Este artigo objetiva **discutir a questão da acessibilidade no âmbito dos estudos de uso da informação arquivística**. Apontando os arquivos como importantes unidades de informação e o papel da arquivologia na contemporaneidade, aborda a concepção dos estudos híbridos de uso da informação no contexto arquivístico a partir da definição dos estudos de usuários. Neste contexto, **discute a acessibilidade quanto à informação em unidades de informação arquivística por meio do direito à informação; do acesso físico; do acesso às tecnologias da informação e comunicação; e do acesso intelectual**. Destaca a iniciativa de **arquivos acessíveis na internet**. Conclui com a proposta de promoção dos estudos híbridos de uso da informação voltados à questão da **inclusão e da acessibilidade**, ampliando a abordagem “arquivos direcionados para os usuários”, tratando o acesso à informação arquivística a partir do seu direito instituído.

**Palavras-chave:** Arquivologia. Informação arquivística. Arquivo. Estudos de usuários. Usabilidade. Acessibilidade

### Publicação 13

**Título:** Preservação de documentos arquivísticos digitais

**Resumo:** A preservação digital é um dos grandes problemas que precisam ser enfrentados pelos profissionais da informação. Não há dúvida que muitos registros documentais importantes se perderam, e muitos ainda se perderão enquanto as instituições estiverem aprendendo a implementar políticas e práticas de preservação que contemplem a transição da documentação em papel para a documentação digital. Felizmente, na atualidade, diversos estudos nacionais e internacionais sobre gestão e preservação de documentos digitais têm divulgado suas conclusões, oferecendo orientações mais claras aos profissionais que, por força de suas atribuições, lidam com a necessidade de gerenciar e preservar adequadamente documentos digitais como registro das ações realizadas pelas instituições às quais estão vinculados. Esses documentos arquivísticos possuem “características” específicas que os profissionais devem proteger no mundo digital, quais sejam: fixidez, organicidade, naturalidade, unicidade, autenticidade e imparcialidade. Este artigo discute os aspectos a serem observados para que a preservação digital contemple essas características no sentido de garantir, além da acessibilidade, a confiabilidade dos documentos arquivísticos digitais pelo tempo que se fizer necessário.

**Palavras-chave:** Arquivologia; Arquivística; Documento arquivístico digital; Preservação digital

### Publicação 14

**Título:** Ensino de tecnologias de informação e comunicação: um diagnóstico nos cursos de graduação em biblioteconomia, arquivologia e museologia do Brasil

**Resumo:** Este trabalho busca compreender como as disciplinas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) estão contempladas nos currículos dos cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia do Brasil. Estabelece como objetivo geral de pesquisa: investigar e diagnosticar o ensino de TIC nos cursos brasileiros de graduação em Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, a partir de seus projetos pedagógicos, grades curriculares e ementas das disciplinas. Do ponto de vista metodológico, o estudo ancora-se numa abordagem quantitativa e qualitativa, com base teórico-metodológica nos Estudos Culturais. Quanto à fonte de dados é bibliográfica e documental, visto que utilizou as fontes primárias, secundárias e terciárias no processo de pesquisa, e recorreu a documentos oficiais dos cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia como os projetos pedagógicos e resoluções que orientam o ensino destes cursos no Brasil. Foram analisadas, considerando apenas as disciplinas de TIC, 99 ementas de cursos de Biblioteconomia, 32 ementas dos cursos de Arquivologia e 16 ementas em Museologia. Os resultados foram obtidos a partir da técnica de análise de conteúdo e demonstram através de nuvens de tags que categorias como informática básica, redes de computadores e bases/bancos de dados são as temáticas mais abordadas nas ementas. As categorias menos abordadas são acessibilidade, usabilidade, web semântica, estudos de usuário, arquitetura da informação, metadados e interoperabilidade.

**Palavras-chave:** Tecnologia de informação e comunicação; Curso de graduação; Disciplinas; Ementas

### Publicação 15

**Título:** A recuperação da informação no acervo CURT LANGE- UFMG: ensaio para levantamento de dados

**Resumo:** O presente trabalho versa sobre a acessibilidade documental em acervos musicais brasileiros, centrando-se no caso do acervo Curt Lange- UFMG (acl-ufmg), com base em um levantamento de dados realizado no acervo em 2013 com relação aos documentos da Irmandade de Santa Cecília. Constata-se que a ausência de organicidade da documentação resguardada pelo acervo, as limitações técnicas e tecnológicas ocasionadas pela utilização da atual base de dados, bem como as limitações causadas pelos softwares utilizados para fazer o controle documental, dificultam a pesquisa por documentos específicos e influenciam no processo de recuperação da informação. O levantamento documental realizado no acl-ufmg demonstrou que a acessibilidade documental interfere no desenvolvimento da pesquisa, uma vez que o conhecimento da existência de documentos e o acesso a eles são fatores determinantes para a consulta e referência dos mesmos em trabalhos científicos. Pretende-se, portanto, através desse trabalho, destacar as vantagens de se implementar novos projetos no acl-ufmg voltados para a descrição detalhada de todo o seu conteúdo documental, a indexação dessas informações em uma base de dados automatizada e a disseminação dessas informações em meio digital (sempre que possível) como forma de tornar esses documentos acessíveis ao consulente, otimizando assim a atividade de pesquisa no acervo.

**Palavras-chave:** Arquivologia Musical. Acervo Curt Lange UFMG. Recuperação da Informação. Irmandade de Santa Cecília. Catalogação Musical

#### **Publicação 16**

**Título:** Aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação na gestão pública: uma discussão teórica acerca dos desafios e perspectivas para a arquivística moderna

**Resumo:** Com o advento da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5., no inciso II do § 3.º do art. 37 e no § 2.º do art. 216 da Constituição Federal, a Administração Pública deve disponibilizar ao cidadão comum toda e qualquer informação que não seja restrita por lei. Após o surgimento dessa lei, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), as demandas de acesso à informação tiveram maior visibilidade pelos usuários, tornando-os mais exigentes em suas solicitações, conseqüentemente, cobrando do serviço público um atendimento mais completo e de acordo com a legislação, que, por outro lado, teve que aprimorar a qualidade dos seus serviços, atendendo aos preceitos legais, garantindo direitos fundamentais aos cidadãos, de modo a viabilizar o acesso e acessibilidade às informações públicas com maior transparência e rapidez. Assim, reflete acerca da aplicabilidade dessa lei no âmbito da gestão pública, demonstrando os desafios e perspectivas para o arquivista. Através de pesquisa bibliográfica, discute a relação existente entre informação e cidadania; contextualiza o surgimento e propostas da LAI; e, apresenta a interferência do arquivista na aplicabilidade dessa lei. Conclui-se que a LAI apresenta propostas efetivas, haja vista transparecer as ações do Estado, viabilizando, os princípios que regem a cidadania e o Estado Democrático. No entanto, para que essa lei atinja seus objetivos, é preciso que haja participação do arquivista no gerenciamento e na disponibilização informacional, visando o efetivo acesso e uso por parte dos cidadãos.

**Palavras-chave:** Cidadania; Informação; Administração pública; Acesso à informação; Arquivista

#### **Publicação 17**

**Título:** Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional

**Resumo:** O estudo trata da difusão em arquivos, abordando a característica de difusão como um ponto de ligação interdisciplinar entre os estudos de informação. Apresenta o conceito de difusão, sua aplicabilidade e a perspectiva no paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista e no paradigma pós-custodial, informacional e científico. Tendo em conta como objeto de estudo a informação orgânica no contexto dos arquivos, lançamos a seguinte problemática: como pode ser ampliada à difusão da informação orgânica contida nos arquivos, levando em consideração as transformações na sociedade da informação e, conseqüentemente, do profissional da informação? Tem como objetivo **contribuir para o estudo da difusão da informação orgânica contida nos arquivos a partir de uma abordagem interdisciplinar**. A metodologia baseou-se em revisão bibliográfica na temática de difusão e sua relação com diversas disciplinas, principalmente com a Arquivologia e a Ciência da Informação. Conclui com um **conjunto de estratégias que abrange a acessibilidade**, transparência, marketing aplicado a unidades de informação, mediação, literacia informacional, estudo de usuários e comportamento informacional.

**Palavras-chave:** Difusão em arquivos. Arquivologia. Ciência da informação. Estratégias de difusão. Paradigmas da informação.

### Publicação 18

**Título:** Preservação da informação em instituições da administração pública brasileira

**Resumo:** A evolução tecnológica, a deterioração do papel e a obsolescência das mídias digitais são questões de reflexão que permeiam o **ambiente profissional de bibliotecários e arquivistas**. Bibliotecas e arquivos escolhem alternativas que garantam a **acessibilidade às informações dos documentos**; os acervos implantam programas de preservação dos suportes e conteúdos através de medidas preventivas e migração de mídias para retardar a deterioração ou perda documental. Assim, o presente trabalho **analisa como se dá a gestão para preservação**, sendo possível observar questões relacionadas à **preservação de documentos digitais**, o respeito à legislação de direito autoral e as **estratégias de preservação** como a microfilmagem e a digitalização dos acervos de Arquivos e Bibliotecas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo do Brasil, localizados em Brasília – Distrito Federal.

**Palavras-chave:** Administração pública federal; Arquivos; Bibliotecas; Preservação da informação; Programa de preservação de documento; Biblioteca

### Publicação 19

**Título:** Uma visita ao portal de transparência da prefeitura de João Pessoa – PB: à luz da lei de acesso à informação e dos conceitos de acessibilidade e usabilidade

**Resumo:** No presente trabalho relatamos uma pesquisa exploratória realizada sobre o Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de João Pessoa – PB, tendo como fundamentação teórica a Lei de Acesso à Informação e os critérios de acessibilidade e usabilidade. O trabalho traz à luz os **conceitos teóricos de acessibilidade e usabilidade**, bem como os critérios estabelecidos pela Lei nº 12.159/2011 sobre a disponibilização da informação pública, suas **ações e projetos e os requisitos que os portais de transparência devem considerar ao construírem suas interfaces virtuais na internet**. Constatou-se que a qualidade atribuída ao Portal da Prefeitura Municipal de João Pessoa pela pesquisa do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC – o qual mensurou a qualidade dos portais de transparência do país é pertinente, visto que sua usabilidade faz jus ao posicionamento na pesquisa de qualidade, pois sua interface mostra preocupação com a compreensão da informação disponibilizada, além de atender a praticamente todas as exigências da lei em questão, **deixando a**

desejar apenas na questão da acessibilidade a pessoas portadoras de necessidades especiais.

**Palavras-chave:** Portal de Transparência – Internet. Lei de Acesso à Informação. Acessibilidade. Usabilidade.

### **Publicação 20**

**Título:** Arquivo público: preservação e acesso ao acervo da Justiça do Trabalho de Londrina

**Resumo:** O trabalho analisa o acesso, a disponibilização e a preservação do acervo judicial e administrativo no arquivo da Justiça do Trabalho de Londrina no Paraná. O objetivo geral foi identificar como o sistema de Arquivos da instituição está estruturado, proporcionando acesso aos acervos judiciais trabalhistas, além de preservar a documentação de valor histórico. Como objetivos específicos, o relato dos avanços obtidos na acessibilidade dos acervos judiciais trabalhistas com a estruturação do Arquivo, a caracterização da Seção de Arquivos como espaço de preservação da memória jus-laboral e a identificação dos principais pontos a serem melhorados quanto aos meios de solicitação de documentos e o prazo para atendimento destas solicitações. O trabalho proposto foi de caráter descritivo e exploratório de natureza qualitativa, utilizando do método de pesquisa 'Estudo de Caso Único'. Como resultados, considera que o direito de procurar, receber e disseminar informação impõe uma obrigação positiva ao Estado de assegurar o acesso à informação. Demonstra que a preservação dos documentos judiciais garante o acesso e a disponibilização dos acervos da Justiça do Trabalho para a pesquisa histórica e de memória, devido ao fato desses arquivos representarem uma parte importante do patrimônio histórico, cultural, social e econômico de conquista dos trabalhadores brasileiros no âmbito do direito trabalhista.

**Palavras-chave:** Arquivo público: preservação e acesso ao acervo da Justiça do Trabalho de Londrina

### **Publicação 21**

**Título:** Responsabilidade Social da Ciência da informação: a reescrita do conceito

**Resumo:** O horizonte maior deste estudo é analisar os conceitos de Responsabilidade Social encontrados nas dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Brasil, observando se existem aproximações com outras temáticas e áreas do conhecimento. Em caso positivo, pretende-se considerar como as relações interferem numa ampliação do conceito da RS para o campo da Ciência da Informação. Para desenvolver a pesquisa, partimos da conceituação ampla da RS, partilhando da análise de Ashley (2003), do conceito de CI apresentado por Taylor (1966) e dos conceitos de RS da CI de Du Mont (1991) e Wersig e Neveling (1975), assim como da evolução desses conceitos defendida por Dantas e Garcia (2013). O campo da pesquisa trata-se dos PPGCI brasileiros que utilizam o DSpace como sistema de gerenciamento dos seus respectivos repositórios. A nossa investigação possui especificidades do estudo bibliográfico, descritivo e correlacional. Com o que ficou entendido, o conceito de RS para o campo da CI possui relação com 18 temáticas: acessibilidade., aspectos éticos., cidadania., Comunicação., Educação., Função Social da Ciência da Informação., Função social de profissionais de informação., Função social de unidades de informação., inclusão e exclusão digital., inclusão e exclusão social., políticas públicas de informação., preservação da memória., responsabilidade social da Arquivologia., responsabilidade social e ciência., responsabilidade social empresarial., responsabilidade social

universitária., responsabilidade socioambiental, e., Sociologia. Com relação às categorias que representaram campos do conhecimento, listamos a Educação, a Comunicação Social, a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Museologia, a Sociologia e a Gestão para o campo da CI em sua relação mais próxima da RS.

**Palavras-chave:** Responsabilidade social da ciência da informação; Responsabilidade social; Função social da ciência da informação

### **Publicação 22**

**Título:** Avaliação da conformidade do Sistema Aegis ao Modelo de Requisitos MoReq-Jus

**Resumo:** Esta pesquisa objetivou analisar as funcionalidades do Sistema Aegis, um software de gestão de documentos arquivísticos convencionais de fase intermediária, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em relação ao Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Judiciário Brasileiro, o MoReq-Jus, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Proname. A pesquisa realizada caracterizou-se como descritiva, do tipo estudo de caso, onde por meio de observações e análises teóricas buscou-se identificar quais as funcionalidades ou requisitos e os metadados que o sistema informatizado de gestão arquivística de processos e documentos convencionais do Tribunal de Justiça do Maranhão, o Aegis, possui em conformidade (ou não) com o MoReq-Jus, a fim de propor melhorias para as próximas versões do sistema. Aborda-se a importância da utilização dos requisitos especificados no Modelo MoReq-Jus para garantir a confiabilidade, a autenticidade e a acessibilidade necessárias aos processos e documentos geridos pelos sistemas informatizados, sobretudo nas instituições arquivísticas, os quais são denominados no referido Modelo como GestãoDoc. Ressalta-se que o Aegis pode propiciar à instituição os mesmos benefícios que um Sistema de Informação Gerencial, quais sejam: maior agilidade e segurança no acesso às informações relevantes e confiáveis, produzidas e recebidas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão; melhoria no processo de tomada de decisões, a partir do fornecimento em menor tempo de informações mais confiáveis e precisas; e, melhoria no desempenho das atividades dos gestores e servidores na prestação dos serviços administrativos internos, os quais subsidiam a prestação dos serviços jurisdicionais para a sociedade.

**Palavras-chave:** Arquivo judicial; Arquivo intermediário; Sistema de gestão documental; Automatização da gestão documental; Tribunal de justiça do estado do Maranhão

### **Publicação 23**

**Título:** Curadoria Digital de Dados no Arca - Repositório Institucional da Fiocruz: Relato de Experiência

**Resumo:** A curadoria digital envolve atividades de gestão de dados e de informações que são muito importantes para a manutenção da qualidade de um repositório. Pensando nesse propósito, a equipe do Arca, Repositório Institucional da Fiocruz, estabeleceu um plano de ação para dar início ao trabalho de curadoria no repositório. O trabalho teve início em 2015 em caráter permanente, e procurou estabelecer diretrizes e padrões para o processo de gestão e de organização das informações e objetos digitais. Alguns aspectos relevantes foram levados em consideração durante o processo: alimentação descentralizada, crescimento acentuado do repositório, diversidade de conteúdo, formatos de armazenamento, validação dos metadados, utilização de padrões abertos para formatos de arquivo, procedimentos adotados,

uniformização dos dados, monitoramento das comunidades e gestores, acessibilidade aos documentos, garantia de qualidade das informações, capacitação do profissional de informação/curador, inconformidades detectadas e resolução dos problemas abordados. Os resultados esperados com a realização da curadoria são: assegurar um padrão de qualidade dos registros e dos objetos digitais inseridos; fomentar ações para a preservação digital; e promover a organização de forma adequada da produção científica da Fiocruz inserida no repositório.

**Palavras-chave:** Arca – Repositório Institucional da Fiocruz; Curadoria de dados; Curadoria digital; Gestão da Informação; Gestores de repositórios; Bibliotecários; Profissionais de Informação

#### **Publicação 24**

**Título:** Curadoria educativa em arquivos-museus literários: reflexões iniciais

**Resumo:** Compreendidos como lugares de memória e/ou espaços científicos e culturais, os “arquivos-museus literários” brasileiros são unidades de informação de missão e valores engajados com a preservação e disseminação da memória da Literatura e do seu patrimônio documental; para tanto, recolhe, trata e divulga acervos cuja proveniência são personalidades da “arte da palavra”. Objetivamos revisitar suas práticas documentárias pelas vias da curadoria educativa, da experiência (ação cultural) e da construção (arte-educação), de modo a concebê-las como estratégias de mediação e democratização do acesso à informação/arte. Trata-se de um recorte teórico, documental, exploratório e qualitativo; o norte interdisciplinar da Arquivologia com a Museologia fez-se essencial ao processo investigativo, para fins de assimilação quanto à natureza do “documento”, não outro, senão o “documento de arquivo-museu” que, pela ótica curatorial, tem seus valores probatório, testemunhal, artístico e patrimonial, tendo como foco, sobretudo, a acessibilidade. Em síntese, registramos nossas primeiras impressões da relação entre a curadoria educativa, o arquivo-museu, a arte-literária e o acesso à informação.

**Palavras-chave:** Curadoria educativa; documental; Acessibilidade

#### **Publicação 25**

**Título:** Difusão em arquivos na Cinemateca Capitólio: um estudo de caso

**Resumo:** Introdução: Este artigo tem como proposta demonstrar as possibilidades de difusão da Cinemateca Capitólio, Instituição que abriga um dos mais importantes acervos cinematográficos e audiovisuais gaúcho, situado em Porto Alegre. Objetivo: Os objetivos da pesquisa foram realizar uma revisão de literatura sobre as abordagens de difusão em arquivos, contextualizar o acervo e a estrutura da Cinemateca Capitólio e verificar e propor possíveis melhorias no processo de difusão. Metodologia: Utilizou-se de pesquisa qualitativa, com estudo de caso e aplicação de questionários e entrevistas. Resultados: As abordagens desta difusão partem de uma perspectiva clássica, que compreendem exposições, publicações, serviços educativos, parcerias com outras Instituições, visitas guiadas, construção de página na internet, blog ou rede social e realização de cursos, palestras e oficinas, até uma abordagem informacional, compreendendo acessibilidade e transparência, estudo de usuários ou do comportamento informacional, marketing aplicado a serviços e produtos de informação, mediação da informação e literacia da informação. Conclusões: Concluiu-se que uma série de estratégias de difusão podem possibilitar uma ampla divulgação das informações contidas em seu acervo e um melhor entendimento dos usuários que interagem com a Instituição.

**Palavras-chave:** Difusão. Arquivologia. Ciência da informação. Cinemateca capitólio

### Publicação 26

**Título:** Geografia histórica do Rio de Janeiro

**Resumo:** A presente pesquisa é justificada pela necessidade de compreender o processo de construção e manutenção (ou não) das formas e funções de uma avenida/rua, por meio da utilização de um periódico digital disponibilizado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, o&nbsp;Almanak Laemmert, e, também, de documento da Comissão Construtora da Avenida Central (C.C.A.C.), disponível para consulta no Arquivo Nacional do Brasil. **Objetiva-se produzir um mapeamento conjectural resultante da tabulação dos dados em três principais etapas (organizadora, setorizadora e comparativa), com o intuito de investigar os padrões locais de distribuição de atividades econômicas da Avenida Rio Branco (RJ) – localizada no centralbusiness district&nbsp;do Rio de Janeiro – e, portanto, das suas centralidades, para os anos 1906 e 1926. O “centro simbólico da economia carioca”, conforme dados do próprio periódico e de outras fontes documentais (fotografias), é tomado por certa **acessibilidade** e visibilidade espaciais que conferem à Avenida a denominação de “Central”, em 1906.**

**Palavras-chave:** Centralidade urbana. Periódicos digitais. Centro do Rio de Janeiro

### Publicação 27

**Título:** Acessibilidade em arquivos: um olhar sob a competência do arquivista

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo geral **caracterizar a acessibilidade em edifícios de arquivo no âmbito das competências do profissional arquivista** propondo-se a: Identificar as condições de acessibilidade de um edifício de arquivo; analisar os resultados de acessibilidade identificados; relacionar a acessibilidade em edifícios de arquivo e a competência do profissional arquivista. De forma exploratória e a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, foi realizada

aplicação de um formulário (checklist) em uma unidade de arquivo, sendo os dados analisados sob a ótica da competência do arquivista. Os resultados **indicam 8 categorias de acessibilidade relacionadas às competências profissionais do arquivista.**

**Palavras-chave:** Acessibilidade em arquivos; Competência profissional; Profissionais da informação

### Publicação 28

**Título:** Sombra comunista ou novas realidades? Análise sobre o desenvolvimento da Arquivologia russa na era pós-soviética (1991-2016)

**Resumo:** Análise histórica – a partir de levantamento bibliográfico e revisão de literatura em fontes secundárias- **identificando as principais características que marcaram a Arquivologia na Rússia nas décadas de transição do país para o capitalismo.** O período analisado foi entre 1991, com a dissolução da URSS, até 2016, durante o governo de Vladimir Putin. O trabalho divide-se em três partes: discussão sobre a infraestrutura dos acervos e dos cursos de formação de arquivistas russos no período pós-soviético, a legislação promulgada durante os anos 1990 e 2000, reorganizando e readaptando os arquivos do país, e a **complexa situação da acessibilidade desses conjuntos documentais,** principalmente relacionado a pesquisadores e usuários ocidentais. A pesquisa identificou que, apesar de alguns problemas e vícios oriundos do período comunista ainda serem percebidos, **tantos os acervos quanto a formação profissional e estrutura legal da área no país abrem-se para um novo horizonte,** se adaptando, parcialmente, a realidade capitalista vigente.

**Palavras-chave:** Arquivologia russa; Legislação arquivística; Acesso; Pós-comunismo

### **Publicação 29**

**Título:** “Olhares cegos”: transformando fotografias em sons - a importância da audiodescrição no acesso à informação por usuários com deficiência visual

**Resumo:** O estudo aborda a temática da acessibilidade, em que por meio da revisão de literatura elucidou os desafios do arquivista na inclusão informacional de usuários com deficiência visual, através do método da audiodescrição como fonte de acessibilidade para estes. Foi utilizado o documento fotográfico com o objetivo de **evidenciar a importância da audiodescrição no acesso à informação**. As fotografias utilizadas são de exposição do Museu da Imagem e Som do Amazonas (MISAM), onde foram usadas cinco fotografias do fundo documental custodiado pela instituição. Os procedimentos metodológicos utilizados foram de natureza aplicada, pois faz uso da **audiodescrição como método para descrever as fotografias** do acervo do cineasta Silvino Santos, como também se empregou a pesquisa bibliográfica e documental, sendo este estudo caracterizado do ponto de vista descritivo. Os resultados foram analisados qualitativamente e discutidos com base na fundamentação teórica e a partir desses é proposto que o método de descrição de fotografias de Miriam Manini (2013) pode viabilizar o processo de realização da audiodescrição, garantido assim o **direito de acesso e inclusão informacional aos portadores de deficiência visual**.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Deficiente Visual. Descrição Fotográfica. Audiodescrição de Fotografias. Inclusão Informacional.

### **Publicação 30**

**Título:** A disseminação da informação arquivística no sistema de saúde brasileiro: análise do portal do datasus com base nos princípios da lei de acesso à informação

**Resumo:** Investiga os indícios dos princípios da Lei de Acesso à Informação (LAI) e a relação destes com função da **disseminação da informação arquivística no portal do Departamento de Informática do SUS (DATASUS)**. Os princípios são transparência ativa; divulgação máxima; limitação de exceções; não exigência de motivação; gratuidade da informação; e, transparência passiva. Toma-se como pressuposto que o DataSUS deve estar em conformidade com tais princípios por estar inserido na esfera do poder público. O objetivo é **analisar a conformidade do portal do DataSUS com os princípios da LAI**. Em relação ao objetivo é exploratória e descritiva, com abordagem qualiquantitativa, dos tipos: bibliográfica, documental e de levantamento. Utiliza-se de técnicas de ponderação, para atribuir pesos aos princípios, observação e análise de conteúdo, é aplicado um checklist para prospectar informações. Tais **princípios são divididos em duas categorias operacionais: “acesso” e “acessibilidade”**. Os resultados revelam que, se por um lado, o portal cumpre integralmente com os princípios relacionados a “acessibilidade”, não está completamente em conformidade com os relacionados a “acesso”. Conclui-se que os princípios da LAI não são integralmente aplicados no portal do DataSUS e recomenda a implementação destes visando à disseminação efetiva de informações orgânicas em saúde produzidas pelo SUS.

**Palavras-chave:** Datasus; Arquivologia; Acessibilidade; Acesso; Disseminação arquivística; Lei de acesso da informação; Princípio; Acesso à informação; Datasus-acessibilidade; Acesso-datasus; Lei de acesso da informação-princípios

### **Publicação 31**

**Título:** A dualidade entre o público e privado: entrefaces dos arquivos pessoais

**Resumo:** O estudo revela que os conceitos de público e privado se transformaram ao longo tempo. Com a ascensão da era moderna, a antiga divisão entre o público e privado foi diluídas, suas noções adquiriram novos significados e a que a partir da modernidade, há uma extensão da esfera privada ao espaço público. Nesse sentido, a pesquisa revela a relação dialógica entre o público e o privado na realidade dos arquivos pessoais, tendo como objetivos específicos caracterizar essa dualidade através de três arquivos. Nesse contexto, buscou-se compreender o arquivo pessoal ou familiar, refletindo as dimensões privada, pública e ainda, privativa pessoais da cidade de João Pessoa/PB. Como procedimento metodológico, utilizou-se da entrevista semiestruturada com alguns sujeitos de três arquivos: Arquivo Maurílio de Almeida, Arquivo Afonso Pereira e Arquivo José Simeão Leal. Referências bibliográficas acadêmicas produzidas sobre esses arquivos, além de autores e autoras que refletem sobre os conceitos aqui abordados, como público, privado e privativo foram cuidadosamente consultadas para o embasamento da pesquisa. Conclui que, problematizar as categorias privado, público e privativo torna-se necessário para o desenvolvimento reflexivo de cunho teórico e arquivístico que envolvem os arquivos pessoais, pois essas categorias possuem naturezas distintas, que implicam não apenas na características no que se refere à entidade produtora, mas, à acessibilidade dos usuários.

**Palavras-chave:** Arquivo público; Arquivo pessoal; Arquivo privado

### Publicação 32

**Título:** ARQUIVO PARADIGMÁTICO: uma reflexão sobre as propriedades universais das Instituições Arquivísticas a partir do Arquivo Geral das Índias

**Resumo:** Este artigo objetiva apresentar as propriedades universais dos Arquivos, pensados como instituição arquivística, a partir de uma reflexão filosófica a priori, estabelecer fundamentos para determinar a gradação dessas propriedades – e seu nível máximo no Arquivo Paradigmático – e confirmar essas propriedades a partir das formas observadas no Arquivo Geral das Índias, que as exhibe em certo grau. Com isso, almeja-se construir um modelo para os Arquivos, determinando como eles devem ser. A abordagem interdisciplinar, entre ontologia e arquivologia, foi adotada, integrando o método de reflexão filosófica aos procedimentos de pesquisa documental, com base em peças de fundos do Arquivo Geral das Índias, coleção pessoal de imagens fotográficas do autor e fontes. A discussão aborda aspectos de práticas, formas e funções, que indicam a essência dos Arquivos e seu caminho para a sua idealidade paradigmática. O Arquivo Geral das Índias é apresentado como um particular que exemplifica essas propriedades essenciais. Nossa conclusão é que há certas propriedades universais essenciais dos Arquivos, ou instituições arquivísticas, que são: a acessibilidade, a durabilidade e a praticabilidade. Somado a isso, o modelo proposto é aplicável para a institucionalização de Arquivos e também para a construção, as reformas, as implantações, a criação de novos espaços, as adaptações, as reestruturações em edifícios e usos institucionais dos espaços do Arquivo.

**Palavras-chave:** Arquivo; Ontologia; Modelo; Propriedade; Propriedades arquivísticas; Formas; Usos institucionais

### Publicação 33

**Título:** Editorial dossiê tecnologias de informação e comunicação no contexto da ciência da informação

**Resumo:** Este número da 'Biblos – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação', cuja temática norteadora consiste nas 'Tecnologias de Informação e Comunicação no contexto da Ciência da Informação', é lançado em um momento importante para a história, marcado por uma situação pandêmica que alterou substancialmente ações diárias da sociedade. Indiscutivelmente, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) passaram dar suporte nessa nova realidade para o desenvolvimento das atividades profissionais, educacionais, científicas, sociais ou de entretenimentos.

**Palavras-chave:** Ciência da informação; Tecnologia da informação e comunicação; Ambiente informacional digital; Dados de pesquisa; Privacidade da informação; Acessibilidade; Recuperação da informação; Catalogação; Registro sonoro; Desinformação; Arquivo; Legislação; Documento; Eliminação; Arquivo audiovisual; Patrimônio cultura

### Publicação 34

**Título:** Acessibilidade arquitetônica em arquivos e bibliotecas públicas: aspectos teóricos e legais no contexto brasileiro

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre acessibilidade arquitetônica em Arquivos e Bibliotecas públicas, traçando um paralelo entre o direito de acesso à informação e seu impacto na inclusão social de pessoas com deficiência no Brasil. A pesquisa é bibliográfica e documental, visto que realiza levantamento bibliográfico acerca dos temas: inclusão social de pessoas com deficiência, acessibilidade e funções sociais dos Arquivos e Bibliotecas, além de analisar a Lei Nº 12.527/2011, que regulamenta o acesso à informação no Brasil, e a Lei Nº 13.146/2015, que institui o estatuto da pessoa com deficiência no Brasil. Os temas relativos à acessibilidade constituem uma das principais diretrizes norteadoras dos debates sobre a inclusão social de pessoas com deficiência. Diante de um cenário de mais de 45 milhões de pessoas com deficiência no Brasil (IBGE, 2010), constata-se que existem desafios a serem superados para que esse coletivo usufrua plenamente de seus direitos e garantias fundamentais, em condições de igualdade com as demais pessoas.

**Palavras-chave:** Acesso à informação; Pessoa com deficiência; Acessibilidade arquitetônica; Arquivo; Bibliotecas

### Publicação 35

**Título:** Acesso à informação para pessoas com deficiência: análise das contribuições das consultas públicas do conselho nacional de arquivos (CONARQ)

**Resumo:** Objetivo: O presente artigo analisa os requisitos de acessibilidade em duas Consultas Públicas abertas pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), em 2020 e 2021, sobre a proposta de Decreto de instituição de Política de Gestão de Documentos de Arquivos e sobre a reformulação do e-ARQ Brasil. Metodologia: Pesquisa de ordem teórica, exploratório-descritiva e de abordagem qualitativa, com revisão de literatura em Arquivologia, Ciência da Informação e Sociologia complementada pelas análises de duas Consultas Públicas abertas pelo Conarq. Resultados: Observa-se amplo conteúdo sobre as garantias de acesso à informação, mas a abordagem específica para os requisitos de acessibilidade na promoção do acesso a todos ainda é incipiente. Conclusões: Conclui-se a eficiência das Consultas Públicas, consideradas um dos meios possíveis para a implementação e real efetividade de políticas públicas de gestão arquivísticas brasileiras. Esse diálogo possibilitou vislumbrar que suas publicações técnicas apontam os requisitos de acessibilidade ainda de forma

superficial, evidenciando a necessidade de ampliar as discussões das práticas administrativas dos gestores públicos em todas as esferas em consonância com as políticas de inclusão e de transparência pública.

**Palavras-chave:** Acesso à informação; Acessibilidade informacional; Inclusão social; Aquisição de conhecimento

### Publicação 36

**Título:** De que forma o “FAIR Accessor” pode promover a autenticidade da informação arquivística digital?

**Resumo:** O crescimento constante no volume, variedade e complexidade da informação digital coloca uma série de problemas que dificultam a preservação da informação digital ao mesmo tempo que se procura garantir que essa permaneça autêntica, fidedigna, acessível, confiável, inteligível e reutilizável pelo tempo necessário. Este estudo explora os conceitos de uma possível implementação de um “FAIR Accessor”, uma tecnologia desenvolvida com o objetivo de criar dados de investigação pesquisáveis, acessíveis, interoperáveis e reutilizáveis (FAIR). Trata-se de uma infraestrutura capaz de apoiar a descrição arquivística e de garantir a autenticidade da informação. A investigação consiste numa revisão de literatura qualitativa de obras selecionadas nas áreas da Ciência da Informação e Diplomática e da gestão de dados científicos, em particular nos princípios FAIR, seguida de uma discussão de como certos conceitos chave de cada domínio se sobrepõem e, potencialmente, se complementam mutuamente. Conclui-se que a infraestrutura de um “FAIR Accessor” pode revelar-se útil em enriquecer a descrição arquivística além de poder contribuir para a presunção da autenticidade dos documentos de arquivo

**Palavras-chave:** Descrição arquivística; Dados fair; Diplomática; Preservação digital; Informação digital

### Publicação 37

**Título:** Ensino da acessibilidade nos cursos de arquivologia no Brasil: uma análise formativa das matrizes curriculares

**Resumo:** Como uma condição humana que envolve várias dimensões da vida, as deficiências exigem o conhecimento e a ação dos órgãos e entidades para o atendimento das necessidades biopsicossociais e informacionais dos usuários dos produtos e serviços públicos. Nesse sentido, a acessibilidade cumpre o papel de efetivar o acesso aos documentos e informações, por meio da adoção de Tecnologias Assistivas, design universal e implementação de programas e ações institucionais que visem o ingresso e permanência nos espaços institucionais. Parte de um viés humanitário que consta em compromissos sociais inscritos em uma agenda mundial de proteção dos direitos das pessoas com deficiência como: a Agenda 2030 da Unesco e as normas ISO 26000 – Responsabilidade Social e ABNT NBR 16001 – Responsabilidade social – Sistema da gestão – Requisitos. Esta pesquisa objetiva identificar a existência ou não do interesse e da formalização do ensino da acessibilidade e das temáticas de acesso, usuários e inclusão social (temáticas relacionadas à acessibilidade) nos cursos de graduação de Arquivologia no Brasil. Para isso, utilizou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica em bases de dados e periódicos da área e a pesquisa documental nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos analisados. Aponta a escassez da temática nos currículos, o que impacta a efetivação do acesso aos arquivos.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Pessoas com deficiência; Usuários de arquivos; Formação profissional; Arquivologia

### Publicação 38

**Título:** Um passo por vez: a luta pela memória inclusiva dando voz a atletas silenciados

**Resumo:** Um dos slogans retóricos na área de arquivologia na África do Sul era “levar os arquivos ao povo” e a necessidade de tirar os arquivos públicos do domínio da elite e transformá-los em um recurso comunitário por meio de arquivos inclusivos. Este slogan foi cunhado desde a consolidação da democracia de forma a manifestar a convicção de que o poder modelador dos arquivos deveria ser usado para promover os arquivos como ferramenta para a reconciliação, a coesão social e a construção da nação. Devido ao financiamento limitado, a euforia em torno do slogan diminuiu, uma vez que poucas medidas foram adotadas. Este artigo adotou a revisão da literatura, experiências pessoais e visitas ao Museu Comrades House para explorar a possibilidade de transformar arquivos ao incluir as vozes silenciadas nos sistemas arquivísticos nacionais, como memórias de atletas de eventos de corrida, como a Comrades Marathon (Maratona dos Camaradas). O artigo argumenta que isto é possível porque a legislação arquivística sul-africana permite a coleta de registros não públicos valiosos para o país, a fim de preencher lacunas que surgiram da era colonial. O documento recomenda que as instituições arquivísticas da África do Sul considerem a incorporação de memórias de atletas, principalmente de vencedores de maratonas como a Comrades Marathon, para dar um passo em direção à memória inclusiva.

Neste sentido, mesmo que a Associação Comrades Marathon colete e digitalize essas memórias usando fotografias e outros itens, como os tênis e camisas dos vencedores, o acervo pode ser incluído no portal do arquivo nacional acessado via AToM. Isto pode fazer com que esse acervo seja disponibilizado gratuitamente através de uma licença Creative Commons. Desta forma, a acessibilidade poderia ser bastante simplificada e facilitada a usuários de todo o mundo. Por fim, os repositórios de arquivos deveriam começar a colher memórias de eventos internacionais realizados na África do Sul, tais como os Jogos Pan-Africanos de 1999, a Copa do Mundo de Rugby de 1995 e a Copa do Mundo da FIFA de 2010. Os registros desses eventos podem ser coletados junto a pessoas e órgãos públicos, a fim de construir e complementar os arquivos do país. Consequentemente, o país dará um passo em direção a arquivos inclusivos e mais pessoas poderão demonstrar interesse nesses arquivos, uma vez que os acervos refletirão a diversidade.

**Palavras-chave:** arquivos; registros; memórias; Comrades Marathon; atletismo; arquivo

### Publicação 39

**Título:** Análise de User Interface em web sites e perfis em Serviços de Redes Sociais Online de arquivos estaduais brasileiros

**Resumo:** A disponibilização de informações via web é uma das formas de contribuir para o acesso à informação nos Arquivos Públicos Brasileiros. Entre as possibilidades, destaca-se os web sites e os perfis de Serviços de Redes Sociais Online como estratégias para aproximar ou informar sobre o conteúdo informacional dos acervos arquivísticos. Os aspectos relacionados com User Interface são necessários para acessibilidade e usabilidade dos conteúdos disponibilizados pelos arquivos. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é avaliar as interfaces disponíveis em web sites e perfis de Serviços de Redes Sociais Online de Arquivos Estaduais Brasileiros, por meio da aplicação de softwares de métricas de User Interface, visando identificar elementos de usabilidade e acessibilidade. Trata-se de uma pesquisa quantitativa,

realizada por meio da análise do conjunto de páginas iniciais dos web sites de Arquivos Estaduais Brasileiros e seus respectivos perfis oficiais nos Serviços de Redes Sociais Online, Facebook, Instagram e Twitter. Na seção de resultados e discussão apresenta-se, a partir dos resultados da aplicação das ferramentas de métricas de User Interface, os indicadores quando as interfaces são visualizadas pelo navegador web e pelo dispositivo móvel e os principais erros e alertas do código-fonte dos web sites identificados quando utilizados pelo navegador. A mensuração por meio dos indicadores métricos possibilita identificar pontos de atenção para que sejam incorporados mecanismos que facilitem o acesso na encontrabilidade das informações nos web sites e Serviços de Redes Sociais Online dos Arquivos Públicos Brasileiros, contribuindo para que esses serviços otimizem a experiência dos usuários quando acessados via web.

**Palavras-chave:** Arquivos estaduais. Serviços de redes sociais online. User interface.

#### **Publicação 40**

**Título:** Repositórios de dados de pesquisa confiáveis: contribuições da arquivologia na garantia de confiabilidade de um ambiente baseado no modelo open archival information system

**Resumo:** Este estudo analisa a gestão de documentos em repositórios de dados de pesquisa com foco na perspectiva arquivística. É fundamental estabelecer uma relação de confiança envolvendo o repositório e os produtores e os consumidores dos dados. Os produtores desejam que o repositório garanta a preservação e a acessibilidade a longo prazo de seus dados depositados, enquanto os consumidores necessitam confiar na autenticidade e na confiabilidade do conteúdo a ser usado. Um repositório digital confiável deve atender a várias características, incluindo conformidade com o modelo de referência OAIS e responsabilidade administrativa. Para alcançar essas características, a documentação administrativa do repositório deve ser gerida de forma planejada, transparente, rastreável e controlada. A arquivologia, com suas normas, princípios e técnicas, pode contribuir para a implantação adequada de repositórios digitais, especialmente na gestão de documentos. O estudo abordará elementos conceituais da arquivologia, o Modelo de referência para repositórios OAIS, em uma análise focada nos aspectos arquivísticos dos repositórios. O resultado esperado é o aprimoramento da gestão dos repositórios de dados de pesquisa e de seus documentos administrativos, promovendo um ambiente propício para a disseminação e compartilhamento de dados confiáveis.

**Palavras-chave:** arquivologia; gestão de documentos; dados de pesquisa; repositórios de dados confiáveis.

**Palavras-chave:** arquivologia; gestão de documentos; dados de pesquisa; repositórios de dados confiáveis

#### **Publicação 41**

**Título:** Repositórios para a preservação de documentos arquivísticos digitais

**Resumo:** Os documentos arquivísticos digitais são uma importante fonte para as iniciativas de transparência e informação pública. Por isso precisam ser mantidos e preservados de forma a garantir sua confiabilidade, precisão, autenticidade e acessibilidade. Nesse sentido, é fundamental que sejam mantidos em repositórios digitais confiáveis projetados de forma a cumprir com as normas e práticas arquivísticas.

**Palavras-chave:** Documento arquivístico; Confiabilidade; Repositório digitais confiáveis; Repositório digital arquivístico

**Publicação 42**

**Título:** Website do Centro de Apoio à Educação a Distância da UFMG: proposta de reestruturação baseada em Arquitetura da Informação

**Resumo:** A Arquitetura da Informação (AI), utilizada como modelo para analisar a estrutura de informações em ambientes digitais compartilhados, contribui para a organização, navegação, acessibilidade, representação e apresentação da informação nesses espaços, adequando-os às necessidades dos usuários. De cunho teórico e prático, este artigo tem por objetivo geral realizar uma análise preliminar, a partir dos elementos da Arquitetura da Informação, do website do Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Como procedimento metodológico, caracteriza-se como uma pesquisa básica, com os procedimentos de natureza exploratória, baseada na abordagem de design thinking, a partir de suas fases, a saber: (1) imersão, (2) análise e síntese, (3) ideação, (4) prototipação e (5) testes. Para esse projeto, foram utilizadas apenas as 3 primeiras etapas. Posteriormente, quando as melhorias puderem ser implementadas, adotaremos a prototipagem e os testes. Conclui-se que há a necessidade de melhorias nos sistemas de busca, navegação, rotulagem e organização do website do CAED, além da necessidade de torná-lo mais acessível, aplicando as tecnologias assistivas

**Palavras-chave:** Arquitetura de informação; Interação homem-computador; Recuperação da informação; Usabilidade (programas de computador)

**ANEXO D – Relatório de consulta à Brapci: “acessibilidade AND arquivo”**

<b>ID</b>	<b>YEAR</b>	<b>PUBLICATION</b>	<b>AUTHORS</b>	<b>TITLE</b>	<b>KEYWORDS</b>	<b>URL</b>
3058	2017	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	Leoneide Maria Brito Martins; Vanessa Alexandra Souza Gomes; Darliane Ribeiro Cunha	Avaliação da conformidade do Sistema Aegis ao Modelo de Requisitos MoReq-Jus	Arquivo judicial; Arquivo intermediário; Sistema de gestão documental; Automatização da gestão documental; Tribunal de justiça do estado do maranhão; Arquivos judiciais; Arquivos intermediários; Sistemas de gestão documental	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3058">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3058</a>
5132	2007	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	Cristian Oliveira Santos	Os primeiros arquivos eclesiásticos brasileiros (1551-1854): diagnóstico	Arquivos eclesiásticos brasileiros. Patrimônio cultural. Arquivística	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5132">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5132</a>
9414	2009	CRB8 Digital	Aline de Alessio Ferreira; Berenice Neubhaher; Elizabeth Reis; Marcos da Silva Gomes	Avaliação de periódicos científicos on-line na área do direito	Periódico científico eletrônico, Avaliação de periódico, Periódicos jurídicos	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9414">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9414</a>
13020	2016	Ágora: Arquivologia em debate	Letícia Gorri Molina; Giuliano Carlos de Araújo; Juliana Cardoso dos Santos	Arquivo público: preservação e acesso ao acervo da Justiça do Trabalho de Londrina	Archives; Public archives; Information access; Labor justice; Memory; Arquivologia; Arquivo público; Lei de acesso à informação; Justiça do trabalho; Memória; Acervo; Preservação; Acesso; Archives	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13020">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13020</a>
15006	2018	Archeion Online	Marcos Ulisses Cavalheiro	Curadoria educativa em arquivos-museus literários: reflexões iniciais	Documento; Informação e memória; Curadoria educativa; Arquivo-museu literário; Arte-literária; Patrimônio documental; Acessibilidade	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/15006">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/15006</a>
18338	2001	Ciência da Informação	Carlos Henrique Marcondes de Almeida; Luis Fernando Sayão	Integração e interoperabilidade no acesso a recursos informacionais eletrônicos em C&T: a proposta da Biblioteca Digital Brasileira	Ciência da informação; Biblioteca digital; Publicação eletrônica; Arquivo aberto; Interoperabilidade; Metadado; Padrão; Tecnologia da informação; Informação em ciência e tecnologia; Comunicação científica; Acesso à informação	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/18338">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/18338</a>

18613	2010	Ciência da Informação	Luciana Ferreira da Costa; Alan Curcino Pedreira da Silva; Francisca Arruda Ramalho	Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade	Ciência da informação; Arquivologia; Estudo de usuários; Usabilidade; Acessibilidade; Informação arquivística; Arquivo; Estudos de usuários	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/18613">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/18613</a>
41739	2015	Informação Arquivística	Moisés Rockembach	Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional	Arquivologia; Ciência da informação; Difusão em arquivo; Estratégia de difusão; Paradigma da informação; Difusão em arquivos; Estratégias de difusão; Paradigmas da informação	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41739">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41739</a>
72222	2007	Prisma.com (Portugal)	Kaspars Ruklis; Osmar Carmo Arouck Ferreira; Talita dos Santos Molina	Baltic Media Environments: Integrated or Divided?	Atributos de qualidade; Avaliação da qualidade; Gestão da informação; Gestão da qualidade; Qualidade da informação; Requisito não-funcional	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/72222">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/72222</a>
74093	2008	Prisma.com (Portugal)	Nídia Salomé Morais; Isabel Cabrita; Maria das Graças Pimentel; Marieta Carvalho	Ambientes virtuais de aprendizagem: comunicação (as) síncrona e interação no ensino superior	Acessibilidade; Ambientes digitais; Ciência da informação; Deficiência visual; Educação; Exclusão social; Inclusão digital; Políticas públicas; Sociedade da informação; Tecnologia assistiva	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74093">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74093</a>
74527	2015	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	Francisca Martins Pereira	Preservação da informação em instituições da administração pública brasileira	Administração pública federal; Arquivo; Biblioteca; Preservação da informação; Programa de preservação de documento; Biblioteca	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74527">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74527</a>
81357	2007	Ponto de Acesso	Priscila Lopes Menezes; Carlos Blaya Perez	O usuário e o direito à informação	Ciência da informação; Arquivologia; Acesso; Usuário; Informação; Profissional de arquivo; Arquivo	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/81357">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/81357</a>
82076	2006	Cadernos BAD (Portugal)	Isabel Andrade	Editorial		<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/82076">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/82076</a>
100288	2010	Biblionline	Arabelly Lima; Vildeane da Rocha Borba	Banco de dados dos trabalhos de conclusão do curso de biblioteconomia da UFPE: preservação e acessibilidade	Democratização da informação; Acessibilidade; Preservação; Trabalhos de conclusão de curso; Biblioteconomia – UFPE; Memória e Informação - UFPE	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/100288">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/100288</a>

120389	2018	Memória e Informação	Leonardo Mattos da Costa	Geografia histórica do Rio de Janeiro: periódicos digitais e mapeamento das avenidas Rio Branco de 1906 e 1926	Centralidade urbana; Periódicos digitais; Centro do Rio de Janeiro	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/120389">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/120389</a>
131801	2017	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	Ana Maria Neves Maranhão; Claudete Fernandes de Queiroz; Raphael Belchior Rodrigues	Curadoria Digital de Dados no Arca - Repositório Institucional da Fiocruz: Relato de Experiência	Curadoria digital; Arca; Institutional repository of fiocruz; Data curation; Digital curation; Information management; Repository managers; Librarians; Information professionals; Repositorio institucional de la fiocruz; Curaduría de datos; Curaduría digital; Gestión de la información; Gestores de repositorios; Bibliotecários; Profissionais de la información; Repositório institucional da fiocruz; Curadoria de dado; Gestão da informação; Gestore de repositório; Bibliotecário; Profissional de informação; Arca-institutional repository of fiocruz; Arca-repositorio institucional de la fiocruz; Bibliotecarios; Arca-repositório institucional da fiocruz; Curadoria de dados; Gestores de repositórios; Profissionais de informação	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/131801">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/131801</a>
141383	2020	Revista Analisando em Ciência da Informação	Ana Cláudia Cruz Córdula; Carla Maria de Almeida; Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira; Alba Ligia de Almeida Silva	A dualidade entre o público e privado: entrefaces dos arquivos pessoais	Arquivo público; Arquivo pessoal; Arquivo privado; Public archive; Personal archive; Private archive	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/141383">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/141383</a>
146625	2020	Brazilian Journal of Information Science	Taiguara Villela Aldabalde; Rodrigo Lastra Cid	Arquivo paradigmático	Archive; Model; Form; Ontology; Archival properties; Institutional uses; Arquivo; Ontologia; Propriedade; Propriedades arquivísticas; Formas; Modelos; Usos institucionais	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/146625">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/146625</a>

162832	2020	BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação	Emanuelle Torino; Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti	Editorial dossiê tecnologias de informação e comunicação no contexto da ciência da informação	Ciência da informação; Tecnologia da informação e comunicação; Ambiente informacional digital; Dados de pesquisa; Privacidade da informação; Acessibilidade; Recuperação da informação; Catalogação; Registro sonoro; Desinformação; Arquivo; Legislação; Documento; Eliminação; Arquivo audiovisual; Patrimônio cultura	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/162832">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/162832</a>
183824	2010	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação	Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira	Memória e arquivos literários: a escrita de si como registro intimista	Self-writing; Memorialistic information; José simeão leal; Autobiographical trajectory; Escrita de si; Informação memorialística; Trajetória autobiográfica	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/183824">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/183824</a>
203358	2023	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	Claudia Lacombe Rocha; Thays Lacerda Ferrando; Márcia Teixeira Cavalcanti	Repositórios para a preservação de documentos arquivísticos digitais	Documento arquivístico; Confiabilidade; Repositório digital confiável; Repositório digital arquivístico; Documentos arquivísticos; Repositórios digitais confiáveis; Repositórios digitais arquivísticos; Dispositivo; Dispositivo de arquivo; Epistemologia	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/203358">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/203358</a>
216167	2022	Revista Fontes Documentais	Manoel Victor da Costa Carvalho; Tiago Braga da Silva	Acessibilidade arquitetônica em arquivos e bibliotecas públicas: aspectos teóricos e legais no contexto brasileiro	Acesso à informação; Pessoa com deficiência; Acessibilidade arquitetônica; Arquivo; Biblioteca; Biblioteca	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/216167">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/216167</a>
220142	2022	Ciência da Informação Express	André P. Pacheco; Maria Cristina Vieira de Freitas; Carlos Guardado da Silva	De que forma o "FAIR Accessor" pode promover a autenticidade da informação arquivística digital?	Descrição arquivística; Dados fair; Diplomática; Preservação digital; Informação digital	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/220142">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/220142</a>
222604	2020	Brazilian Journal of Information Science	Taiguara Villela Aldabalde; Rodrigo Lastra Cid	Arquivo paradigmático: uma reflexão sobre as propriedades universais das Instituições Arquivísticas a partir do Arquivo Geral das Índias	Arquivo; Ontologia; Propriedade; Propriedade arquivística; Forma; Modelo; Uso institucional; Archive; Model; Form; Ontology; Archival properties; Institutional uses; Propriedades arquivísticas; Formas; Modelos; Usos institucionais; Form	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/222604">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/222604</a>

225710	2023	Ágora: Arquivologia em debate	Nathália Gomes da Silva; Amanda Garcia Gomes; Fernando de Assis Rodrigues	Análise de User Interface em web sites e perfis em Serviços de Redes Sociais Online de arquivos estaduais brasileiros	State archives; Online social networking services; User interface; Arquivo estadual; Serviço de rede social online; Archivos estatales; Servicios de redes sociales de internet; Interfaz del usuario; Arquivos estaduais; User interface; Serviços de redes sociais online	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/225710">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/225710</a>
237996	2008	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia	Carlos Blaya Perez; Priscila Lopes Menezes	O usuário e o direito à informação	Acesso; Usuário; Informação; Profissional de arquivo; Arquivo	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/237996">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/237996</a>
253862	2023	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia	Celsiane Aline Vieira Araújo; Jordânia Quintão Viana; Jéssica Pereira do Nascimento; Viviane Lilian dos Santos Barrozo; Elisângela Cristina Aganette; Gercina Ângela Borem de Oliveira Lima; Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan; Michely Jabala Mamede Vogel; Maria Paloma da Costa; Cesar Augusto Cusin	Website do Centro de Apoio à Educação a Distância da UFMG: proposta de reestruturação baseada em Arquitetura da Informação	Arquitetura de informação; Interação homem-computador; Recuperação da informação; Usabilidade (programas de computador); Gestão da informação; Prontuário eletrônico do paciente; Sistema de informação	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/253862">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/253862</a>
306484	2022	Inclusão Social		Um passo por vez: a luta pela memória inclusiva dando voz a atletas silenciados	Arquivos; Registros; Memórias; Comrades marathon; Atletismo; Arquivo inclusivo	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/306484">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/306484</a>

**ANEXO E – Relatório de consulta à Brapci: “acessibilidade AND arquivologia”**

ID	YEAR	PUBLICATION	AUTHORS	TITLE	KEYWORDS	URL
13020	2016	Ágora: Arquivologia em debate	Letícia Gorri Molina; Giuliano Carlos de Araújo; Juliana Cardoso dos Santos	Arquivo público: preservação e acesso ao acervo da Justiça do Trabalho de Londrina	Archives; Public archives; Information access; Labor justice; Memory; Arquivologia; Arquivo público; Lei de acesso à informação; Justiça do trabalho; Memória; Acervo; Preservação; Acesso; Archives	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13020">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13020</a>
13770	2015	Ágora: Arquivologia em debate	Deiverson Pereira; Jorge Santa Anna	Aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação na gestão pública: uma discussão teórica acerca dos desafios e perspectivas para a arquivística moderna	Archival; Library; Information science; Citizenship; Information; Public administration; Access to information; Arquivologia; Biblioteconomia; Ciência da informação; Cidadania; Informação; Administração pública; Acesso à informação; Arquivista	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13770">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13770</a>
13975	2015	Ágora: Arquivologia em debate	Geissikelly Marques Oliveira; Isa Maria Freire	Uma visita ao portal de transparência da prefeitura de João Pessoa – PB: à luz da lei de acesso à informação e dos conceitos de acessibilidade e usabilidade	Archival; Transparency portal; Access to information act; Accessibility; Usability joao pessoa; Paraíba; Brazil; Access to information; Arquivologia; Portal de transparência; Lei de acesso à informação; Acessibilidade; Usabilidade; Acesso à informação; Brazil; Accessibility	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13975">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13975</a>
15006	2018	Archeion Online	Marcos Ulisses Cavalheiro	Curadoria educativa em arquivos-museus literários: reflexões iniciais	Documento; Informação e memória; Curadoria educativa; Arquivo-museu literário; Arte-literária; Patrimônio documental; Acessibilidade	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/15006">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/15006</a>
18613	2010	Ciência da Informação	Luciana Ferreira da Costa; Alan Curcino Pedreira da Silva; Francisca Arruda Ramalho	Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade	Ciência da informação; Arquivologia; Estudo de usuários; Usabilidade; Acessibilidade; Informação arquivística; Arquivo; Estudos de usuários	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/18613">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/18613</a>
19835	2012	Ciência da Informação	Vanderlei Batista dos Santos	Preservação de documentos arquivísticos digitais	Ciência da informação; Arquivologia; Arquivística; Documento arquivístico digital; Preservação digital	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/19835">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/19835</a>

23941	2015	BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação	Amanda Pamela Santos Gomes	A recuperação da informação no acervo CURT LANGE- UFMG: ensaio para levantamento de dados	Arquivologia; Ciência da informação; Arquivologia musical; Acervo curt lange ufmg; Recuperação da informação	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23941">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23941</a>
33792	2018	Informação & Informação	Eliane Carniel Dias; Moisés Rockembach	Difusão em arquivos na Cinemateca Capitólio: um estudo de caso	Ciência da informação; Arquivologia; Difusão; Cinemateca capitólio; Diffusion; Archival science; Information science; Cinematheque capitólio; Difusión; Archivología; Ciencia de la información; Archivología; Ciencia de la información; Cinemateca capitólio	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/33792">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/33792</a>
41739	2015	Informação Arquivística	Moisés Rockembach	Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional	Arquivologia; Ciência da informação; Difusão em arquivo; Estratégia de difusão; Paradigma da informação; Difusão em arquivos; Estratégias de difusão; Paradigmas da informação	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41739">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41739</a>
81357	2007	Ponto de Acesso	Priscila Lopes Menezes; Carlos Blaya Perez	O usuário e o direito à informação	Ciência da informação; Arquivologia; Acesso; Usuário; Informação; Profissional de arquivo; Arquivo	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/81357">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/81357</a>
118728	2019	Perspectivas em Ciência da Informação	Roberto Lopes Santos Junior	Sombra comunista ou novas realidades? Análise sobre o desenvolvimento da Arquivologia russa na era pós-soviética (1991-2016)	Arquivologia; Arquivologia russa; Legislação arquivística; Acesso; Pós-comunismo	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/118728">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/118728</a>
135299	2020	Ciência da Informação em Revista	Evanildo Freitas do Nascimento Júnior; Carla Mara da Silva; Luiz Antonio Santana da Silva	“olhares cegos”: transformando fotografias em sons - a importância da audiodescrição no acesso à informação por usuários com deficiência visual	Ciência da informação; Arquivologia; Acessibilidade; Audiodescrição de fotografia; Deficiente visual; Descrição fotográfica; Inclusão informacional; Audiodescrição de fotografias	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/135299">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/135299</a>
136051	2020	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	Rebeka Figueiredo da Guarda; Moisés Rockembach	Mensurações do eu: apontamentos sobre os impactos da datificação nas representações da subjetividade no contexto profissional	Representation; Subjectivity; Predictive analysis; Database; Algorithms; Representación; Subjetividad; Análisis predictivo; Banco de datos; Algoritmos; Representação; Subjetividade; Análise preditiva; Banco de dado; Algoritmo;	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/136051">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/136051</a>

					Algoritmos; Banco de dados; Algoritmos; Algoritmos	
141782	2020	Ágora: Arquivologia em debate	Luiz Conrado de Farias Neto; Francisco José Aragão Pedroza Cunha	A disseminação da informação arquivística no sistema de saúde brasileiro: análise do portal do datasus com base nos princípios da lei de acesso à informação	Archival science; Datasus-access; Datasus; Accessibility; Archival dissemination; Archivology; Datasus portal; Lei princípios; Arquivologia; Acessibilidade; Acesso; Disseminação arquivística; Lei de acesso da informação; Princípio; Acesso à informação; Accessibility; Datasus-accessibility; Datasus-acessibilidade; Acesso-datasus; Lei de acesso da informação-princípios	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/141782">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/141782</a>
146625	2020	Brazilian Journal of Information Science	Taiguara Villela Aldabalde; Rodrigo Lastra Cid	Arquivo paradigmático	Archive; Model; Form; Ontology; Archival properties; Institutional uses; Arquivo; Ontologia; Propriedade; Propriedades arquivísticas; Formas; Modelos; Usos institucionais	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/146625">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/146625</a>
175462	2009	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação	Maria Isabel de Jesus Sousa; Sergio Franklin; Barbara França Barcellos	Comunicações em eventos científicos: acesso e uso de informações publicadas em anais da área da ciência da informação	Knowledge production; Scientific communications; Sources of information; Use of information; Produção do conhecimento; Comunicações científicas; Fontes de informação; Uso de informação	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/175462">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/175462</a>
180565	2000	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação	Sueli Mitiko Yano	Consultoria em informação e documentação: perspectivas de formação no Estado		<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/180565">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/180565</a>
185278	2013	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação	Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti; Henry Poncio Cruz de Oliveira; Izabel França de Lima	Ensino de tecnologias de informação e comunicação: um diagnóstico nos cursos de graduação em biblioteconomia, arquivologia e museologia do Brasil	Information and communication technology; Undergraduate courses; Subjects; Summaries; Tecnologia de informação e comunicação; Curso de graduação; Disciplinas; Ementas	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/185278">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/185278</a>

190220	2016	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação	Esdras Renan Farias Dantas; Joana Coeli Ribeiro Garcia	Responsabilidade Social da Ciência da informação: a reescrita do conceito	Social responsibility of information science; Social responsibility; Social function of information science; Responsabilidade social da ciência da informação; Responsabilidade social; Função social da ciência da informação	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/190220">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/190220</a>
195086	2022	Informação & Informação	Daniela Francescutti Martins Hott; Georgete Medleg Rodrigues; Ivette Kafure Muñoz	Acesso à informação para pessoas com deficiência: análise das contribuições das consultas públicas do conselho nacional de arquivos (CONARQ)	Ciência da informação; Arquivologia; Comunicação; Acesso à informação; Acessibilidade informacional; Inclusão social; Aquisição de conhecimento; Access to information; Information accessibility; Social inclusion; Knowledge acquisition; Acceso a la información; Accesibilidad informativa; Inclusión social; Adquisición de conocimientos	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/195086">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/195086</a>
203358	2023	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	Claudia Lacombe Rocha; Thays Lacerda Ferrando; Márcia Teixeira Cavalcanti	Repositórios para a preservação de documentos arquivísticos digitais	Documento arquivístico; Confiabilidade; Repositório digital confiável; Repositório digital arquivístico; Documentos arquivísticos; Repositórios digitais confiáveis; Repositórios digitais arquivísticos; Dispositivo; Dispositivo de arquivo; Epistemologia	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/203358">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/203358</a>
222604	2020	Brazilian Journal of Information Science	Taiguara Villela Aldabalde; Rodrigo Lastra Cid	Arquivo paradigmático: uma reflexão sobre as propriedades universais das Instituições Arquivísticas a partir do Arquivo Geral das Índias	Arquivo; Ontologia; Propriedade; Propriedade arquivística; Forma; Modelo; Uso institucional; Archive; Model; Form; Ontology; Archival properties; Institutional uses; Propriedades arquivísticas; Formas; Modelos; Usos institucionais; Form	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/222604">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/222604</a>
257929	2023	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação	Lucieli Francini Barni; Rafael Port da Rocha	Repositórios de dados de pesquisa confiáveis: contribuições da arquivologia na garantia de confiabilidade de um ambiente baseado no modelo open Archival Information System	Arquivologia; Gestão de Documentos; Dados de Pesquisa; Repositórios de Dados Confiáveis	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/257929">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/257929</a>

306484	2022	Inclusão Social	Mpho Ngoepe; Joseph Matshotshwane	Um passo por vez: a luta pela memória inclusiva dando voz a atletas silenciados	Arquivos; Registros; Memórias; Comrades marathon; Atletismo; Arquivo inclusivo	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/306484">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/306484</a>
306497	2022	Inclusão Social	Thayron Rangel; Lucia Maria Velloso de Oliveira	Ensino da acessibilidade nos cursos de arquivologia no brasil: uma análise formativa das matrizes curriculares	Acessibilidade; Pessoas com deficiência; Usuários de arquivos; Formação profissional; Arquivologia	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/306497">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/306497</a>

**ANEXO F – Relatório de consulta à Brapci: “acessibilidade AND arquivista”**

<b>ID</b>	<b>YEAR</b>	<b>PUBLICATION</b>	<b>AUTHORS</b>	<b>TITLE</b>	<b>KEYWORDS</b>	<b>URL</b>
13770	2015	Ágora: Arquivologia em debate	Deiverson Pereira; Jorge Santa Anna	Aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação na gestão pública: uma discussão teórica acerca dos desafios e perspectivas para a arquivística moderna	Archival; Library; Information science; Citizenship; Information; Public administration; Access to information; Arquivologia; Biblioteconomia; Ciência da informação; Cidadania; Informação; Administração pública; Acesso à informação; Arquivista	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13770">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13770</a>
122268	2019	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação	Carlos Alberto Rodrigues; Luize Daiane dos Santos Ziegelmann; Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho	Acessibilidade em arquivos: um olhar sob a competência do arquivista	Acessibilidade em arquivos; Competência profissional; Profissionais da informação.	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/122268">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/122268</a>
135299	2020	Ciência da Informação em Revista	Evanildo Freitas do Nascimento Júnior; Carla Mara da Silva; Luiz Antonio Santana da Silva	“olhares cegos”: transformando fotografias em sons - a importância da audiodescrição no acesso à informação por usuários com deficiência visual	Ciência da informação; Arquivologia; Acessibilidade; Audiodescrição de fotografia; Deficiente visual; Descrição fotográfica; Inclusão informacional; Audiodescrição de fotografias	<a href="https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/135299">https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/135299</a>

**ANEXO G – Programas e cursos de pós-graduação na área da CI – Plataforma Sucupira (consulta realizada em janeiro de 2025)**

Nome da IES	Sigla da IES	UF	Total de Programas de pós-graduação							Totais de Cursos de pós-graduação				
			Total	M E	D O	M P	D P	ME/D O	MP/D P	Total	ME	DO	MP	DP
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA	FCRB	RJ	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	DF	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	SP	2	0	0	1	0	1	0	3	1	1	1	0
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC	SC	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	PR	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA)	UNESP-MAR	SP	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	BA	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS JOÃO PESSOA	UFPB-JOÃO PESSOA	PB	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	AL	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	MG	2	0	0	0	0	2	0	4	2	2	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	PE	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	SC	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR	SP	1	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	SE	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	UFCA	CE	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	CE	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	ES	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO	RJ	2	0	0	1	0	0	1	2	0	0	2	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	PA	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0

